

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**OPORTUNIDADES DE MARKETING ADVINDAS DO PERFIL DA  
OFERTA DE CURSOS SUPERIORES E TÉCNICOS E DA  
DEMANDA POR PROFISSIONAIS DE RIO CLARO E  
MICRORREGIÃO**

**MICHELE CRISTINA INOCÊNCIO**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. NADIA KASSOUF PIZZINATTO**

**Piracicaba, SP  
Dezembro, 2006**

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**OPORTUNIDADES DE MARKETING ADVINDAS DO PERFIL DA  
OFERTA DE CURSOS SUPERIORES E TÉCNICOS E DA  
DEMANDA POR PROFISSIONAIS DE RIO CLARO E  
MICRORREGIÃO**

**MICHELE CRISTINA INOCÊNCIO**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. NADIA KASSOUF  
PIZZINATTO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração, da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como requisito para o processo de obtenção do título de Mestre em Administração.

Piracicaba, SP.  
Dezembro, 2006

**FICHA CATALOGRÁFICA**

INOCÊNCIO, Michele Cristina.

*Oportunidades de marketing advindas do perfil da oferta de cursos superiores e técnicos e da demanda por profissionais de Rio Claro e microrregião / Michele Cristina Inocêncio – Piracicaba, SP, 2006.*

Orientador: Profa. Dra. Nádia Kassouf Pizzinatto

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Administração – Faculdade de Gestão e Negócios – Universidade Metodista de Piracicaba.

Introdução. 1. Objetivos, Justificativas e Questionamentos. 2. Educação Superior no Brasil. 3. O Papel do Governo na Educação Superior no Brasil. 4. Níveis Institucionais. 5. Oportunidades Mercadológicas 6. Metodologia do Estudo. 7. Apresentação, análise e interpretação dos dados. 8. Considerações Finais.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: Michele Cristina Inocêncio

Oportunidades de marketing advindas do perfil da oferta de cursos superiores e técnicos e da demanda por profissionais de Rio Claro e microrregião.

Dissertação apresentada em defesa em 15/12/2006 à Banca Examinadora composta pelos professores abaixo indicados pelo Mestrado Profissional em Administração da Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba.

---

Profª. Dra. Nádia Kassouf Pizzinatto – Presidente da Banca (Orientadora)  
(Faculdade de Gestão e Negócios – Universidade Metodista de Piracicaba)

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Giuliani - Membro da Banca  
(Faculdade de Gestão e Negócios – Universidade Metodista de Piracicaba)

---

Profª. Dra. Ana Akemi Ikeda - Membro da Banca  
(FEA/ USP – Universidade de São Paulo)

Faculdade de Gestão e Negócios  
Universidade Metodista de Piracicaba  
Dezembro, 2006

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta obra à minha família que me apoiou durante toda a trajetória.

Ao meu querido, Roberto Mascaro e Silva.

Aos Profs., verdadeiros Mestres que me conduziram nesta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Coordenador Prof. Dr. Giuliani pelo incentivo dado no decorrer de minha trajetória acadêmica.

Agradeço à minha Mestre e Orientadora, Profa. Dra. Nádia Kassouf Pizzinatto pela atenção e dedicação dada no decorrer da elaboração do presente trabalho e pela descoberta do espírito pesquisador em mim presente.

Aos meus amigos que me apoiaram e auxiliaram direta ou indiretamente.

Ao Prof. Francisco Constantino Crôcomo e os bolsistas do Banco de Dados da Unimep, que me auxiliaram nas consultas aos dados governamentais.

Às Instituições de Ensino Superior de Rio Claro, que forneceram informações para o censo do ensino superior.

À Prefeitura Municipal de Rio Claro que, por meio das Secretarias de Comércio e Indústria e Educação, forneceu cartas de recomendação às instituições facilitando a coleta dos dados necessários à pesquisa.

Aos Mestres como Ana Maria Carrão, Valéria Rueda Elias Spers, Ângela Maria Jorge Correa entre outros que me acompanharam nesta etapa acadêmica na UNIMEP auxiliando, esclarecendo dúvidas, cobrando, apoiando, incentivando e não permitindo o semear da desistência.

Aos componentes das bancas de qualificação e defesa, que permitiram o aprimoramento de meu trabalho, com sugestões enriquecedoras.

## **EPÍGRAFE**

**Fé inabalável só o é a que pode  
encarar frente a frente a razão,  
em todas as épocas da  
Humanidade.**

*Allan Kardec*

## **RESUMO**

Esta dissertação busca investigar as oportunidades de marketing advindas do perfil da oferta de profissionais no ensino médio/ técnico e superior e da demanda por profissionais nos negócios da indústria, comércio e serviços, nos níveis de formação citados para Rio Claro e microrregião. De natureza exploratória e descritiva, a pesquisa foi desenvolvida com base em investigações já realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para levantamento da oferta de cursos superiores e ensino médio/ técnicos nas regiões em estudo. Como resultados, as oportunidades encontradas estão no avanço do ensino médio de nível técnico e superior tecnológico e a atratividade de Rio Claro e microrregião como pólo de conhecimento, atraindo novos empreendimentos em função da oferta de profissionais em áreas específicas.

**Palavras-Chave:** Oportunidades e Estratégias de Marketing; Educação Superior e Técnica; Comércio, Indústria e Serviços.



## **ABSTRACT**

*This dissertation searches to investigate the marketing opportunities succeed from the profile of the professional offers in elementary/ technical education and from the demand for professionals in industry, trade (commerce) and services business, in the levels of education noticed to Rio Claro and this micro region. In an exploiting and descriptive way, this research was developed based on investigations which were already done by the Ministério do Trabalho e Emprego (Ministry of Work and Employment, like the Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (General Employment and Unemployment Register) and Ministério da Educação (Ministry of Education), through the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (National Institute of Studies and Educational Researches Anísio Teixeira) to rise the offers of higher, elementary or technical education in the regions of this study. As result, the opportunities found are improving the fundamental education in a technical or higher technological level and the attractiveness in Rio Claro and its micro region as knowledge zone, approach new activities due to the offer of professionals in specific areas.*

**Words keys:** *Marketing Opportunities and Strategics; Higher and Technical Education; Commerce, Industry and Services.*

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

- ACIRC** – Associação Comercial e Industrial de Rio Claro
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAPES** - Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFETs** - Centros Federais de Educação Tecnológica
- CETs** - Centros de Educação Tecnológica
- CIUO** - *Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones*
- CNAE** – Classificação Nacional das Atividades
- CNCT** - Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNRH** - Centro Nacional de Recursos Humanos
- CONCLA** - Comissão Nacional de Classificação
- DEAES** - Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
- DCNEM** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio
- ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio
- ENCCEJA** - Exame Nacional Para Certificação de Competências
- FINEP** - Financiadora de Estudos e Projetos
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICV** – Índice de Condição de Vida
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- IPLAN** - Instituto de Planejamento
- IPRS** – Índice Paulista de Responsabilidade Social
- IPVS** - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
- ISCED** - *International Standard Classification of Education* –UNESCO
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego.

**OCDE** - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PAEP** - Pesquisa da Atividade Econômica Paulista

**PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PDET** - Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

**PME** - Pesquisa Mensal de Empregos.

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais.

**SAEB** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

**SCN** - Sistema de Contas Nacionais

**SEADE** – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

**SEDIAE** - Secretaria de Avaliação e Informação Educacional

**SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**SGT** - Sistema Gerador de Tabelas

**SIEP** - Sistema de Informação da Educação Profissional

**UNESCO** – Ver ISCED

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1 OBJETIVOS.....	3
1.1 Objetivo Principal .....	3
1.2 Objetivos Específicos.....	3
1.3 Justificativa e Relevância.....	4
1.4 Questionamentos do Estudo.....	5
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	7
2.1 As Primeiras Transformações na Educação.....	15
2.2 A Reforma Universitária e Outros Projetos .....	16
2.3 A Educação Superior no Brasil: as Organizações Acadêmicas .....	19
2.3.1 Cursos e níveis da educação superior.....	21
2.3.2 Títulos emitidos por instituições de ensino superior .....	22
2.3.3 O Ministério da Educação (MEC).....	24
2.3.4 Conselho Nacional de Educação (CNE).....	24
2.3.5 O Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica (CNCT) .....	25
2.3.6 O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) .....	25
2.4 A Educação Superior no Brasil de Hoje .....	31
2.5 A Educação Profissional no Brasil.....	34
2.5.1 A qualificação profissional.....	36
3 O PAPEL DO GOVERNO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....	38
3.1 As Novas Perspectivas da Educação para o Trabalho .....	40
3.2 O Investimento Governamental na Educação e seus Programas .....	41
3.3 Novas Políticas e Posicionamento Oferta X Demanda .....	43

3.3.1	A Ausência de interação entre a educação e a qualificação .....	45
3.3.2	Programa de Expansão da Educação Profissional.....	47
3.3.3	Programa Diversidade na Universidade .....	47
4	OS NÍVEIS INSTITUCIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES E O MERCADO PROFISSIONAL .....	48
4.1	As Características Ocupacionais .....	50
4.2	A Classificação Brasileira de Ocupações.....	50
4.2.1	A Comissão Nacional de Classificações (CONCLA).....	51
4.2.2	Classificação dos setores e subsetores de atividade econômica .....	53
5	OPORTUNIDADES MERCADOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS.....	54
6	METODOLOGIA DO ESTUDO .....	63
6.1	Período de Coleta do Estudo .....	65
6.2	Conceitos e Termos Assumidos para Padronização do Cenário Estudado .....	65
6.2.1	Oferta de trabalhadores.....	65
6.2.2	Demanda por trabalhadores .....	65
6.2.3	Pessoas ocupadas e desocupadas.....	66
6.2.4	Pessoas economicamente ativas (PEA) e não economicamente ativas .....	66
6.3	Perfil da demanda nos setores rio-clarenses .....	66
6.3.1	Perfil da formação da oferta de trabalhadores.....	67
6.3.2	Os anos de estudo .....	67
6.4	Delimitação do Campo de Estudo.....	69
6.4.1	Método de coleta de dados da oferta de trabalhadores.....	70
6.4.2	Método de coleta de dados da demanda por trabalhadores .....	70
6.4.3	Conhecendo a fonte de dados estatísticos .....	71
6.4.4	Caged estatístico.....	72
7	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	73
7.1	Rio Claro e Microrregião: Os Municípios em Estudo .....	73
7.2	Os demais Municípios da Microrregião de Rio Claro .....	76

7.2.1	Ipeúna .....	76
7.2.2	Itirapina.....	77
7.2.3	Corumbataí .....	79
7.2.4	Torrinha .....	80
7.2.5	Brotas.....	82
7.3	O Cenário Educacional das Cidades em estudo: as Instituições de Ensino Médio e Técnico de Rio Claro e Microrregião.....	84
7.3.1	Colégio Integrado Claretiano .....	85
7.3.2	Colégio Técnico Renascer.....	86
7.3.3	Colégio Alem .....	87
7.3.4	Colégio Arthur Bilac .....	87
7.3.5	EduQ Complexo Educacional .....	87
7.3.6	Escola Senai Manoel José Ferreira.....	88
7.3.7	Microcamp Escola de Educação Profissional.....	88
7.3.8	SENAC Rio Claro CPD Profissional .....	89
7.3.9	Treinamento e Educação Profissional - TRADE.....	91
7.3.10	Prof. Armando Bayeux da Silva ETE.....	91
7.3.11	Chanceler Raul Fernandes.....	92
7.4	O Censo Escolar do Ensino Médio e Técnico.....	92
7.5	O Cenário Educacional das Cidades: as Instituições de Ensino Superior - Categoria Rio Claro e Microrregião.....	96
7.5.1	Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ESRC.....	97
7.5.2	Centro Brasileiro de Tecnologia Aplicada (CBTA).....	97
7.5.3	Faculdades Integradas Claretianas - FIC.....	98
7.5.4	Faculdade Comunitária de Rio Claro .....	99
7.5.5	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.....	100
7.6	O Mercado de Trabalho nas Cidades: Categoria Rio Claro e Microrregião .....	105
7.6.1	O mercado de trabalho na microrregião de Rio Claro.....	109
7.6.2	Dados agregados das contratações da indústria, comércio e serviços.....	116
7.6.3	União dos dados da microrregião .....	131
7.6.4	Resultados Finais.....	135

7.7	Oportunidades de Marketing na Região Estudada.....	140
7.7.1	Estratégias propostas para a região estudada.....	144
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
9	ANEXOS.....	173
1.	Leis, Diretrizes e Bases (LDB) - Cursos e Níveis da Educação Superior - Dados estatísticos da Educação Superior.....	173
2.	Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	174
3.	Grupos do IPRS .....	175
4.	Organograma da distribuição de Recursos Municipais Mínimos (Impostos) para investimento na Educação .....	176
5.	Países Membros da OECD.....	176
6.	Tabela de Áreas de Conhecimento (CNPq).....	177

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem grandes obstáculos a vencer; um deles é o da educação e qualificação da população, atendendo às necessidades do mercado de trabalho, permitindo o acesso ao emprego pelos formandos e garantindo o sucesso do processo produtivo do País. A produção de um País por sua vez, é influenciada em sua base pela economia e política, e acaba por gerar profundas implicações para a Educação.

Cada estágio do desenvolvimento produtivo passa por um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores. Isso para um País em desenvolvimento, como o Brasil, denota o enfrentamento decisivo da exclusão que o processo da educação tem. (KUENZER, 1998)

Diante disso, a pergunta relativa às condições em que se pode dizer que a capacidade de absorção de mão-de-obra, por exemplo, de um município é adequada, pode ser respondida pelas explicações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2005), que é quando o mercado tem a capacidade de expandir o número de postos de trabalho a uma taxa igual ou superior à da expansão da população em idade ativa. Quando essa taxa ou condição não é satisfeita, existe capacidade insuficiente de absorção de mão-de-obra, o que demonstra mais um desafio por vencer, o de qualificar os trabalhadores em tempo para as necessidades do mercado de trabalho. Em outras palavras, equilibrar à oferta de trabalhadores capacitados pelos cursos de ensino médio, técnico e superior, à demanda por trabalhadores, por parte do mercado de trabalho.

As estratégias educativas muitas vezes são traduzidas como “educação para o trabalho” e é neste sentido que as ações isoladas ou em conjunto (parcerias com a comunidade e com o Estado) são feitas para a capacitação das pessoas. Essas ações assumem um papel de educação continuada, procurando-se oferecer uma “preparação adequada” para enfrentar as mudanças do trabalho produtivo, impulsionadas pelas inovações no setor. (MARTINS, 2006)



Diante disso, a simples possibilidade de que os recursos destinados à educação superior e técnica sejam mal direcionados permite dizer que isso levaria a uma defasagem entre a oferta e a demanda por profissionais, com conseqüências negativas, num cenário em que podem conviver, concomitantemente, situações de desemprego de profissionais qualificados, com situações de contratação, pelas organizações, de profissionais não adequados (no sentido de formação exigida pelas empresas), ou ainda, situações de importação dos mesmos de outras regiões.

O quadro descrito pode levar a um painel em que nem os recursos públicos e privados investidos na educação culminem por levar a população a uma melhoria do nível de renda e emprego e nem os setores da indústria, comércio e serviços possam contar com profissionais com formação em sintonia às suas atividades.

Em suma, os prejuízos são tanto econômicos, quanto sociais e políticos, considerando-se que “o Governo, segundo Siegle (2004), nada mais é que um mecanismo pelo qual a sociedade dá prioridade às ações de forma representativa, transparente e responsável no processo, onde os resultados são comparados a incentivos e necessidades dos cidadãos”.

Também é preciso lembrar que a governança pública não é limitada ao âmbito do Estado e do Setor Público: ela se coloca frente aos cenários em constante mudança e atua de forma pró-ativa na reconstituição e desenvolvimento de canais cooperativos na sociedade civil.

Essa dualidade posta e o propósito de se estabelecer a dialética<sup>1</sup> do tema desenvolveu-se o trabalho, respeitando a estrutura.

---

<sup>1</sup> Dialética significando discussão da dualidade de idéias, não separando o sujeito do objeto do estudo (interação)

## **1 OBJETIVOS**

### **1.1 Objetivo Principal**

Identificar oportunidades de marketing para formandos no ensino médio e técnico e superior à demanda por profissionais nos negócios da indústria, comércio e serviços em Rio Claro e microrregião.

### **1.2 Objetivos Específicos**

Neste estudo se tem por objetivos específicos:

- (a) Identificar o perfil da oferta de cursos de nível técnico e universitário em Rio Claro e microrregião;
- (b) investigar a composição da demanda por profissionais com formação universitária e técnica pelas organizações contratantes dos setores da indústria, comércio e serviços, na região em estudo;
- (c) investigar a necessidade, em função do perfil da demanda de trabalho regional, de novos cursos ou da melhor interação dos existentes, nos níveis citados, para a região em estudo;
- (d) identificar possíveis oportunidades mercadológicas na área educacional, para cursos de nível técnico e superior, na região citada;

- (e) investigar novos empreendimentos empresariais que, em função dos cursos já existentes na região, teriam oferta de profissionais de nível superior e técnicas que atendam às suas necessidades, e que poderiam ser considerados segmento-alvo das lideranças públicas, para investimentos nos municípios em estudo;
- (f) identificar estratégias mercadológicas na esfera pública que levem à expansão do emprego nas áreas citadas.

### **1.3 Justificativa e Relevância**

Este estudo se sustenta em pesquisa como forma de se obter dados e transformá-los em informações, visando permitir a análise da educação e formação profissional em Rio Claro e microrregião, a qual pode vir a respaldar o direcionamento do investimento governamental e produzir um verdadeiro retorno social, com relação aos problemas levantados.

A necessidade, pelas lideranças municipais, de informações levantadas por meio de metodologias científicas que respondam em quais pólos o município gera necessidades nos setores: produtivo, comercial e de serviços, em relação ao perfil educacional demandado pelo mercado contratante na região em estudo.

O conhecimento das informações aqui identificadas como importantes é um dos fatores que podem responder o fato de que as oportunidades atuais de trabalho podem não condizer com a formação educacional e assim fornecer subsídios ao planejamento de ações das esferas públicas e privadas da educação.

Os resultados da investigação poderão também vir a subsidiar o planejamento da cidade como apoio às lideranças políticas e representativas do setor local, na identificação de áreas de investimento e contribuição para a geração de empregos, respaldando as Prefeituras Municipais no estímulo à instalação de novos empreendimentos, com demanda por profissionais que interajam com o perfil da formação superior e técnica regional, além da importante contribuição à participação de futuros pesquisadores nessa temática, como exercício da cidadania.

Dada a realidade posta e a fim de minimizar desperdícios de investimentos municipais, devido ao desconhecimento, má utilização ou subutilização dos recursos, propôs-se esta pesquisa, apoiada no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – (PDET) e Sistemas Informativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como o Sistema Gerador de Tabelas (SGT) do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e Ministério da Educação (MEC) pelo sistema do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que permitiu o levantamento e análise dos dados.

Este estudo também pretende socializar a graduandos, mestrandos, pesquisadores e sociedade civil em geral, por meio de artigos em periódicos, grupos de discussão, as possibilidades de utilização das ferramentas disponibilizadas pelo governo, como do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que procuram disseminar informações abrangentes sobre o mercado de trabalho.

#### **1.4 Questionamentos do Estudo**

A situação de impotência que se encontra o trabalhador em atender às exigências, ao se colocar no mercado, se deve, por vezes, ao desajuste de sua escolaridade em relação à exigida pelo mercado de trabalho. Essa falta de interação é crítica para o sistema de ensino, em especial do ensino público.

Os questionamentos estão voltados a responder:

(a) Os atuais cursos existentes têm atendido a formação (oferta) à demanda por trabalhadores das empresas?

(b) Haveria necessidade de ajustes, ou aprimoramento nesses cursos já existentes?

(b) Haveria oportunidade mercadológica para novos cursos superiores em Rio Claro e microrregião, em função da demanda por trabalhadores nos negócios da indústria, comércio e serviços da área em estudo?

(c) Haveria, nesses setores e região em estudo, áreas que deveriam ser ativados pelos setores públicos ou privados, no sentido de atrair novos empreendimentos voltados a demandar trabalhadores capacitados pelos cursos já existentes?

O tema foi desenvolvido respeitando-se a seguinte estrutura. No Capítulo 2, analisa a história recente da Educação Superior no Brasil e suas regulamentações, assim como o referencial teórico a respeito da Reforma Universitária.

No Capítulo 3, O Papel do Governo na Educação Superior no Brasil, assim como investimentos e políticas. No Quarto Capítulo, os Níveis Institucionais de uma organização e o Mercado de Trabalho.

No Capítulo 5, apresentam-se as Oportunidades Mercadológicas de Rio Claro e Microrregião no cenário educacional e mercado de trabalho.

No Capítulo 6, a Metodologia do Estudo. No Capítulo 7 estão as investigações feitas, bem como a apresentação, análise e interpretação dos dados.

Por fim no Capítulo 8, é apresentada a conclusão final do estudo.

## 2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A palavra educação é um substantivo que vem do latino *educatione*, e diz respeito ao ato ou efeito de educar; aperfeiçoar as faculdades humanas; ensino, instrução. (PRIBERAM, 2006)

Para Schütz (2006), “conhecer uma palavra desde sua origem é como conhecer uma pessoa desde pequeno”. Em análise etimológica da palavra educação:

[...] *education*, do inglês, educar, vem do latim *educare*, que está ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), e significa literalmente “conduzir para fora”, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo. É interessante observar que o termo “educação” em português possui uma conotação não encontrada na palavra *education* do inglês. Enquanto que em português a palavra pode ser associada ao sentido de boas maneiras, principalmente no adjetivo “educado”, em inglês *educated* refere-se unicamente ao grau de instrução formal. (SCHÜTZ; KANOMATA – ESL, 2006)

Para Ribeiro Jr. (2006) a palavra *educere* vem de ensino que dá o significado da palavra e está intimamente ligado em livrar a pessoa, torná-la um ser integral, nem tanto espiritualista nem tanto materialista, mas em perfeita sintonia.

Já Kuenzer (2002), afirma ter a percepção clara de que muito se tem exposto sobre a relação entre teoria e prática (dualismo), no entanto o avanço mostra-se limitado na práxis<sup>2</sup> pedagógica onde a emancipação dos trabalhadores é comprometida pela sociedade. Nota-se que o desenvolvimento das competências cognitivas complexas passou a exigir, (particularmente no que se refere às competências comunicativas), o raciocínio lógico-formal, à capacidade de tomar decisões e à capacidade para transferir aprendizagens anteriores para situações novas.

---

<sup>2</sup> Atividade orientada para um resultado, por oposição a conhecimento; ação; na filosofia marxista, o conjunto de práticas que permitem ao Homem, pelo seu trabalho, transformar a Natureza, transformando-se também a si mesmo, numa relação dialética.

Uma função social e política da educação escolar são da transmissão do conhecimento sistemático e universal, nos níveis mais avançados de ensino.

É possível distingui-la das demais pelo direcionamento que permite a identificação de metas importantes para a definição de políticas. Além de permitir a compreensão sobre elementos do mundo físico e social; a expressão do pensamento e emoções e da compreensão dos outros. Se o Estado for capaz de viabilizar o acesso ao conhecimento, fornecendo-lhes um instrumental para o exercício da cidadania.

Entender os processos pedagógicos enquanto ocorrem concomitantemente às relações sociais e produtivas, e vê-los como modalidades de ensino intencionais e institucionalizados das diferentes formas, permitem a análise transdisciplinar, das bases materiais de produção que caracterizam cada etapa de desenvolvimento. (KUENZER, 1998)

A educação tem papel principal no que diz respeito ao permitir a pessoa o construir-se a partir de uma situação concreta e global em sua comunidade, uma vez que a vocação pura, por exemplo, para a democracia é despertada em um ser inacabado ou prematuro. (RIBEIRO JR. J, 2006)

Ribeiro Jr. (2006), afirma ainda entender a democracia não apenas como um ideal político e sim uma participação institucionalizada da sociedade no exercício do poder, num exemplo ordenado de participações políticas. Embora o tentar entender e explicar a mesma (democracia) em seu cerne, sem delimitações rigorosas.

- (a) Entendamos que o ser humano é um ser inacabado, estando sempre em desenvolvimento;
- (b) que este ser humano deixado à sua própria sorte, pode fazer do seu desenvolvimento algo caótico;
- (c) o desenvolvimento deste ser é o que o leva de indivíduo a pessoa, sendo que o educador deve responsabilizar-se por auxiliar o desenvolvimento da pessoa/cidadã. O respeito à pessoa, por parte do educador, não deve levar este último a omissões, devendo – isto sim – contribuir ativamente para a emergência da pessoa;
- (d) pessoa é exigência de não-estagnação, de desenvolvimento e, acima de tudo, de ética. (MORAIS, 2006)

O espaço preponderante dominado pós década de 90 é o da educação não-formal, embora não seja o melhor modelo educativo por ser flexível e ajustar-se aos desejos e conteúdos dos indivíduos (PARK; FERNANDES, 2005, p. 5) que:

[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou projetos educacionais, fruto da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, entre outros. (GOHN, 1999, p. 7)

Nesta acepção quando se pondera a respeito das estratégias educativas do “terceiro setor” muitas vezes são manifestadas como “educação para o trabalho” e é neste sentido que as ações já mencionadas, (parcerias com a comunidade e com o Estado) são feitas para o treinamento desses indivíduos. Essas ações assumem um papel de educação continuada, onde procurar oferecer uma “preparação adequada” para enfrentar as mudanças do trabalho produtivo, impulsionadas pelas inovações no setor. (MARTINS, 2006)

Ainda para o autor, é de conhecimento geral de que se vive atualmente o desemprego estrutural, onde a “reciclagem do trabalhador” não é suficiente para colocá-lo no em um posto de trabalho, isso remete aos seguintes pontos, um que o desempregado tome consciência de que o problema não é individual e passe a identificar-se com outros e outro, organizar-se para reivindicar emprego.

Este fato demonstra o aparecimento cada vez maior de cursos que habilitam novos empreendedores, uma simples demonstração da identificação de uma oportunidade mercadológica a ser cultivada. Contudo, o resultado social é envolver a todos no processo vistos participações com esforço e reprodução em sociedade, demonstrando exemplos a ser buscados, com inclusão e coletividade.

Finalmente, a “práxis comunitária<sup>3</sup>”, ou seja, atividade orientada para um resultado, por oposição a conhecimento, ação.

Braga (2002), afirma que a situação do marketing em universidades públicas é fruto de preconceito vindo da concepção de uma elevada camada que acredita que o “marketing não se aplica a algo tão nobre quanto a educação, já que é associado a processos mercantilistas e, geralmente, pouco éticos.”

Isso remete a uma afirmação de Kotler e Fox (1994) de que uma instituição ou organização orientada pela gestão de marketing nada tem de nocivo ou antiético, ainda mais numa perspectiva altamente competitiva como a área educacional.

---

<sup>3</sup> Idem práxis, página 7.



Os autores também relacionam algumas vantagens da prática do marketing como:

- (a) Aumento do nível de profissionalização da instituição;
  - (b) transparência na qualidade dos serviços prestados pela instituição;
  - (c) obrigação da instituição em definir uma missão, metas e objetivos;
  - (d) conduz a instituição a trabalhar com planejamento estratégico;
  - (e) posiciona a instituição no mercado;
  - (f) seleciona mercados-alvo, distinguindo os melhores segmentos com potencial de mercado;
  - (g) auxilia na melhoria do produto ou serviço oferecido pela instituição, uma vez que se volta para o atendimento das necessidades dos clientes;
  - (h) e melhora a satisfação dos diversos públicos da instituição.
- (KOTLER; FOX, 1994)

Giuliani (1994) indica a dualidade escolar que admite a existência de escolas com aspectos sociais claros, uma designada à elite dirigente com preocupações intelectuais e a alta valorização do diploma do curso superior e a indiferença por trabalhos manuais. E outra, deslocada para a qualificação profissional, que tinha aspectos de 2º prêmio, para os jovens de baixo poder aquisitivo; embora camuflado nos anos 90, o objetivo, segundo o autor era a formação do trabalhador instrumental.

Wilm, (2004 *apud* Braga, 2002) em seu estudo, afirma que não se convence um estudante a matricular-se em uma instituição somente com uma publicidade superior, embora o critério para a escolha de uma instituição de ensino sugira:

[...] fatores psicológicos complexos, que envolvem objetivos de vida do aluno, suas expectativas e de sua família, o status pretendido, a identificação dos valores do aluno com os da instituição, os vínculos de amizade, além dos tradicionais fatores fora da esfera psicológica, tais como valor das mensalidades, localização, instalações, corpo docente, entre outros. Tal complexidade torna a decisão por uma IES em uma compra de alto envolvimento, exigindo da organização prestadora do serviço educacional maior esforço em construir um significado de marca forte. (WILM, 2004, p. 55)

Ribeiro Jr. (2006), coloca a questão da seguinte forma:

A educação para a democracia é precisamente ajudar o educando a tomar conhecimento de um modo seguro de sua realidade. [...] se a função da educação para a democracia é desenvolver na pessoa espírito crítico, a criatividade, a cooperação, a aceitação da responsabilidade e o gosto pela vida e pelo saber, a fim de que esteja educada para fazer frente a qualquer tipo pressão, - não podemos, pois, desprezar a herança do passado, mas também, não podemos aceita-la sem nenhuma reflexão.

Gatti (2004) defende a necessidade de dados sobre a educação:

[...] entender a questão do analfabetismo no Brasil, e ainda discutir políticas em relação a esse problema, sem ter dados sobre seu volume e a sua distribuição segundo algumas variáveis, como gênero, idade, condição socioeconômica, região geográfica [...].

A autora ainda explica que para o emprego de métodos quantitativos na análise dos dados, se faz necessário considerar dois pontos importantes:

- (a) [...] que os números, freqüências, medidas, tem propriedades que balizam as operações do que se pode fazer com eles, deixando clara a sua abrangência;
- (b) que boas análises dependem de bons questionamentos feitos pelo pesquisador, ou seja, da teoria e da perspectiva do problema, que guiam análises e interpretações. (GATTI, 2004)

Quanto aos dados de escolarização, Ferrari (2002, p. 44) citados por Gatti (2004) comenta que,

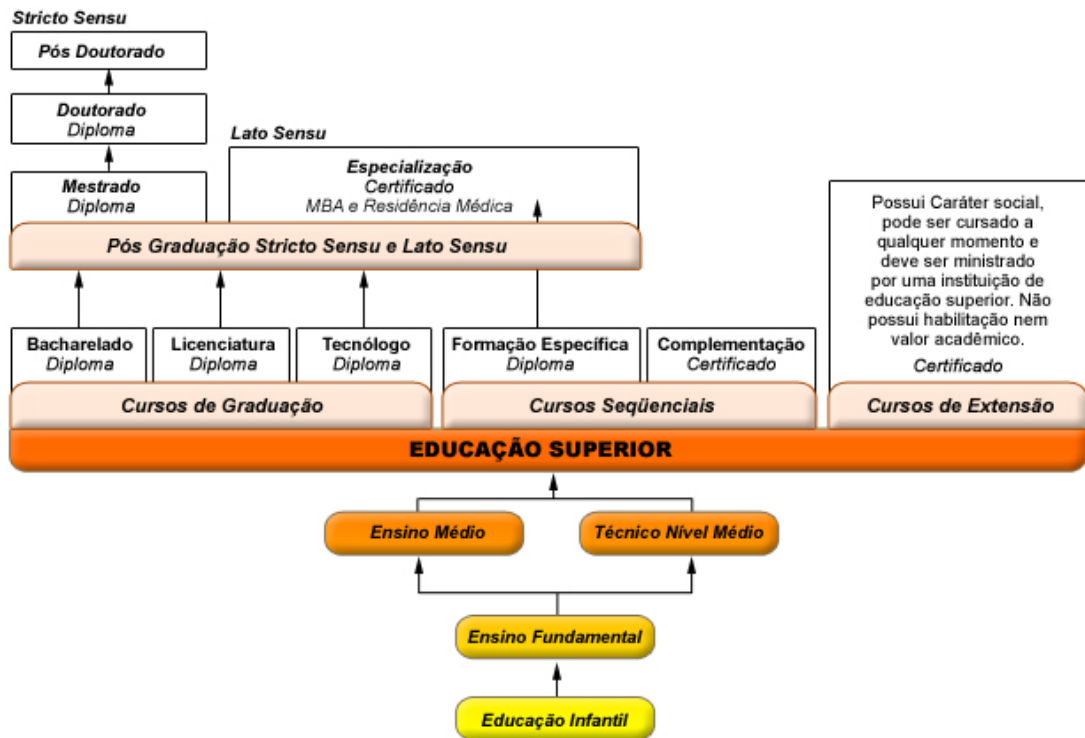
[...] a área de educação poderia dar mais atenção às potencialidades, aos limites e aos métodos relacionados com o uso de dados originados de fontes como os censos, PNAD's e os registros escolares. Temo que, com o argumento de livrar-se do quantitativismo e dos problemas relacionados com a utilização das estatísticas educacionais, [...] talvez se possa ainda recuperá-la.

Para Gatti (2004) citados por Falcão; Régnier (2000, p. 232) para uma melhor compreensão do papel da quantificação na pesquisa educacional, a análise de dados quantitativos compõe um trabalho que demonstra que a “informação que não pode ser direta e visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrer algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. E ainda, que os dados quantitativos envolvem um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder questionamentos que o mesmo estabeleceu como objetivo de sua pesquisa.

A autora explorou estudos relativos à educação e faz a seguinte análise do cenário afirmando que atualmente deve-se manter atualizados os indicadores quantitativos, e submetê-los a todo instante a análises que delimitem a evolução do Ensino Médio, “construindo diagnósticos e prognósticos que orientem novas ações dos órgãos centrais, seja para reforçar diretrizes já traçadas, seja para corrigir efeitos não desejados”. (FRANCO; ZIBAS, 1999, p. 3)

A seguir a estrutura de ensino segundo o MEC/ INEP/ SEEC e a idade recomendada para o ensino médio, é de 15 anos para a 1ª série, 16 para a 2ª e 17 para a 3ª série.

A seguir organograma completo do Sistema Educacional Brasileiro.



**Figura 1 – Organograma do Sistema Educacional Brasileiro**

Fonte: Portal Mec, SESU 2005.

No sistema educacional brasileiro, o termo “ensino básico” se refere ao período que vai dos 7 aos 17 anos de idade, incluindo oito anos de educação fundamental, e três de educação média. O antigo termo “ensino primário”, fora de uso, se refere aos quatro primeiros anos da educação fundamental: e “ensino secundário”, a uma das modalidades do ensino médio.

Para os anos de estudo, o MEC reconhece que a equivalência se dá em relação a conclusão com aprovação, o que correspondente a 1 ano de estudo, ou seja, o grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última concluída com aprovação.

No ano de 2001 em publicação sobre o mercado de trabalho no Brasil o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) apontou o perfil do trabalhador formado por jovens adultos, com idades variando entre 20 e 39 anos com uma representatividade de 50,5%, com menos de oito anos de estudo (59,6%), e do sexo masculino (59,7%).

O baixo índice de escolaridade da população presente no levantamento de trabalho no Brasil do DIEESE (59,6% que não completaram o ensino fundamental) demonstra um mercado de trabalho que ignora a qualificação dos trabalhadores, ou seja, 24,9% dos ocupados haviam completado o ensino médio se matriculado em uma universidade. Isso evidenciou uma relação sensível às relações de trabalho, onde (8,5%) dos ocupados compreendiam as idades de 10 a 17 anos, (crianças e adolescentes).

Embora a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) seja um levantamento domiciliar, realizado mensalmente, ele só ocorre na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio com a Fundação SEADE e o DIEESE. Atualmente a pesquisa é realizada no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte.

A seguir, a estrutura e a correspondência por idade no Sistema Educacional Brasileiro para o Ensino Médio.

**Quadro 1 – Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro e correspondente por idade e série para o Ensino Médio**

<b>Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro</b>			
<b>Idade</b>	<b>Série</b>	<b>Termo usado no Brasil</b>	<b>Termo em Inglês</b>
0 - 3	-	Inicial - Creche	Creche
4 - 6		Pré-Escolar/infantil	Pre-School
7	1	Ensino Fundamental 1 - 4	Primary or Basic Education
8	2		
9	3		
10	4		
11	5	Ensino Fundamental 5 - 8	
12	6		
13	7		
14	8		
15	9	Ensino Médio	Secondary Education
16	10		
17	11		

**Fonte:** (MEC, 2006)

## 2.1 As Primeiras Transformações na Educação

Remetendo ao histórico da educação no Brasil, em seu primeiro período da história (1889-1930) a República no Brasil tinha sua base agrária, exportadora de café, em que a classe média mantinha seu poderio via troca de votos por empregos no setor público. (GOMES, 1990)

Com a revolução de 1930 que culminaram em mudanças, a exemplo da urbanização, industrialização e desenvolvimento de classes com certa mobilidade, estes comparados esta última, enquadrada por Turner (1960) citado por Gomes (1990, p.94).

Para Gomes (1990), com a reforma educacional de 1930, via Decreto<sup>4</sup>, “manteve-se o dualismo (teoria-prática)”, ou seja, pensamento-ação, educação acadêmico-vocacional básico, “entre escola acadêmica e a profissionalizante. [...] a reforma de 1942 reforçou o caráter elitista da escola acadêmica”.

A primeira transformação sofrida pela educação superior se deu com a criação de um setor privado totalmente voltado de início ao ensino religioso. O ensino privado sempre foi visto como uma concessão pública.

A segunda transformação foi a iniciação de pesquisa e da pós-graduação, na Faculdade de Filosofia da USP nos anos 30, e demais a partir da reforma universitária de 1968. Esta reforma inseriu no Brasil o sistema norte-americano, departamentalizado, mestrados, doutorados e o sistema de crédito, elevando a pesquisa e a pós-graduação a um estágio mais elevado.

O fenômeno da massificação foi a terceira transformação ocorrida pós anos 60, que se deu com a expansão acelerada do ensino privado e a criação de novos cursos, rompendo com o antigo sistema.

Atualmente, a educação superior brasileira é diversificada, tipicamente vinda de sistemas modernos de ensino de grande escala, e fazem parte de um conjunto amplo de instituições e programas. (SCHWARTZMAN, 2001).

---

<sup>4</sup> Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931.

Hoje não existe mais a desconfiança de que os benefícios de uma população mais educada são grandes, deixando-se de lado o equívoco do passado de que existiam “necessidades profissionais específicas” que pudessem ser previstas e planejadas anteriormente. Uma nova forma de avaliar esse planejamento é observando quais aptidões estão sendo demandadas pelo mercado de trabalho.

Em análise deste panorama, Schwartzman (2004), coloca que com o crescimento do setor de serviços na economia, exige-se uma qualificação básica dada pelo ensino superior. Já em outros “setores de ponta” a demanda para trabalhadores qualificados, ainda é em pequeno número, e não demonstra aspectos de escassez.

## **2.2 A Reforma Universitária e Outros Projetos**

Um dos pontos principais da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>5</sup> (LDB) é a separação da educação profissional do ensino regular, em que a formação técnica passará a ser um complemento da educação geral e não mais um pedaço, com essa alteração, o ensino profissional pode ser cursado concomitantemente ao ensino médio, mas o aluno tem que cursar ambos para receber o diploma.

Interessante mencionar que a legislação brasileira sobre educação, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é omissa em relação à formação pedagógica do professor universitário. Num acompanhamento detalhado de Pachane e Pereira (2004), da LDB (cf. Saviani, 1998, p. 144), a preocupação com a formação pedagógica dos professores universitários era contemplada apenas no Art. 74, sendo suprimida do texto final a necessidade de formação pedagógica do professor universitário ficando de responsabilidade dos regimentos internos de cada instituição.

Lembrando Kopnin (1978), pode-se dizer que o pensamento nasce das necessidades para o exercício e satisfação das necessidades da prática, os quais ditam a necessidade ao homem, e o que ele deve conhecer para acatar estas finalidades e satisfazer suas prioridades no processo.

---

<sup>5</sup> LDB nº 9.394/96, foi dada em seu cap. III, art. 39.

O MEC em dezembro de 2004 publicou um Anteprojeto de Lei<sup>6</sup> propondo a reforma na educação superior brasileira, como “documento para consulta e aperfeiçoamento”, fato preocupante porque a educação superior sofre mudanças constantes, e tentar regulá-la por uma lei como esta, com seus 100 artigos são difíceis, “como se tudo estivesse se iniciando, partindo do zero”, pode ser no mínimo questionável.

Castro e Schwartzman (2004), colocam sua primeira impressão a respeito dessas proposições que sinalizam uma tentativa de melhora na visão tradicional e corporativista do ensino superior. Muitas linhas desse anteprojeto têm um aspecto inocente, no entanto podem ser letais, de acordo com sua regulamentação. No texto nota-se um conflito entre um padrão legal e o discurso de como “gostaríamos que fosse o nosso ensino superior”.

Existe uma abundante discussão de valores éticos, entretanto, não há explicação de como isso será implementado e cobrado, ficando a mercê de interpretações de administradores e conselheiros. (CASTRO; SCHWARTZMAN, 2004)

O que o MEC, por exemplo, resume em cinco pontos principais, as razões para a reforma:

- (a) a preocupação com a “expansão desenfreada das universidades privadas”;
- (b) o risco da “mercantilização” da educação;
- (c) a necessidade de expandir o acesso ao ensino superior, especialmente para a população de baixa renda;
- (d) a necessidade de cuidar da qualidade da educação superior, garantindo o papel “social e político” da educação, e colocando as universidades públicas como “elemento de referência”;
- (e) a consolidação da “gestão democrática e participativa”, para permitir um “projeto de educação de qualidade social”. (MEC, 2006)

Para o cumprimento desses pontos, é necessário o cumprimento dos seguintes objetivos, propostos pelo MEC:

- Elevação significativa dos recursos públicos para as universidades federais;
- Elevar a autonomia das universidades públicas na gestão dos recursos, porém reduzir a autonomia gerencial dos institutos e departamentos;
- Elevar o domínio sobre a concepção de novas instituições de ensino superior privadas;
- Generalizar o modelo de “eleições diretas e colegiadas” tanto no setor público quanto no setor privado;

---

<sup>6</sup> Lei 10.973 de 02/12/04. (MEC)



- Incentivar, o “controle social” sobre as instituições de ensino superior, por meio de “conselhos comunitários sociais”, para garantir sua relevância para o meio em que elas atuam;
- Impedir o controle de instituições educacionais brasileiras por estrangeiros, residentes no país ou não;
- Generalizar a política de ação afirmativa, garantindo 50% das vagas em todos os cursos e universidades públicas para estudantes de escolas públicas, além das cotas para população de origem negra e indígena. (CASTRO; SCHWARTZMAN, 2004)

Na opinião dos autores, o anteprojeto de lei, é marcado pelo atraso e não avanço, pois:

- A autonomia gerencial e financeira para as universidades públicas é um avanço, porém não está formulada em sua totalidade, implicando em gastos;
- O anteprojeto é marcado pelo preconceito em relação ao ensino privado, xenófobo aos investimentos internacionais e de estrangeiros na liderança de instituições de ensino, e insensível ao compromisso das universidades de inserir o país no mundo globalizado;
- A imposição de eleições diretas e governos colegiados, é um estímulo às piores tradições de politização da vida universitária, que com a lei procura ampliar para o setor privado;
- A preocupação simples com a equidade no acesso ao ensino superior não acompanhada de considerações para essa mudança;
- Por fim, o anteprojeto ignora as tendências e mudanças no ensino superior no mundo. (CASTRO; SCHWARTZMAN, 2004)

Dois pontos exemplificam esse entrave para a autonomia das universidades federais: primeiro a oposição de funcionários e professores a “saída do regime jurídico único do funcionalismo federal” e segundo “pelo medo de que as universidades percam recursos se não cumprir os objetivos preestabelecidos”. (Idem, 2004). Ainda nas palavras de Castro e Schwartzman (2004), o anteprojeto deixa dúvidas e não menciona o processo de transição do regime jurídico único com isonomia salarial, para um novo modelo. Quanto aos recursos, “nenhuma universidade recebe menos dinheiro em um ano do que o recebido no ano anterior. Ou seja, ninguém poderá ser punido por não cumprimento de compromissos e metas”.

Embora faça referência à avaliação da qualidade, a proposta do Anteprojeto de Lei não define uma ligação clara e direta entre os recursos e o desempenho das universidades federais.

Outro ponto importante a mencionar é o orçamento anual das universidades federais que é definido com base histórica ou política, e sem nenhuma relação com qualidade e desempenho, uma vez que autonomia com responsabilidade deveria associar os recursos à resultados quantitativos bem definidos, sem falar do congelamento dos orçamentos em relação aos anos anteriores que complica ainda mais as bases orçamentárias. A utilização dos impostos municipais na educação é representada no anexo 4.

A Lei 10.973 de 02/12/04 do MEC prevê uma elevação em 40% até o ano de 2011, ou seja, estabelece metas de que o ensino superior atenderá 30% da população entre 18 e 24 anos de idade até o final da década. A possível conclusão é de que o setor público, que atende por volta de 1 milhão de estudantes em instituições federais, estaduais e municipais, passará a algo em torno de 3.5 a 4 milhões, com expectativas de atingir o equilíbrio nos próximos anos, ou seja, que os concluintes do ensino médio tenham ingresso no ensino superior.

No entanto, é importante considerar que esse equilíbrio seja alcançado a um alto custo, ou seja, grande parte dos concluintes não tem as qualificações mínimas para ingressar no ensino superior, como se pode verificar pelos resultados do SAEB e do ENEM, e a comprovação da sobra de vagas no programa “universidade para todos” do governo federal no início do ano passado (2005).

Outro aspecto crítico da reforma aparece no Decreto 5773, de 09 de maio de 2006, que diz respeito às regras de funcionamento da burocracia.

### **2.3 A Educação Superior no Brasil: as Organizações Acadêmicas**

No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) tem as seguintes classificações ou formatos: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Institutos ou Escolas Superiores dividindo-se entre entidades públicas e privadas, conforme artigo 1º do Decreto nº 3.860 de 09 de julho de 2001. (BRASIL, 2001)

As instituições de ensino superior oferecem cursos superiores nas suas diversas linhas. O MEC prevê as seguintes formatações:

## (a) Instituições Universitárias que se subdividem em:

- Universidades: são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão;
- Universidades especializadas: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar;
- Centros universitários: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. (MEC, 2005)

## (b) Instituições Não Universitárias subdivididas em:

- CEFETs e CETs - Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e os Centros de Educação Tecnológica (CETs). Representam instituições de ensino superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Eles podem ministrar o ensino técnico em nível médio.
- O centro de Educação Tecnológica possui a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada;
- faculdades integradas: são instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Têm o regimento unificado e são dirigidas por um diretor geral. Pode oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado);
- faculdades isoladas: são instituições de educação superior públicas ou privadas. Com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento são vinculadas a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado);
- institutos superiores de educação: são instituição públicas ou privadas que ministram cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização, extensão e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). (MEC, 2005)

### 2.3.1 Cursos e níveis da educação superior

Há diversos tipos de cursos que o MEC reconhece como sendo de Educação Superior, informações estas disponíveis em *site* e *links* citadas ao final em referências bibliográficas. São eles:

Cursos Seqüenciais<sup>7</sup>: organizados por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, são abertos a candidatos portadores de diplomas de conclusão do nível médio, que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Destina-se à obtenção ou à atualização de qualificações técnicas, profissionais, acadêmicas ou de desenvolvimento intelectual, em campos das ciências, das humanidades e das artes. Classifica-se em:

a) Cursos Seqüenciais de Formação Específica: com destinação coletiva, requerem autorização e reconhecimento por parte do MEC e conferem diploma;

b) Cursos Seqüenciais de Complementação de Estudos: com destinação coletiva ou individual, conduzem a certificado.

c) Cursos Tecnológicos – abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Estruturados para atenderem aos diversos setores da economia, ministram formação profissionalizante, abrangendo áreas especializadas e conduzindo ao diploma de Tecnólogo.

d) Cursos de Graduação<sup>8</sup> – conferem formação em diversas áreas do conhecimento, nas modalidades de ensino presencial, semi-presencial ou a distância. São abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Conferem a seus concluintes os seguintes diplomas: Bacharelado; Licenciatura (Plena; Curta ou de 1º Grau).

e) Cursos/Programas de Pós-Graduação – abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino. Compreendem os Cursos de Especialização (ou pós-graduação lato sensu), que conduzem a certificado, e os programas de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado (Acadêmico e Profissional) e Doutorado –, que conduzem a diploma.

f) Cursos de Extensão – abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Conduzem a certificado. Podem ser oferecidos nos níveis de Iniciação, Atualização, Aperfeiçoamento, de Qualificação e Requalificação Profissional ou outros. Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Síntese do Relatório Final, Brasília, dezembro de 1999), os cursos de extensão consistem "num conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal. Incluem oficina, workshop, laboratório e treinamentos." (MEC, 2006)

<sup>7</sup> Resolução CNE/CES N° 01, de 27.01.1999 e Portaria N° 612, de 12.04.1999.

<sup>8</sup> Portarias N° 1.120, de 16.07.1999 e SESu N° 1.449, de 23.09.1999.

### 2.3.2 Títulos emitidos por instituições de ensino superior

A Educação Superior, um dos níveis da educação formal brasileira, é ministrada em Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privada, e é regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Por meio de investigação em *site* do INEP, foi possível uma breve descrição das instituições de ensino de acordo com os títulos obtidos pelos estudantes, em seus cursos:

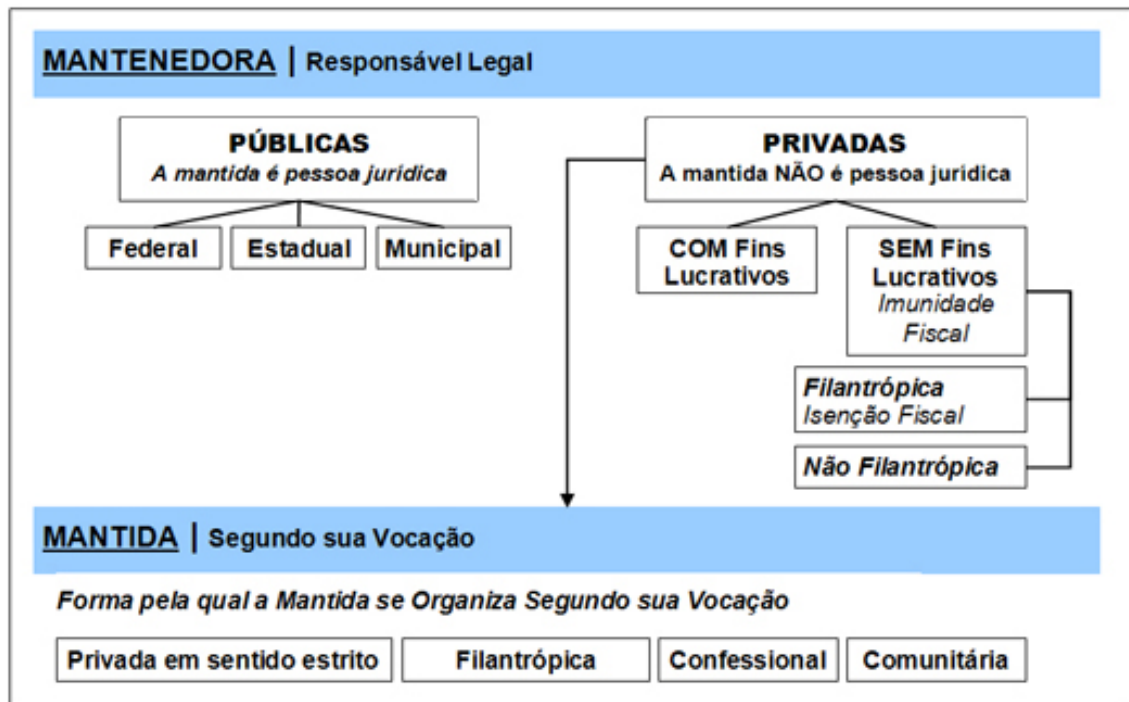
- (a) Bacharelado, são os cursos que habilitam o portador a exercer uma profissão de nível superior com diferentes tipos de habilitação;
- (b) licenciatura, voltadas à formação de professores para atuar: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- (c) tecnólogos, são os cursos superiores de curta duração que visam a formação de profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho podendo dar continuidade ao ensino cursando a pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*;
- (d) públicas, são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podendo ser: Federal, Estaduais ou Municipais;
- (e) privadas, são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podendo se organizar em: Instituições Privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- (f) instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:

(f1) comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

(f2) confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

(f3) filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração. (INEP, 2005)

Figura 2 - Organização Administrativa do Ensino Superior no Brasil



Fonte: Portal Mec, SESU 2005.

Obs. Mantida – segundo vocação regional – captado de.

Enfim, para gerir todos os níveis de ensino, o Governo instituiu diversas estruturas administrativas, sobre as quais se discorre a seguir.

### **2.3.3 O Ministério da Educação (MEC)**

O MEC foi criado aos 14 de novembro de 1930, como uma Secretaria de Estado em que passaram a ser subordinadas as repartições que faziam parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>9</sup>.

As áreas de competências do MEC compreendem:

- (a) Política nacional de educação;
- (b) Educação infantil;
- (c) Educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino supletivo, educação tecnológica, educação de jovens e adultos, Educação Profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- (d) Avaliação, informação e pesquisa educacional;
- (e) Pesquisa e extensão universitárias;
- (f) Magistério;
- (g) Coordenação de programas de atenção integral a crianças e adolescentes. (Portal MEC/ CNE, 2005)

### **2.3.4 Conselho Nacional de Educação (CNE)**

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é uma estrutura de administração direta do MEC que foi criada em 24 de novembro de 1995, de acordo com normas que constam de seu regimento interno aprovado pelo Senhor Ministro da Educação.<sup>10</sup>

Foram formalizadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução n.3 de 1998 e estão ainda em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), que têm no segmento juvenil um de seus eixos fundamentais. (ZIBAS; FERRETTI; TARTUCE, 2006)

---

<sup>9</sup> Maiores informações Decreto nº. 19.444 de 01/12/1930 e nº. 19.518, de 22 de Dezembro de 1930.

<sup>10</sup> Portaria MEC nº. 1.306, de 02 de setembro de 1999, parecer CNE/CP 99/99.

### **2.3.5 O Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica (CNCT)**

O Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNCT)<sup>11</sup> é responsável pelo registro e divulgação em território nacional sobre cursos aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação, ficando a cargo de órgãos regionais, como a Secretaria Estadual de Educação em alguns Estados.

### **2.3.6 O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**

Criado aos 13 de janeiro de 1937, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) era o responsável por:

Organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos. (INEP, 2006)

Para Lourenço Filho (1964), o INEP foi o primeiro órgão nacional a se constituir como “fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica”.

Em 1952, o Professor Anísio Teixeira, assumiu a Presidência do INEP e passou a dar enfoque maior à pesquisa, cujo objetivo era criar centros de pesquisa como um meio de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil”. (Relatório do INEP 50 anos, 1987).

Em 1972, o INEP tornou-se um órgão autônomo, passando a realizar levantamentos da situação educacional do País que permitiriam a reforma do ensino e implantação de cursos de pós-graduação. Entre 1985 e 1995 passou por reestruturações e passou a dar suporte à tomada de decisões em políticas educacionais e novas estratégias de produção e propagação de conhecimentos e informações ao Ministério da Educação.

---

<sup>11</sup> Resolução 04/99 do CNE, homologado pelo MEC em novembro de 2000, e a Lei Federal 9.394, de dezembro de 1996.



Em 1997, a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEADE) foi integrada à estrutura e transformada em autarquia federal.

De todo o exposto, pode-se dizer que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é um órgão federal vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que promove estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Tem por objetivo auxiliar a formulação e implementação de políticas públicas na educação com qualidade e igualdade, de forma clara e confiável aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

A partir de levantamentos estatísticos são gerados os dados e estudos educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, que se observa no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Tipos de Estudos e Pesquisas realizadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre o Sistema de Ensino Brasileiro - 2006**

<b>Tipos de Avaliação</b>	<b>Modalidade de Ensino</b>
Censo Escolar	Levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente.
Censo Superior	Coleta anual de uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância.
Avaliação dos Cursos de Graduação	Procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação representando uma medida necessária para a emissão de diplomas.
Avaliação Institucional	Análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no formulário eletrônico e a verificação, <i>in loco</i> , da realidade institucional, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	Novo instrumento de avaliação superior do MEC/ INEP, formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Exame de saída facultativo aos concluintes do ensino médio, aplicado pela primeira vez em 1997.
Exame Nacional para Certificação de Competências (Enceja)	Trata-se de uma proposta do MEC de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria.
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Pesquisa por amostragem, do ensino fundamental e médio, realizada a cada dois anos.

**Fonte:** INEP, 2006.

No quadro, podem-se visualizar os estudos conduzidos pelo INEP, onde por meio do Censo Escolar, é realizado anualmente o levantamento sobre o ensino médio em área nacional. O Censo Superior também de base anual é o responsável direto pela coleta de dados do ensino superior no País.

Já a Avaliação dos Cursos de Graduação é utilizada pelo MEC para o reconhecimento dos cursos de graduação e emissão de diplomas. E a Avaliação Institucional analisa os dados fornecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em formulário eletrônico e os verifica presencialmente, por meio de Comissões especialmente designadas para esse fim.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um instrumento de avaliação superior dividido em três etapas: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) avalia os concluintes do ensino médio; o Exame Nacional para Certificação de Competências (Encceja) é uma proposta do MEC de avaliar estudantes que não concluíram os estudos na idade indicada e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem sua base amostral no ensino fundamental e médio.

Além desses levantamentos estatísticos e avaliações, o INEP promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação, assim como direcionar recursos financeiros. (INEP, 2006)

Pachane e Pereira (2004) apontam indicadores como à “exigência de titulação do corpo docente, processos sistemáticos de avaliação, tanto em âmbito institucional como nacional” [...] como um referencial dos variados tipos de instituições, havendo uma maior distinção entre programas que incentivam a pesquisa e programas que priorizam o ensino como observado por Pimenta e Anastasiou (2002, p. 128-129), no quadro anterior.

A expansão de instituições particulares de ensino pode ser observada nos dados estatísticos divulgados recentemente pelo MEC/INEP, em que esta não é acompanhada por um processo de profissionalização. Essa ampliação de forma desigual nos diferentes tipos de IES brasileiras uniu-se o processo de flexibilização do sistema (diversificação da oferta), diferenciação que tende a se aprofundar, refletindo a adequação do sistema em face do crescimento da demanda e dos novos perfis profissionais exigidos pelo mercado.

Aponta-se ainda nos dados estatísticos do MEC, a necessidade de criação de cursos mais curtos e/ou voltados a novas especialidades, sejam elas decorrentes de abordagens interdisciplinares, do avanço da ciência e da tecnologia, da mobilidade dos campos do saber ou das necessidades criadas pelo gerenciamento de sistemas de novas tecnologias. Questiona-se, inclusive, qual a formação que o ensino superior deve oferecer e as quais interesses devem atender. Nessa linha, vem sendo oferecidos os Cursos Superiores de Tecnologia em diversas áreas. O catálogo do MEC identifica diversas possibilidades, dentre elas Comércio, Segurança e outras. (INEP, 2006).

Paralelamente a estas mudanças, o sistema educacional tem observado um movimento no sentido de democratização do acesso ao ensino superior, como é possível de ser observado nos resultados do Censo da Educação Superior.

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, muito menos, “sente”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, sem acreditar que o intelectual possa ser um intelectual mesmo quando distinto do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, [...] não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal. Se a relação entre intelectuais e povo-nação [...] se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), [...] realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social [...]. (GRAMSCI, 1995)

Kuenzer (2002), assim como Castels (1999) afirmam que uma característica da integração não será apenas o amplo domínio das diferentes formas de linguagem, mais também uma formação teórica que exerça o papel de diferenciação. Em educação, se faz necessário aprofundar o conhecimento para evitar a banalização do contexto da injustiça social.

Outro ponto importante é a revisão dos projetos de Educação Profissional, que demonstram atualmente o anacronismo frente às mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

Desta forma, Kuenzer (2002), afirma que com o “deslocamento do referencial da qualificação do emprego para a qualificação do indivíduo” em que o desenvolvimento será comportamental, essas competências seriam “transversais” a todas as qualificações, ou seja, no “trabalhar em equipe, ter iniciativa, comunicar-se adequadamente e estudar permanentemente”.

Jacomeli (2004), citando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indica os conteúdos a ser trabalhados por áreas de conhecimento, com a abordagem “transversal” de questões sociais. Esses “Temas Transversais” seriam: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo.

As discussões acerca desses temas partem do princípio de que:

[...] a escola é o lugar de formação do cidadão [...] a construção da cidadania implica o entendimento de que vivemos numa sociedade que é múltipla, estratificada e complexa. A cidadania tem como meta o ideal de igualdade entre os cidadãos e, para isso, é necessário o acesso à totalidade de bens públicos [...] (JACOMELI, 2004, p. 2)

Contudo, os PCNs indicam que a escola está impossibilitada de formar indivíduos para o desempenho da cidadania ativa. Este, o diagnóstico de Jacomeli (2004), segundo o qual, o antigo currículo organizado pela estrutura disciplinar é responsável pelo insucesso da escola, da forma que esta posta não expressa a realidade pluridimensional, tratada pelos temas transversais, “como forma de criar mecanismos integradores das diversas disciplinas, ou mesmo, para superar a fragmentação do conhecimento escolar”.

Esta abordagem (diretrizes curriculares) no Brasil está segundo Kuenzer (2002), presente para todos os níveis de educação, onde se dá ênfase ao comportamental em prejuízo do teórico, o que leva à expansão da prática sem acompanhamento.

Isto significa tomar o trabalho como foco, não reduzido a uma dimensão parcial e objetiva, mas como totalidade rica de complexas relações. [...] o conhecimento da tarefa pelo conhecimento do processo, o que vale dizer, o conhecimento de um produto do conhecimento humano que deve ser aprendido em forma mecânica, rotineira, pelo conhecimento do fluxo enquanto um conjunto de relações que revelam movimento. [...] como parte da totalidade mais ampla configurada pelas relações sociais e produtivas que conferem significado ao processo típico de uma dada organização. (KUENZER, 2002)

Essa aproximação produtiva da prática só é aceitável do ponto de vista da produção do conhecimento, em que se faz necessário nutrir o pensamento com o que já se sabe, com teor e categorias de análise que admitam identificar e demarcar o objeto do conhecimento e delinear o caminho metodológico para se chegar ao conhecimento.

A já mencionada práxis para Kuenzer (2002), enquanto processo “resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre velho e novo, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre homem e humanidade, que produz conhecimento e por isto revoluciona o que está dado, transformando a realidade”.

O mundo do trabalho passou por mudanças e hoje se exige do trabalhador muito mais do que “conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, conhecimentos básicos”, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas. A exigência de níveis mais elevados de educação para os trabalhadores, “até porque a concepção de competência que vimos adotando privilegia a capacidade potencial para resolver situações-problema decorrentes de processos de trabalho flexíveis em substituição às competências e habilidades específicas exigidas para o exercício das tarefas nas organizações [...]”.(KUENZER, 2002)

A proposta a partir das observações aos conteúdos:

- (a) Articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico a partir do processo de trabalho, concebido enquanto "locus" de definição dos conteúdos que devem compor o programa, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- (b) articulação entre saber para o mundo do trabalho e saber para o mundo das relações sociais, privilegiando-se conteúdos demandados pelo exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia, da ética, e assim por diante;
- (c) articulação entre conhecimento do trabalho e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho;
- (d) articulação dos diferentes atores para a construção da proposta pedagógica: operadores, supervisores, técnicos, especialistas, profissionais de recursos humanos, professores, pedagogos do trabalho, gerentes e assim por diante.

## 2.4 A Educação Superior no Brasil de Hoje

Nunes (2005) verificou em sua pesquisa que o número de vagas cresce mais do que o número de ingressos, que a relação de candidato por vaga aumenta na universidade pública e diminui na universidade privada, mas que, mesmo de forma desequilibrada, há um crescimento setorial expressivo.

Os dados quantitativos a respeito do ensino superior brasileiro de 1991 a 2002 foi destacado nos itens expressos a seguir:

- em 1998, apenas 22,8% dos candidatos ao vestibular efetivamente ingressavam na universidade, mesmo que houvesse vagas suficientes para matricular;
- já àquela época, uma ociosidade da ordem de 16,10% indicava possíveis problemas de gestão de marketing, no que se refere a preço (mensalidade além do poder aquisitivo), produto (excesso de vagas) ou distribuição (oferta diurna);
- de 1998 a 2002, a proporção de ingressantes sobre o total de alunos matriculados permaneceu basicamente a mesma, em 23,6%. Mas, por outro lado, já havia vagas disponíveis para que 45,20% dos candidatos do Vestibular ou de outros processos seletivos ingressassem na universidade; e o surgimento de novas IES elevou ainda mais a ociosidade: em 2002, 31,13% das vagas oferecidas no conjunto das instituições públicas e privadas do Brasil não foram ocupadas. (NUNES, 2005, p. 27-28)

Outra importante, observação levantada por Nunes (2005) diz respeito ao crescimento do ensino superior estar “diretamente correlacionado com a expansão do ensino médio” nas seguintes proporções assinalados por ele:

- De 1996 a 1999, enquanto o ensino médio cresceu 35,4%, o ensino superior cresceu 27,3%. Essa defasagem de 29,6% ( $35,4/27,3 \times 100\%$ ) impulsionou a abertura de novas instituições e a ampliação do número de vagas nas já existentes, em nome de uma demanda não atendida;
- de 1995 a 2001, o número de concluintes do ensino médio subiu de 900 mil para 2.200 mil, um crescimento da ordem de 144%. (NUNES, 2005, p. 30)

Antunes e Weinberg (2006) em investigação nos micro dados da PNAD do IBGE sobre a composição dos jovens por renda que estudam em faculdades privadas do país, encontraram as seguintes informações: 52% dessas vagas são preenchidas por estudantes de baixa renda, onde 66% desses alunos são pobres e pagam mensalidades.

Em contrapartida, alunos egressos de colégios privados de famílias de alta renda preenchem as vagas em universidades públicas. Para Castro<sup>12</sup> (2006), "essa inversão é o principal obstáculo para a ampliação do número de universitários no Brasil". Essa disparidade demonstra que apenas 20% dos jovens brasileiros freqüentam uma faculdade, comparados aos jovens de outros países como Chile (43%), Peru (32%) e Coréia do Sul (89%).

A saída para os alunos de baixa renda (85% dos jovens) é matricular-se em cursos de baixa demanda nas faculdades públicas ou financiar por meio do seu trabalho as mensalidades. O resultado dessas "escolhas e financiamento" segundo pesquisadores tem início no sistema escolar que forma estudantes mais admissíveis vindos das particulares e outros egressos do ensino público (ruim). (CASTRO, 2005)

Para o professor João Batista de Oliveira com base no exame nacional, Prova Brasil (aplicado às turmas de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental). (ANTUNES e WEINBERG, 2006)

[...] os estudantes de escola pública apresentam um atraso de quatro anos nos conteúdos exigidos para a série em que estão matriculados. Só um milagre os faria passar num vestibular concorrido. Sem estímulo acadêmico e muitas vezes forçados a trabalhar para contribuir com o orçamento familiar, eles engrossam as estatísticas da evasão e da repetência. (ANTUNES e WEINBERG, 2006)

Uma fórmula simples baseada num tripé tem sua eficiência posta à prova: primeiro, a jornada de estudos de oito horas – o dobro da média nacional, segundo o aumento da participação dos pais na vida escolar e professores claramente comprometidos com o projeto educacional.

Para o economista Castro (2006), "O Brasil tem o pior sistema universitário público: é caro e socialmente injusto". O custo de um universitário no Brasil é o mais alto do mundo, – 10.400 dólares por ano, ou seja, a "diferença entre o investimento por aluno no ensino fundamental e no ensino superior é de onze vezes". Para Braga (2006), "a abertura de uma nova vaga na universidade pública custa ao governo cinco vezes mais do que subsidiar um universitário numa faculdade particular, como já ocorre (ainda timidamente) por meio do ProUni, o programa federal que dá bolsas a 120 000 estudantes carentes". (ANTUNES e WEINBERG, 2006)

---

<sup>12</sup> Educadora Maria Helena Guimarães de Castro

Para reduzir essa disparidade no ensino superior público, uma das saídas pode ser um caminho mais acessível e outra a expansão do ensino técnico de nível superior no Brasil, por serem os cursos técnicos de curta duração (média de 2 anos) e direcionados no mercado de trabalho. Atualmente no Brasil, 150.000 estudantes estão matriculados nesses cursos. (ANTUNES e WEINBERG, 2006)

Importante frisar que essa expansão citada pelos autores acima, é uma saída encontrada para profissionalizar a atual mão de obra, não levando em consideração uma possível banalização do ensino superior no Brasil, assunto a ser tratado ao final deste trabalho.

Para Schwartzman (2006), essa falta de opção ao tradicional ensino superior produz mais uma estatística negativa para o Brasil:

[...] enquanto a população dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – (ver anexo 5) atinge níveis de escolaridade de doze anos, os brasileiros patinam numa média de sete anos de estudo, onde a cultura do diploma universitário no Brasil fecha as portas para uma massa de gente que poderia prosseguir um pouco mais com os estudos, caso tivesse alternativas.

A experiência de outros países (Chile, Peru e Coréia do Sul) para inclusão de mais jovens de baixa renda no ensino superior demonstra dois pontos cruciais a serem focados, de acordo com Antunes e Weinberg (2006).

(a) na escola pública, a ampliação da jornada de estudos para 8 horas, contra as atuais 4 horas no Brasil; premiação para os melhores professores na forma de salário, contra a isonomia, e incentivo na participação da família na escola, abrindo as mesmas aos finais de semana;

(b) no ensino superior público, instituir a cobrança de matrícula na universidade para alunos de maior renda na forma de financiamento aos de baixa renda e ampliação do ensino técnico de nível superior, intensificação nos cursos de curta duração e focados no mercado de trabalho.



## 2.5 A Educação Profissional no Brasil

No ano de 1996, em pleno Plano Real, foi inserida no Brasil a “Educação Profissional”, tida como um complemento à formação geral, com finalidade de seguir a mudança entre a escola e o mercado de trabalho pelo estudante, habilitando os mesmos “conhecimentos e habilidades gerais e específicas” para sua admissão no mercado de trabalho. A Educação Profissional era desenvolvida em escolas de ensino regular e também em instituições especializadas, atingindo pessoas de níveis escolares diferentes, nos seguintes estratos:

- (a) básico: destinado à qualificação e re-profissionalização de trabalhadores, independentemente de escolaridade prévia;
  - (b) técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio;
  - (c) tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.
- (SANTOS, 2000)

A justificativa para a inclusão da Educação Profissional na Lei de Diretrizes e Bases (LDB): “a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (MEC, 2005).

O MEC estrutura da seguinte forma a Educação Profissional pela legislação:

- I – Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (MEC, 2005)

Nessa linha de raciocínio, as lideranças públicas são responsáveis pelo investimento na formação da oferta de profissionais ao mercado de trabalho, na medida em que regulamentam e oferecem cursos universitários e de nível técnico, estes últimos normatizados pela Resolução 4/99 do Conselho Nacional da Educação (CNE, como cursos de dois anos de duração, com doze horas/aula semanais).

A oferta de profissionais seja de nível técnico, seja universitário é ligada ao “número de pessoas que entram e saem do mercado” segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (1998), diz respeito neste projeto, aos munícipes da população economicamente ativa (PEA) com ensino superior e técnico completos, que se disponibilizam para disputar oportunidades de trabalho nas regiões em estudo. A oferta de trabalhadores em nível superior é construída, em Rio Claro, pelas instituições de Ensino Superior, apresentadas em capítulo específico.

Todos os programas de Educação Profissional, lançados e financiados pelo Governo e quase todos em plena atividade não são qualificados como programas de diminuição nos índices de pobreza, apesar de sua vinculação direta com esse objetivo.

A Educação Profissionalizante atende aos fundamentos econômicos e políticos ao permitir de acordo com a ideologia a camuflagem das incoerências sociais e econômicas que produzem a desqualificação e o desemprego. Nas palavras de Deitos (2005), a questão é simples: “pobreza é um problema de equidade social e equidade social não significa igualdade de condições políticas, econômicas e sociais”.

Afirmações como "Educação Profissional é um complemento à educação básica" são feitas com base na constatação da identidade entre as capacidades demandadas pelo exercício da cidadania e pela atividade produtiva. Essa identidade permitiria superar a dicotomia entre os ideais de formação humana, que perderiam seu caráter abstrato, e as demandas da produção, que por sua vez se humanizariam (TEDESCO, 1998, p. 51).

Embora existam diversas denominações da Educação Profissional sem consenso, é preciso admitir que existam outros critérios (técnico-político), além de outras fontes conceituais sobre teorias que são regidos pela necessidade de reconhecimento de projetos de maiores dimensões. Com as transformações ocorridas no mercado de trabalho, também a Educação Profissional sofreu alterações, uma vez que os processos tradicionais de educação e suas propostas pedagógicas estavam ultrapassados.

Kuenzer (2002) enfatiza que estas propostas superadas se devem ao perfil da Educação Profissional que preparava o trabalhador para executar tarefas repetitivas meramente mecânicas, em que o Estado tentava assegurar seus objetivos de pleno emprego para a sociedade.

Após as mudanças ocorridas na cadeia produtiva, elementos estratégicos para acumulação flexível e a demanda capitalista por um novo perfil de trabalhador, observa-se a necessidade de algumas características para o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento como:

Análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e [...] capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar desafios das mudanças, [...]. (KUENZER, 2002)

Essas competências científico-tecnológicas permitem a capacidade crítica de intervir e assegurar a competitividade com mínimo risco e desperdício. Exigem novos comportamentos frente aos novos modelos de gestão de trabalho. Isso resume a “empregabilidade”, ou seja, a posse dessas características tratadas e entendidas como “adequadas”, uniformes advindas da formação escolar completada pela profissional adquirida em cursos técnicos e superiores que garantiam emprego às antigas gerações e hoje não existe mais essa conexão entre a formação escolar e o exercício profissional, deixando a função de recrutador ao mercado, que dita o perfil (competência) necessário, para quando e em que quantidades. (KUENZER, 2002).

A seguir disserta-se sobre a qualificação profissional dos trabalhadores para o mercado de trabalho.

### **2.5.1 A qualificação profissional**

Entende-se por qualificação profissional, as características de formação do perfil do trabalhador que o tornam apto a assumir um determinado cargo ou função. Machado (1992) entende que a qualificação individual, além de um pressuposto, é um resultado expressando em maior ou menor grau de complexidade os variados tipos de trabalho simples conhecidos.

Qualificar é uma forma de agitar e somar as diferentes formas de trabalho para Rolle (1989) citado por Silva (1991); já Freyssenet (1989, p. 105) entende que uma atividade deva ser realizada e entendida de maneira abrangente, em que a responsabilidade, experiência, autoridade são assumidas.

Exigências quanto ao perfil de qualificação dizem respeito a diversos itens, que vão desde o nível de escolaridade à capacidade de adaptação às mudanças.

Para Tartuce (2002, p. 13) citado por Alaluf (1986) a qualificação é reconhecida pela remuneração e hierarquia em função das tarefas.

As empresas buscam indivíduos com diferentes qualificações, ou níveis de escolaridade e a muitos desses profissionais, (trabalhadores) a capacitação se limita à do “saber fazer”, setor básico. No entanto, neste estudo serão analisados os intermediários e técnicos, de escolaridade média, onde se encontram também os tecnólogos, profissionais especialistas, assim como de nível universitário.

Segundo Kerstenetzky (2004) citado por Costa; Kerstenetzky (2005), no processo de articular princípios de justiça com políticas públicas, o investimento em educação, seria “um dos instrumentos mais legítimos para se alcançar justiça social”, na medida em que traria “o acesso igual a oportunidades de realização socioeconômica a todos os membros de uma comunidade [...]”.

As oportunidades de trabalho são decorrentes da demanda por profissionais por parte das organizações, a qual é definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (1998); como o “número de vagas abertas e fechadas”, neste estudo, refere-se ao número de vagas contratantes que exigem nível universitário e técnico desejado pelas organizações para o preenchimento de seus quadros, nos níveis hierárquicos organizacionais.

Estudo conduzido por Machado, Oliveira e Carvalho (2004), mostrou a incompatibilidade entre o nível de escolaridade do trabalhador e a qualificação solicitada, com base nas PNAD's de 1981 a 2001 e constataram alta qualificação em muitas áreas. Os autores ainda completam que o conceito de qualificação é visto pela variável escolaridade, onde os resultados oscilam entre elevada demanda qualificada e intermediária qualificação, aconselhando uma redefinição do termo.

Machado, Oliveira e Carvalho (2004), com base em estudo de Soares, Servo e Arbache (2001), discutem essa utilização limitada e completam que o emprego do nível de escolaridade como correspondente de qualificação é apenas conveniente, pois não ratifica as formas em que as escolas contemporizam aptidão aos indivíduos.

### 3 O PAPEL DO GOVERNO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Sendo o Governo um mecanismo pelo qual a sociedade prioriza suas ações de forma representativa, transparente e responsável, o progresso da democratização dá diferenciais aparentes onde instituições responsáveis representam em média, de 15 a 25 por cento a mais nos indicadores como, acesso ao serviço médico, e matrícula na escola primária, entre outros. (SIEGLE, J. 2004)

Seja qual for a responsabilidade assumida, os resultados individuais são mais importantes no desenvolvimento econômico e social, independentemente dos setores públicos envolvidos, em que gradativamente se manipula de forma positiva a "cultura da responsabilidade" e isso é muito mais importante para uma mudança política no desenvolvimento municipal.

O conceito de governança foi definido pelo Banco Mundial como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento [...]" (WORLD BANK, 1992, p. 1).

Borges (2003), afirma que o Banco Mundial constituiu quatro dimensões-chave para a boa governança, são elas: administração do setor público, (quadro legal), participação (*accountability*), informação e transparência.

Malloy (1993), expõe o termo "governabilidade (ou capacidade governativa) como a capacidade de um sistema político de produzir políticas públicas" com o intuito de findar os problemas da sociedade, ou, "converter o potencial político de um dado conjunto de instituições e práticas políticas em capacidade de definir, implementar e sustentar políticas".

Resumindo a análise de Malloy (1993) citado por Santos (1997), pode-se separar a definição nos seguintes termos para a capacidade governativa:

- (a) Identificar problemas da sociedade e formular políticas públicas, que solucionam;
- (b) implementar as políticas formuladas, mobilizando para isso meios e recursos políticos, organizacionais e financeiros necessários.

Entende Siegle (2004), que a governança ou capacidade governativa, administra as relações entre o Estado, Organizações Civis e o Setor Privado, e inclui normas de ação política, institucional nos mecanismos e processos pelos quais são projetadas ações políticas públicas.

Martins (1995) se expressa de forma semelhante em relação ao termo governabilidade, como sendo a arquitetura institucional e a governança ligada ao desempenho dos atores e sua capacidade no exercício da autoridade política.

Gonçalves e Machado (2004) lembram os efeitos ocorridos na economia nos anos 90 e seu aquecimento multilateral, assim como, Green, Dickerson e Arbache (2001), verificaram uma elevação no retorno à educação superior, neste mesmo período. Essa elevação ao trabalho graduado é conferida à elevação na demanda por mão-de-obra qualificada, dado que não se verifica na oferta.

Segundo Jacomeli (2004), os documentos presentes nos PCNs aconselham a diversificação das políticas educacionais de forma que a educação não seja revertida em mais uma fonte de exclusão social. Atualmente o palco em que a educação situa-se deve ser repensado, de maneira que cada indivíduo aproveite todos ambientes educativos em seu percurso.

Para tanto, esses documentos relativos à educação do cidadão devem estar estabelecidos sobre “quatro pilares” segundo Jacomeli (2004):

- 1) aprender a conhecer: saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, com espírito investigativo e crítico; em outras palavras, ser capaz de aprender a aprender durante toda a vida;
- 2) aprender a fazer: desenvolver a competência para relacionar-se em grupo, resolvendo problemas e adquirindo uma qualificação profissional;
- 3) aprender a viver com os outros: fortalecer sua identidade, compreendendo e percebendo a interdependência com o outro para a realização de projetos comuns, gerindo conflitos e respeitando valores de pluralismo, da busca da paz e de compreensão mútua;
- 4) aprender a ser: desenvolver sua personalidade para agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades (JACOMELI, 2004 citado por DELORS, 2001)

Neste ínterim, a Gestão Pública tem um papel de suma importância na área da educação, principalmente em momentos políticos conturbados, em que temas como cidadania e participação estão presentes em campanhas de partidos políticos, e em que ações em resposta à fome e inclusão de classes menos favorecidos têm participantes garantidos. Deitos (2005), assim como Gomes (1990) têm a percepção de que a “cura” para a política educacional se inicia com a reforma do Estado, fonte geradora da crise e das barreiras que limitam a competitividade da economia brasileira.

### **3.1 As Novas Perspectivas da Educação para o Trabalho**

Mesmo que mudanças direcionem um novo olhar sobre o homem e o trabalho, os conteúdos e métodos passam a exigir um novo tipo de profissional que integre conhecimentos e experiências. Para que esse novo profissional tenha uma base firme de ensino fundamental e médio, se faz necessário uma reformulação político-pedagógica, que atualmente produz conhecimento, riqueza, exclusão em grandes proporções. (KUENZER, 2002)

Visto que é um desafio, sem a oferta geral de ensino médio no Brasil, não é possível desenvolver Educação Profissional de qualidade. O que já adianta Kuenzer (2002), não ser uma meta do governo de curto e médio prazo, esses investimentos permanecem de caráter excludente.

Do ponto de vista da autora, a perspectiva técnica da Educação Profissional está ultrapassada e se faz necessário uma reconstrução tecnológica, ou seja, uma escola mais moderna e equipada, com professores qualificados desde o ensino fundamental.

A educação é reconhecida por alguns autores como um instrumento central para a solução dos problemas de pobreza, desigualdade e carência de oportunidades, isso porque, segundo Schwartzman (2004), a educação eleva a produtividade, provocando riqueza, ampliando o acesso a oportunidades e reduzindo a desigualdade social. Com novos valores difundidos pela educação ampliada, permitiria uma maior confiança e credibilidade nas transações econômicas.

Já outros autores de tradição sociológica observam a educação de forma mais cautelosa; uma fonte não geradora de riqueza se não combinada com modernização e desenvolvimento econômico. Ou seja, a função seria de fato um mecanismo de distribuição e controle que permite ou não o acesso a posições socialmente mais elevadas. O autor coloca ainda que a situação da educação brasileira encontra ainda problemas de “qualidade e desvirtuamento”, e afirma ser fortes os traços da tradição do bacharelado, que depositam nos diplomados mais do que qualificação, e sim um grande objetivo a ser obtido. (SCHWARTZMAN, 2004)

A percepção que se tem é de que problemas como falta de qualidade, poderiam ser superados por uma elevação nos investimentos, entretanto o Brasil já consome bastante em educação em relação a seu produto. Um questionamento colocado pelo autor é de que uma melhora nessa situação educacional poderia ocorrer se uso dos recursos fosse mais adequado.

### **3.2 O Investimento Governamental na Educação e seus Programas**

Apesar dos investimentos e da expansão que a educação superior sofreu na última década, e de uma perceptível situação de que o setor privado tenha se expandido além do suportado pelo mercado, a tradição do ensino superior no Brasil é ainda pouco significativa quando comparada à dos demais países, isso considerando que o Brasil já gasta cerca de 5.5% do PIB em educação. Segundo Schwartzman (2004) citado por Wolf (2002), chegar ao ensino superior é um objetivo geral, sem levar em conta os valores a ser investidos como um todo.

O ensino superior brasileiro foi instaurado segundo o modelo francês, em que as faculdades profissionais eram controladas e regulamentadas pelo Estado, e a emissão de diplomas era regulamentada por lei.

Reis (2001) tem a percepção de que as instituições de ensino, sendo públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, são organizações que tem como objetivo final ofertar benefícios à sociedade; além de que estas organizações estão contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e da sociedade.



Com a reforma educacional já mencionada, advinda de diagnóstico oficial da ineficiência decorrente do desempenho escolar para o ensino médio e profissional, sua extensão e funções como: “falta de competitividade e cidadania exigidas pela globalização, integração do espaço consumidor com o produtor brasileiro ao mercado mundial competitivo, considerado cada vez mais comunicativo, dinâmico, empreendedor e solidário”, os investimentos por meio de novas diretrizes para o ensino médio e profissional, podem vir a favorecer estratégias exigidas para a superação do estágio de subdesenvolvimento em que se encontra o País. (DEITOS, 2005)

O autor ainda afirma que fatores determinantes e as contradições são forças motrizes do processo capitalista internos aos mecanismos de “individualização e sustentados pelo liberalismo” em suas bases doutrinárias vindas da propriedade privada dos meios de produção [...] e por se “tratar de um relacionamento de um país dependente e periférico, articulado pelo imperialismo e dominação do mundial chamada de globalização, sob a coordenação política, financeira e militar dos EUA”.

Importante, porém não fácil, é estimar o gasto em educação no Brasil, afirma Schwartzman (2004), embora os investimentos ocorram em diferentes níveis ter-se uma “ordem de grandeza” é importante. Segundo ele, uma estimativa feita em 2002 pelo Banco Mundial em conjunto com o Ministério da Educação,

[...] o setor público gastou no ano 2000 cerca de 5.5% do produto bruto, 63.8 bilhões de reais, em educação. Isto coloca o Brasil em nível de gastos equivalente ao da Itália (4.8) Japão (4.8), México (5.5), e acima do Chile (4.3). A isto se pode adicionar cerca de 20 a 30% a título de gastos privados elevando o total de gastos em educação a cerca de 6.3% do PIB, ou US \$38 bilhões de dólares. Os gastos vêm aumentando desde 1995, quando era da ordem de 4.6% do PIB. O governo federal é responsável por 18% deste total; os governos estaduais, 44.5%; e os governos municipais, 37.5%. Nos últimos cinco anos, a participação relativa de estados e municípios vem aumentando, graças à implantação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF - tornou efetiva a obrigatoriedade de Estados e Municípios aplicarem 25% de seus recursos em educação. (SCHWARTZMAN, 2004)

Desta forma, Schwartzman (2004), tem a percepção de que os problemas da educação básica brasileira estão centrados na má qualidade do ensino, na dificuldade de acesso à educação de melhor qualidade, na questão da relevância e pertinência dos conteúdos da educação para a vida das pessoas.

Para se ter uma dimensão *per capita*, o governo gasta cerca de 1.200 reais por ano por estudante do ensino fundamental e médio, e dez vezes mais, cerca de 12 mil reais, por estudante de nível superior. “O fato de o Brasil gastar dez vezes mais por aluno no ensino superior do que no ensino básico é uma aberração conhecida, parte da conhecida iniquidade dos gastos sociais do país”. (SCHWARTZMAN, 2004)

Muito já se tentou, mas a prioridade óbvia sem dúvida é o fortalecimento do país no quesito, “pesquisar e conhecer a experiência de outros países na área educacional”, e utilizar estes conhecimentos para a reformulação de políticas governamentais.

Uma forma de reunir as áreas de ação, na área da educação básica na concepção de Schwartzman (2004) são: autonomia e responsabilidade gerencial com fortalecimento dos vínculos entre escola e sociedade; um melhor recrutamento e formação de professores, a utilização de políticas de promoção automática, o uso pedagógico dos instrumentos de avaliação e políticas compensatórias com fortalecimento intelectual e apoio técnico para o setor de educação.

### **3.3 Novas Políticas e Posicionamento Oferta X Demanda**

Quando se assume o discurso interpretado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), acaba-se por tomar determinado posicionamento, vinda de uma análise superficial, onde se tem a idéia de que a população está sendo atendida na medida em que o mercado demanda. Mesmo em meio ao desequilíbrio que se tem na economia assumiu-se uma única frente unificadora, chamada de “mediação”, ou seja, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) onde a finalidade é dar à educação básica, condições de continuidade de formação.

A verdade, aferida de forma mais cuidadosa, demonstra segundo análise de Kuenzer (2002), para um comprometimento radical à dependência externa de capitais especulativos, corrosão de fundos públicos, agravantes de sonegação e renúncia fiscal, para não citar mal-uso e corrupção, culminando com fechamento de postos de trabalho e aumento da exclusão social.

Não é novidade que ao resultado deste estudo ver-se-á que as pesquisas recentes apontam para uma polarização das competências, ou seja, uma interação melhor entre formação e demanda de forma que a população se mantenha um maior tempo possível em alguma tarefa produtiva.

Embora uma manutenção da massa de excluídos na percepção de Kuenzer (2002) do sistema de educação ainda tenda a aumentar, caso não sejam tomadas medidas acerca das políticas públicas para a elevação da qualidade da educação e o seu ingresso ao final dos estudos em atividades produtivas, ocorrerá um desnivelamento (falta de interação) dos formandos no ensino médio e técnico em relação aos ingressos no ensino superior.

Kuenzer (2002) relata recente pesquisa encomendada pelo Banco Mundial que recomenda o investimento no nível fundamental de ensino como o de maior retorno econômico, em relação ao profissional que é longo e caro.

Por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do MEC tem sido possível inferir na questão da qualidade da educação brasileira nos diferentes Estados e ao longo dos anos. (SCHWARTZMAN, 2004)

Para Schwartzman (2004), o ensino técnico como alternativa ao ensino médio convencional só tem bons resultados em países que conseguiram uma integração entre as escolas e o setor produtivo, como a Alemanha.

### 3.3.1 A Ausência de interação entre a educação e a qualificação

A ausência de interação entre a educação e qualificação profissional é o próximo assunto sobre o qual se discorre a seguir.

A investigação da deficiência na interação entre a oferta de mão de obra e a demanda por trabalhadores, exige o conhecimento e utilização de termos como: incompatibilidade, *overeducation*, *upgrading*<sup>13</sup>.

O termo incompatibilidade já mencionado anteriormente por Machado, Oliveira e Carvalho (2004), é um substantivo feminino que vem da “qualidade daquele ou daquilo que é incompatível”; representando neste estudo, a desigualdade (ausência de interação) entre a educação e qualificação.

Clogg e Shockey (1984) desenvolveram uma metodologia como forma de avaliar essa desigualdade ou como já fora tratada, a incompatibilidade educação/ qualificação. Uma das vantagens da abordagem desses autores é estar fundamentada em estatísticas secundárias do mercado de trabalho e variáveis.

A incompatibilidade para Clogg e Shockey (1984) é conseguida a partir de “corte comparado” ou do “casamento” das variáveis: educação e ocupação, onde são construídos grupos iguais em nível educacional expresso em anos de estudo completos. Desta forma, se tem que toda mão de obra cuja formação for superior a media do grupo mais o desvio padrão é tido como incompatível.

Já o termo *overeducation* para Santos, (2003) refere-se à “mão de obra alocada em ocupações que exigem escolaridade inferior a que possuem” ou ainda, um indicador especial da má distribuição (ou imperfeita) no mercado de trabalho.

Investigações bibliográficas a respeito do *overeducation* conduzem à percepção de que se trata de um assunto estudado e analisado há décadas, em que, Beck (2000) aponta a existência de pessoas qualificadas frente a um mercado com menos postos de emprego, podendo gerar trabalhos informais e subempregos.

Santos (2003), também sinalizou que a ocorrência desse fenômeno ocorre no Brasil ao passo que o mercado dá sinais de carência de mão de obra especializada considerada de nível bom, ou concluído o ensino médio.

---

<sup>13</sup> Aumento no desnível entre educação e ocupação.

Essa lacuna entre “as necessidades das empresas (demanda) e a disponibilidade dos indivíduos (oferta) grau de instrução” faz com que essa desigualdade seja dimensionada, provocando um agravamento nas análises do mercado de trabalho.

Verdugo e Verdugo (1989), afirmaram que a demonstração na deficiência do direcionamento de recursos financeiros para a qualificação de trabalhadores, denotando uma má alocação de recursos públicos. Essa inadequada formação de mão de obra, ou análise ampla da formação está colocando no mercado, trabalhadores sem os requisitos necessários para determinado setor ou demandando indivíduos altamente qualificados em uma área que as não se exigem.

Também outro estudo conduzido por Sicherman (1991), analisa que o *overeducation* é a busca pela sincronicidade do sistema de educação e o mercado de trabalho, alvo de grandes preocupações de educadores, políticos e cientistas sociais.

Autores, como Hartog (2000), Borghans e De Grip (2000), e outros já conduziram estudos empíricos sobre o tema como, Daly *et al* (2000), na Alemanha; Santos (1992), em Portugal; Groot e Maassen e Rumberger (1981); Sicherman (1991), e Smith (1986), nos Estados Unidos. Embora estas investigações tenham definições diferentes, as medidas e as bases de dados são as mesmas.

O fenômeno para Meer e Batenburg (2004), se dá devido a uma distribuição paralela de alguns empregados alocados em postos para os quais têm uma formação além da exigida e que, em função disso, consideram o investimento que fizeram em sua qualificação uma perda de tempo e capital investido, embora algumas pesquisas contestem a respeito da taxa de retorno em *overeducation*, mostrando resultados positivos em educação e não o desperdício, e que o desemprego poderia ter sua causa nas diferenças das taxas de retorno entre educação exigida, de acordo com Teoria de Capital Humano<sup>14</sup> da década de 60, só ocorre quando em equilíbrio, e na ausência de desemprego.

---

<sup>14</sup> Apresenta-se sob duas perspectivas, na primeira, a melhor capacitação do trabalhador como fator de aumento de produtividade. A "qualidade" da mão-de-obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção. Na segunda, destaca as estratégias individuais com relação a meios e fins, onde cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu "capital pessoal", avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro.

Segundo investigações de Giuliani (1994, p.14), a Teoria de Capital Humano,

[...] é uma linha de investigação norte-americana, de significado político, que no Brasil ficou conhecida como “valor econômico da educação”. A educação passou a ser entendida como ponto decisivo para o desenvolvimento econômico. [...] a Teoria do Capital Humano configurou-se como um dos elementos constitutivos e determinantes da tendência tecnicista em educação [...] o conceito determina quanto uma nação deve investir no fator humano. [...] para o aumento da produtividade e superação do atraso econômico, apontava-se a Educação Profissionalizante como promotora da qualificação da força de trabalho.

Tal teoria serviu como suporte à ideologia, que segundo Giuliani (1994) citado por Kuenzer (1991, p.37) deveria indicar de maneira individual o percurso para a elevação da renda, no caso a qualificação profissional, aumentando a produtividade, a elevação do salário seria consequência.

### **3.3.2 Programa de Expansão da Educação Profissional**

O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) iniciou-se em 24 de novembro de 1997 com um financiamento externo de 500 milhões de dólares. Destes, 250 milhões de dólares vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os outros 250 milhões de dólares crédito interno, composto de recursos do MEC e MTE e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

### **3.3.3 Programa Diversidade na Universidade**

O Programa Diversidade na Universidade foi criado e coordenado pelo MEC e conta também com financiamento externo do BID, iniciou suas atividades em setembro de 2002 e compreende as estratégias de foco em política em contrapartida a uma política social estatal e considerada universal.

O programa objetiva segundo o MEC defender a inclusão social e o combate à exclusão social, étnica e racial. Com isso uma melhorar nas condições e oportunidades de ingresso nas IES por jovens e adultos de status socialmente desfavorecidos. Ademais os concluintes do ensino médio e ingressos em universidades garantem mais do que vitórias individuais são como afirmar que a educação é direito de todo cidadão.

#### 4 OS NÍVEIS INSTITUCIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES E O MERCADO PROFISSIONAL

Neste capítulo, foram abordados os níveis institucionais de uma organização, assim como os órgãos reguladores (comissões e classificações) e setores econômicos.

As vagas podem ser oferecidas em diversos níveis hierárquicos, denominados por Chiavenato (1994), de Institucionais, cujo relacionamento com o planejamento organizacional é sintetizado no quadro, a seguir.

**Quadro 3 - Níveis Institucionais e sua relação com o Planejamento Organizacional**

<b>Níveis</b>	<b>Planejamento</b>	<b>Tempo</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Níveis Hierárquicos</b>
Institucional	Estratégico	Longo Prazo	Macro Ambiente aborda a empresa na totalidade.	Direção – Controle Estratégico e Organizacional
Intermediário	Tático	Médio Prazo	Aborda cada unidade ou conjunto de recursos em separado.	Gerência – Controle Tático e Departamental
Operacional	Operacional	Curto Prazo	Micro Ambiente aborda cada tarefa ou operação isoladamente.	Supervisão – Controle Operacional

**Fonte:** Adaptado de (CHIAVENATO, 1994, p. 184)

A primeira coluna identifica os níveis hierárquicos e na última coluna, identifica-se os cargos que mais comumente surgem em cada nível hierárquico das organizações; pela análise do último quadro, pode-se dizer que no nível operacional, enquadra-se os trabalhos realizados por supervisores e pessoal de operação; no nível intermediário estão englobadas as atividades realizadas pelos gerentes, em funções de natureza tática, e em departamentos; já o nível institucional é o nível de atuação dos cargos de diretores e executivos.



#### 4.1 As Características Ocupacionais

O conceito de trabalho para Tartuce (2002) diz respeito à “atividade sobre a qual aquela se exerce, [...] e só aparece atualmente à medida que a produção e o consumo superam a auto produção”. (GORZ, 1991, p.1, citado por TARTUCE, 2002, p. 18).

Quando o trabalho não é autônomo, implica na relação empregador - empregado e gera dois tipos de emprego, a seguir analisados.

(a) Emprego Direto: corresponde a adicional mão-de-obra requerida pelo setor, (comércio, indústria e serviço) onde se observa o aumento de produção de igual magnitude e no mesmo setor onde se verificou o aumento de demanda. No caso específico do emprego direto, portanto, ocorrerá variação no nível de emprego apenas do setor onde ocorreu o aumento de demanda;

(b) emprego indireto: os empregos gerados nos setores que fornecem bens intermediários, embora sejam empregos diretos em seus respectivos setores, são empregos indiretos em relação ao setor que produz o bem. (Sinopse Econômica, Março de 2004)

Obviamente, esta é uma categorização acadêmica, já que, na prática, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) 2005, identifica, na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), maior número de subclassificações desses tipos de cargos, nos diferentes níveis, setores e subsetores da atividade econômica. É o que se apresenta a seguir. Ocupação é um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo).

Ocupação para o MTE é a “agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo)”.

#### 4.2 A Classificação Brasileira de Ocupações

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), neste documento é que o reconhecimento, nomeação e codificação dos títulos ocorrem, assim como, as descrições e as características das ocupações do mercado de trabalho no Brasil.

A CBO faz alusão à *Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones 88*: (CIUO) de 1991, assim como a Classificação da Mão-de-Obra do Setor Primário, do IPEA, Instituto de Planejamento (IPLAN), Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH). (MTE, 2005)

Os técnicos de nível médio na CBO:

[...] compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, conhecimentos técnicos e experiência de uma ou várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. Essas atividades consistem em desempenhar trabalhos técnicos relacionados com a aplicação dos conceitos e métodos em relação às esferas já mencionadas referentes à educação de nível médio. A maioria das ocupações deste grande grupo relaciona-se ao nível 3 de competência da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO 88 (1). (CBO, 2002)

#### **4.2.1 A Comissão Nacional de Classificações (CONCLA)**

O IBGE adotou, para o sistema educacional brasileiro, a mesma classificação usada pelo MEC, tomando como referência a classificação internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) *International Standard Classification of Education (ISCED)*, permitindo assim a padronização das classificações usadas no sistema estatístico e nos registros e cadastros de base governamental. Essa padronização feita entre as demais fontes nacionais e internacionais, permite a análise de dados com finalidades específicas.

Desta forma, a classificação de educação utilizada nas estatísticas educacionais produzidas pelo MEC, também são usadas nos indicadores educacionais do IBGE e se fundamentam nas categorias de educação da LDB (Lei nº 9394 de 20 de Dezembro 1996), da educação escolar no Brasil.

A classificação é voltada à padronização para a disseminação de estatísticas e indicadores educacionais nacionais e internacionais.

A internacional ISCED atende a objetivos independentes da estrutura educacional e do estágio de desenvolvimento econômico de um país e são universalmente válidos, trata de programas educacionais e não o fluxo de alunos.

É importante frisar que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) tem uma seção específica para as atividades do Setor Educação (SEÇÃO M), responsável pelo levantamento de informações econômicas dos estabelecimentos de ensino.

Ao pesquisar-se para este trabalho a Classificação de Áreas de Formação e Treinamento dos Cursos de Educação Superior do MEC, obteve-se uma classificação da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA); desta Comissão participam integrantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do MEC, do IBGE, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). (MEC, 2005)

As classificações do CONCLA são distribuídas em temas demonstradas no quadro que segue:

**Quadro 4 - Classificações Nacionais e Internacionais por Tema (CONCLA)**

Tema	Nacional	Internacional
Atividades Econômicas	CNAE's	ISIC/CIU, NAICS, NACE 1.1 e CAES
Produtos	Prodlist's	CPC, NCM, BEC 3, FAO Agro e Pesca, HS, PRODCOM List, CPA
Organização Jurídica	Natureza Jurídica	-
Despesas de acordo com função	Produtos da POF Produtos do IPCA e IPCN	COICOP, COPP, COPNI, COFOG.
Ocupação	CBO's	ISCO/CIUO
Posição na Ocupação	Posição na Ocupação	ICSE
Educação	Educação	ISCED
Saúde	CID -10	ICD – 10, ICF
Meio Ambiente	Meio Ambiente	CEPA 2000, NOSE, EWC
Códigos de Área	Estados Municípios Regiões Metropolitanas	Países
Uso do Tempo	Uso do tempo	ICATUS e vários países

**Fonte:** IBGE (2006)

#### 4.2.2 Classificação dos setores e subsetores de atividade econômica

Este estudo centrará a análise nas oportunidades de trabalho nos setores da indústria, comércio e serviços nos diversos subsetores em confronto à oferta da formação de profissionais de nível universitário e técnico na região de Rio Claro e sua microrregião, tendo como meta identificar oportunidades mercadológicas para novos cursos, empreendimentos e/ou estratégias mercadológicas públicas e educacionais, daí a necessidade da definição dos conceitos a ser utilizados no decorrer da pesquisa.

O Ministério do Trabalho (MTE, 2005) utiliza agregações de 9 setores e 26 sub-setores da classificação CNAE/95, para a divulgação de suas informações. Neste estudo identificam-se três grandes setores de atividade econômica, especificados no Quadro que segue: Indústria, Comércio e Serviços. Os subsetores elencados na segunda coluna foram coletados a partir dos estabelecimentos declarantes do CAGED, sistema mantido pelo MTE.

**Quadro 5 – Setores e Subsetores da Atividade Econômica segundo o Ministério do Trabalho e Emprego**

<b>Grande Setor</b>	<b>Subsetor</b>
<b>Indústria</b>	Extração mineral Produtos minerais não-metálicos Metalúrgica Mecânica Material elétrico e de comunicações Material de transporte Madeira e mobiliário Papel, papelão, editorial e gráfica Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares Química e produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões e velas Calçados Produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico Serviços industriais de utilidade pública
<b>Comércio</b>	Comércio varejista Comércio atacadista
<b>Serviços</b>	Instituições de crédito, de seguros e de capitalização Comércio, administração de imóveis e valores mobiliários e serviços técnico-profissionais Transporte e comunicações Serviços de alojamento e alimentação, de reparação e conservação de máquinas e aparelhos de uso pessoal ou doméstico Serviços médicos, odontológicos e veterinários Ensino Administração pública direta e autárquica

**Fonte:** Adaptado de Estudos de Mercado de Trabalho como subsídio para a reforma da Educação Profissional da Fundação IBGE. Para Compreender a PNAD, 1991.

## 5 OPORTUNIDADES MERCADOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS

Oportunidades na área de administração podem ser definidas como “uma condição no ambiente geral que pode ajudar a alcançar a competitividade”. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002). Quando vinculadas à área do marketing, passam a representar nichos de mercados, ou seja, partes do mercado que apresentam necessidades antigas ou emergentes que precisam ser atendidas, ou são pouco exploradas, ou então pouco desenvolvidas.

São itens importantes do Planejamento Estratégico (PE), compondo, inclusive, sua definição, nas palavras de Kotler e Fox (1998), que o conceituam como a constante manutenção do equilíbrio entre as “metas e capacidades de uma instituição e suas oportunidades mutantes de marketing. Implica no desenvolvimento de uma missão institucional clara, apoio a metas e objetivos, estratégia sólida e implementação adequada”.

Ascher (1978) citado por Kotler e Fox (1998) revisou previsões à época acerca de tendências populacionais, econômicas e outras e concluiu que a “precisão de dada previsão dependia principalmente das pressuposições básicas, que representam a perspectiva do profissional de previsão no contexto em que a tendência específica se desenvolve”. Importante afirmar que as “pressuposições básicas” é que se as forças que criam a tendência continuarão no futuro.

Nas palavras de Kotler (2000, p.79) oportunidades mercadológicas representam “uma área de necessidade do comprador, em que a empresa pode atuar rentavelmente”. O autor também conceitua nicho, como sendo “um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cuja necessidade não está sendo totalmente satisfeita”.

Entretanto, para “a identificação das oportunidades mercadológicas é preciso analisar o mercado constantemente, pois com o rápido desenvolvimento dos setores econômicos e também com o grande fluxo de pessoas de uma região para outra, a todo momento estão surgindo novas oportunidades mercadológicas”. (D’ANGELIS; PIZZINATTO, 2005).

Quando aplicada à função do gestor, esteja na área empresarial ou pública, não se restringe à identificação de oportunidades de mercado, mas também à definição de estratégias que possibilitem a concretização de ações táticas voltadas ao nicho de mercado em que se encontram.

Nas palavras de Hitt, Ireland e Hoskisson (2002), “a estratégia é um conjunto integrado e coordenado de compromissos e ações, cujo objetivo é explorar as competências essenciais e alcançar uma vantagem competitiva”. Isso, quando voltadas ao interesse organizacional.

No caso das esferas educacional e pública, é óbvio que é preciso considerar as competências dos órgãos públicos, e que a vantagem competitiva está relacionada a uma situação de melhoria no bem estar da sociedade em relação a uma situação anterior à adoção da estratégia.

As estratégias mercadológicas são de naturezas diversas, e dentre elas estão as voltadas à promoção de uma localidade (marketing de lugar), conforme orientam Churchill e Peter (2000), ou ao gerenciamento do composto de produtos/serviços de uma organização. Neste caso, estão em estudo as voltadas à expansão ou remanejamento regional da oferta de cursos, caso as expectativas da sociedade assim o demandem.

Nicolau (2001), em um levantamento sobre definições de estratégia, na literatura de gestão empresarial, criou um quadro demonstrativo por autores ao longo dos anos. A seguir apresenta-se esse quadro segundo seu estudo.

**Quadro 6 - Algumas definições de estratégia na literatura de gestão empresarial segundo Nicolau (2001)**

<b>Autores</b>	<b>Definição de Estratégia</b>	<b>Componentes</b>	<b>Processo Racional/ Analítico</b>	<b>Processo Negociado</b>	<b>Processo Aprendizagem</b>	<b>Responsabilidade da Decisão</b>
Chandler (1962)	Estratégia é a determinação dos objetivos básicos de longo prazo de uma empresa e a adoção das ações adequadas e afetação de recursos para atingir esses objetivos.	Objetivos Meios Afetação de Recursos				Ao mais alto nível da gestão
Learned, Christensen, Andrews, Guth (1965) Andrews (1971)	Estratégia é o padrão de objetivos, fins ou metas e principais políticas e planos para atingir esses objetivos, estabelecidos de forma a definir qual o negócio em que a empresa está e o tipo de empresa que é ou vai ser.	Objetivos Meios	X Nem sempre existe formalização do processo			A estratégia emerge da liderança formal da empresa
Ansoff (1965)	Estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão em condições de desconhecimento parcial. As decisões estratégicas dizem respeito à relação entre a empresa e o seu ecossistema.	Meios Produtos / Mercados Vetor Crescimento Vantagem Competitiva Sinergia	X			Conselho de Administração

**Fonte:** Adaptado de NICOLAU (2001). O conceito de estratégia.

Katz (1970)	Estratégia refere-se à relação entre a empresa e o seu meio envolvente: relação atual (situação estratégica) e relação futura (plano estratégico, que é um conjunto de objetivos e ações a tomar para atingir esses objetivos).	Definição do Negócio Características da “performance” Afetação de Recursos Sinergia	X Todas as empresas tem estratégias passadas ou presentes, mas só algumas tem planos explícitos para o futuro			Administração
Steiner e Miner (1977)	Estratégia é o forjar de missões da empresa, estabelecimento de objetivos à luz das forças internas e externas, formulação de políticas específicas e estratégias para atingir objetivos e assegurar a adequada implantação de forma a que os fins e objetivos sejam atingidos.	Objetivos Meios	X			Ponto de Vista do Dirigente Máximo
Hofner & Schandel (1978)	Estratégia é o estabelecimento dos meios fundamentais para atingir os objetivos, sujeito a um conjunto de restrições do meio envolvente. Supõe: a descrição dos padrões mais importantes da afetação de recursos e a descrição das interações mais importantes com o meio envolvente.	Meios	X Algumas organizações não tem estratégias explícitas			Administração

**Fonte:** Adaptado de NICOLAU (2001). O conceito de estratégia.



Porter (1980)	Estratégia competitiva são ações ofensivas ou defensivas para criar uma posição defensável numa indústria, para enfrentar com sucesso as forças competitivas e assim obter um retorno maior sobre o investimento.		X			Administração
Jauch e Glueck (1980)	Estratégia é um plano unificado, englobante e integrado relacionando as vantagens estratégicas com os desafios do meio envolvente. É elaborado para assegurar que os objetivos básicos da empresa são atingidos.		X			Administração
Quinn (1980)	Estratégia é um modelo ou plano que integra os objetivos, as políticas e a seqüência de ações num todo coerente.	Objetivos Meios			X	
Thietart (1984)	Estratégia é o conjunto de decisões e ações relativas à escolha dos meios e à articulação de recursos com vista a atingir um objetivo.	Meios Afetação de Recursos	Processo Racional Técnico-Econômico	Processo Político de identificação dos atores internos e externos em presença e avaliação do seu poder de influência com vista a encontrar uma base de negociação.		

**Fonte:** Adaptado de NICOLAU (2001). O conceito de estratégia.

Martinet (1984)	Estratégia designa o conjunto de critérios de decisão escolhido pelo núcleo estratégico para orientar de forma determinante e durável as atividades e a configuração da empresa.		X	Processo Político de Negociação		Núcleo Estratégico ligado ao poder pela responsabilidade da gestão ou pela propriedade
Ramanantsoa (1984)	Estratégia é o problema da afetação de recursos envolvendo de forma durável o futuro da empresa.	Afetação de Recursos	X			
Mintzberg (1988)	Estratégia é uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente.				X	
Hax e Majluf (1988)	Estratégia é o conjunto de decisões coerentes, unificadoras e integradoras que determina e revela a vontade da organização em termos de objetivos de longo prazo, programa de ações e prioridade na afetação de recursos.	Objetivos Meios Afetação de Recursos	X			

**Fonte:** Adaptado de NICOLAU (2001). O conceito de estratégia.

O conceito de estratégia para a autora é "a principal ligação entre fins e objetivos e políticas funcionais de vários setores da empresa e planos operacionais que guiam as atividades diárias". (NICOLAU, 2001)

Para Hofer e Schendel (1978), a escolha dos meios e articulação dos recursos para se atingir os objetivos é clara. Já Thietart (1984), utiliza-se de um "plano unificado, compreensivo e integrado relacionando as vantagens estratégicas com os desafios do meio [...]" (JAUCH; GLUECK, 1980).

Já para outros, os objetivos são inseparáveis da definição de políticas e das ações como forma de atingi-los. Entende-se assim que a estratégia é a meta de longo prazo, entendimento compartilhado por Chandler (1962); Learned, Christensen, Andrews e Guth (1965); Ansoff (1965); Katz (1970); Andrews (1971); Steiner e Miner (1977), Hax e Majluf (1988); Quinn (1980). (NICOLAU, 2001)

Embora os conceitos sejam diversos, as regras do que ocorre e como são fundamentais, na visão de Porter (1985). O processo de elaboração e implementação de estratégias tem aspectos diferenciados nas organizações, afetados por fatores externos e internos que fornecem os aspectos únicos de cada uma.

A seguir o quadro de estratégias de produto elaborado por Kotler (1994).

**Quadro 7 – Composto de Marketing segundo Kotler (1994)**

<b>Produto</b>	Oferecer um produto básico	Oferecer extensões de produtos, serviços e garantia	Diversificar marcas e modelos	Retirar itens fracos
<b>Preço</b>	Preço elevado	Preço de Penetração	Preço para acompanhar ou vencer a concorrência	Reduzir preço
<b>Distribuição</b>	Seletiva	Intensiva	Mais intensiva	Ser seletivo: desacelerar canais não lucrativos
<b>Propaganda</b>	Construir consciência do produto entre os adotantes e revendedores	Construir consciência e interesse no mercado de massa	Enfatizar as diferenças e os benefícios da marca	Reduzir ao nível necessário para manter fiéis os bons consumidores
<b>Promoção de Vendas</b>	Usar intensa promoção de vendas para estimular a experimentação	Reduzir para aproveitar a forte demanda do consumidor	Aumentar para estimular troca de marca	Reduzir ao nível mínimo

**Fonte:** Adaptado de KOTLER, (1994, p. 326)

Este trabalho identifica o perfil e o dimensionamento das ocupações nos setores da indústria, comércio e serviço contratantes, assim como a formação predominante alocada, identificando-se os não alocados ou setores econômicos que não são atendidos. A análise dos dados obtidos no SGT/ CAGED procurará apontar diretrizes para o estímulo ao empreendedorismo na região, que gere sintonia na demanda do mercado ao perfil da oferta dos cursos superiores e técnicos da região.

Para se traçar estratégias em consonância com o mercado, surgem as pesquisas mercadológicas, de suma importância, pois a pesquisa tem metodologia científica e procura responder aos empreendedores, de que forma conseguirão reduzir a probabilidade de insucesso de um novo negócio/ empreendimento, além de minimizar a margem de risco de insucesso.

O levantamento de informações sobre o mercado segue critérios científicos, com rigor, objetividade e estrutura para que as conclusões da pesquisa permitam o entendimento do, onde, o quando, o como, o porquê e se o negócio vai dar certo e se a curto, médio ou longo prazo. (BOYD; WESTFALL, 1986)

## 6 METODOLOGIA DO ESTUDO

Neste capítulo será apresentada a tipologia do estudo utilizada, incluindo as fontes de investigação, assim como, as técnicas de coleta dos dados e análise dos dados. Embora os dados sejam quantitativos, a análise será qualitativa, do conteúdo.

O estudo em sua primeira etapa (definição do problema do estudo) pode ser caracterizado como Exploratório, na medida em que se baseou em dados secundários, como ponto de partida para levantamento dos dados. A classificação dos dados secundários é externa, ou seja, são dados gerados por outros, externos à organização. (MALHOTRA, 2001)

Para Mattar (1999, p. 135) os dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, e até ordenados. Malhotra (2005, p.72) defende o apoio em dados secundários: “quaisquer dados que já foram coletados para outros propósitos, podendo estar em pesquisas anteriores, ou em documentos, ou em publicações”, ao lembrar que os mesmos têm a seu favor o fato de que “podem ser levantados rapidamente a um custo baixo”.

Assim as fontes de informação da pesquisa exploratória são em:

- (a) Dados Secundários;
- (b) Levantamentos bibliográficos;
- (c) Levantamentos documentais (em empresas, arquivos públicos ou de associações);
- (d) Levantamentos estatísticos (IBGE, por ex.);
- (e) Levantamento de pesquisas já efetuadas sobre o tema.

Embora haja diversos modelos, “dois tipos amplos”, podem ser considerados como: “exploratório e conclusivo”.

O modelo exploratório, também denominado por Boyd; Westfall (1984), como estudo exploratório, é “o primeiro passo do processo de pesquisa”, usado segundo Malhotra (2005), para “explorar a situação do problema”, e seus resultados “são utilizados como pontos de partida para uma pesquisa adicional”, no caso, qualquer uma das enquadradas no modelo conclusivo, tais como as descritivas ou experimentais. O uso é recomendado em casos em que se faz necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou ainda obter dados complementares antes que se possa desenvolver qualquer abordagem.

Desta forma, pode-se dizer que o Estudo é Exploratório na medida em que se baseou em investigações já realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Também envolveu estudo exploratório eletrônico junto ao Ministério da Educação (MEC), e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) para levantamento da oferta, cursos superiores e ensino médio e técnico na região em estudo.

Bogdan e Biklen (1994) discorrem acerca das estatísticas oficiais e dados quantitativos acerca de educação, que eles podem ter utilizações convencionais em investigação qualitativa e também sugerir tendências num local, por exemplo, “o número de estudantes que está coberto tem aumentado ou diminuído [...]” e ainda, “fornecer informação descritiva (idade, sexo, raça) acerca da população servida por um programa educacional em particular [...]”. Os dados quantitativos segundo os autores, podem explorar amplamente questões e procurar respondê-las e muitas vezes são adicionados na “escrita qualitativa sob a característica estatística descritiva”.

Outro aspecto importante colocado por Bogdan e Biklen (1994) é acerca da confiança nos dados quantitativos “como um caminho para descrever com precisão a realidade, os investigadores qualitativos estão preocupados em como é que a enumeração é utilizada pelos sujeitos para construir a realidade”.

Neste estudo, dentre os dados secundários que foram usados como fontes de informação, estão informações de âmbito governamental: primeiramente, levantaram-se dados em base eletrônica junto ao INEP (2006), para levantamento do perfil da oferta de formação de cursos superiores, ensino médio e técnico na região em estudo. Em segundo lugar, foi realizado um Estudo Descritivo que procura descrever situações do mercado. (SAMARA; BARROS, 2002, p.30)

No estudo, a descrição da demanda por trabalhadores ocorreu via pesquisas de bases de dados existentes, tais como a Pesquisa Mensal de Empregos (PME) no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a oferta de mão de obra, via base de dados do INEP.

### **6.1 Período de Coleta do Estudo**

O período de coleta foi de 365 dias, o período compreendido de 01 de Junho de 2005 a 01 de Junho de 2006 para o levantamento da demanda por trabalhadores. Já a oferta de profissionais seguiu o período anual para o levantamento, sendo os matriculados em cursos superiores, ensino médio e técnico nos anos de 2005 e 2006.

### **6.2 Conceitos e Termos Assumidos para Padronização do Cenário Estudado**

No estudo se fez necessário a explicação dos termos e padronização dos mesmos para análise dos cenários estudados.

#### **6.2.1 Oferta de trabalhadores**

Considera-se como oferta de trabalhadores, a ligada aos profissionais da população economicamente ativa (PEA) que se disponibilizam para contratação, restrita, neste trabalho, aos concluintes do ensino superiores e ensino médio e técnico no município de Rio Claro e sua microrregião.

#### **6.2.2 Demanda por trabalhadores**

A demanda por trabalhadores diz respeito à quantidade e ao perfil das vagas oferecidas pelas organizações, na procura por profissionais para o preenchimento de seus quadros, restrita, neste trabalho, à demanda por profissionais com nível superior, ensino médio e técnico, pelos setores da indústria, comércio e serviços, no município de Rio Claro e microrregião.



### **6.2.3 Pessoas ocupadas e desocupadas**

Fazem parte da amostra (oferta de mão de obra e demanda por trabalhadores) as pessoas ocupadas, ou seja, aquelas que tinham trabalho durante todo ou parte do período em estudo segundo normas da CLT. Incluíra-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período de referência por motivo de férias, licença ou greve. Já as classificadas como desocupadas, são as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura trabalho no período. (IBGE, 2005)

### **6.2.4 Pessoas economicamente ativas (PEA) e não economicamente ativas**

Pessoas economicamente ativas são pessoas classificadas pelo IBGE, quanto à condição de atividade que exerciam na semana de referência, em economicamente ativas compostas das pessoas ocupadas e desocupadas no período.

Pessoas não economicamente ativas são as não classificadas como ocupadas nem desocupadas no período na semana de referência de um estudo.

## **6.3 Perfil da demanda nos setores rio-clarenses**

No SGT/ CAGED foram obtidas as ocupações que mais contrataram no período de 01 de Junho de 2005 a 01 de Junho de 2006 nos diversos setores econômicos; na indústria e suas diversas ramificações, no comércio e suas diversas especificidades e no setor de serviços, em suas diversas formas por nível de escolaridade.

A demanda do trabalho pode se materializar, nesses setores contratantes, em diversos níveis institucionais: operacional, funcional ou executivo.

### **6.3.1 Perfil da formação da oferta de trabalhadores**

No INEP foram obtidos os números relativos aos matriculados no ensino médio, técnico e superior no ano de 2005 e 2006, uma vez que o ano letivo se dá de Janeiro a Dezembro. A formação da oferta de trabalhadores se deu a partir da classificação do indivíduo que freqüentava curso regular do ensino médio, técnico ou superior. (MEC, 2005)

Já pessoas que freqüentavam somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, computação, etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não constaram da amostra.

### **6.3.2 Os anos de estudo**

A classificação segundo os anos de estudo foi especificado pelo órgão pesquisador (IBGE, MEC, INEP) que foi obtida nos dados secundários. Os anos de estudo, se dão em relação à série e ao grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação; essa correspondência é feita de forma que cada série concluída com aprovação corresponderia a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo consta: 2º grau ou de ensino médio, 2º ciclo; mínimo de 12 anos de estudo, a partir da 1ª série concluída com aprovação de curso superior de graduação. Desta forma, no Ensino Médio/ Técnico são considerados os seguintes limites etários pelos órgãos governamentais: mínimo 15 anos de idade e na Educação Superior limite etário, mínimo de 16 anos.

Malhotra (2005), afirma que o modelo de uma pesquisa “é um mapa para conduzir o projeto de pesquisa”.

A seguir o Quadro 8 representa o mapa do estudo da pesquisa; nele os objetivos citados no início (capítulo 1), são listados e recebem seu correspondente ao lado sobre qual informação era necessária, a fonte de informação e o método utilizado na análise que foram utilizados para cumprir os objetivos do estudo.

**Quadro 8 – Metodologia da Pesquisa do Estudo Exploratório e Descritivo**

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Informação Necessária</b>	<b>Fonte da Informação</b>	<b>Método de Análise</b>
Identificar o perfil da oferta do ensino médio e técnico e superior em Rio Claro e microrregião	Conhecer o mercado (ensino médio/ técnico e superior); Escolas e IES; Pesquisa Quantitativa.	Fontes secundárias (MEC, INEP); Instituições Ensino Superior; Coleta Estruturada	Análise Estatística; Quantificar os dados e colher dados da população; Descritiva
Investigar a composição da demanda por profissionais com formação universitária e técnica pelas organizações contratantes dos setores da indústria, comércio e serviços, na região em estudo.	Conhecer a demanda por profissionais no comércio, indústria e serviços. Quantitativa	Fontes Secundárias: MTE, CAGED, SGT; Coleta Estruturada	Análise Estatística; Quantificar os dados e colher dados da população; Descritiva
Investigar a necessidade em função do perfil da demanda de trabalho regional, de novos cursos ou da melhor interação dos existentes	Conhecer a demanda por profissionais no comércio, indústria e serviços. Quantitativa	Fontes Secundárias: MTE, CAGED, SGT; Coleta Estruturada	Análise Estatística; Quantificar os dados e colher dados da população Descritiva
Identificar possíveis oportunidades mercadológicas na área educacional, para cursos de nível técnico e superior, na região citada.	Informações sobre o número escolas técnicas e ensino superior, vagas por alunos.	Fontes Secundárias (MEC, INEP) Levantamento documental	Coleta Não-Estruturada; Análise Não-Estatística; Qualitativa.
Investigar novos empreendimentos empresariais e segmentos-alvo que poderiam ser consideradas pelas lideranças públicas e privadas, para investimentos nos municípios em estudo.	Dados sobre os municípios em estudo, desenvolvimento econômico.	Fontes Secundárias (IBGE, Prefeituras Municipais, pessoas informadas).	Análise Qualitativa
Identificar estratégias mercadológicas na esfera pública que levem à expansão do emprego nas áreas citadas	Conhecer as estratégias dos municípios para expansão em novas frentes	Fontes Secundárias (MTE, CAGED, SGT, pessoas informadas e pesquisas municipais realizadas pela ACIRC).	Análise Documental e Qualitativa

**Fonte:** Elaboração e Adaptação do autor.

## 6.4 Delimitação do Campo de Estudo

Já que esta pesquisa, num segundo momento é descritiva, é necessário determinar a população e o tamanho da amostra, sendo este processo de suma importância, pois o levantamento deve ter a preocupação com a representatividade da amostra total. (MATTAR, 1999, p. 63)

Um dos propósitos do estudo descritivo ainda é descrever as características de grupos relevantes, como consumidores, vendedores, organizações ou áreas de mercado, estimar a porcentagem de unidades numa população específica que exhibe um determinado comportamento, determinar as percepções de características de produtos, determinar o grau de associação das variáveis, fazer previsões específicas. (MATTAR, 1994)

Neste estudo, os objetivos foram bem definidos, assim como os procedimentos e estruturação para a busca dos dados e análise, porque seriam descritos e analisados o perfil das duas variáveis: a oferta de trabalhadores e a demanda por profissionais na região em estudo, para os três setores econômicos em análise.

Os cursos técnicos são classificados em anos de estudo: aqueles que completaram o ensino médio (mínimo de 11 anos de estudo); já para os cursos superiores, serão considerados os que completaram mais que 13 anos de estudo, dado que como cursos superiores também se devem considerar a mais recente inovação do Ministério da Educação, quais sejam, os Cursos de Tecnólogos, com dois anos de duração, regulamentados pela Lei, de base legal do CNCT em novembro de 2000 pelo MEC<sup>15</sup>. O Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas no Decreto nº 5.154/2004.

A seguir os métodos para a coleta de dados das duas fontes distintas de dados, INEP/ MEC e SGT/ CAGED o método utilizado para a coleta dos dados, para efeito expositivo, será, a seguir, distinto para o levantamento da oferta e da demanda por trabalhadores.

---

<sup>15</sup> Lei Federal 9.394, de dezembro de 1996.

#### **6.4.1 Método de coleta de dados da oferta de trabalhadores**

A coleta de dados sobre a oferta de trabalhadores no ensino médio, técnico e superior conforme já antecipado, se deu em dados secundários junto às bases governamentais do MEC e INEP. Os dados para Rio Claro e microrregião estão disponíveis para o ano de 2002 à 2005 no INEP.

#### **6.4.2 Método de coleta de dados da demanda por trabalhadores**

Também neste enfoque da pesquisa, a demanda foi analisada em dados secundários, disponíveis na internet assim como outras fontes governamentais e instituições não governamentais como as bases governamentais como do MTE, CAGED, Associação Comercial e Industrial de Rio Claro (ACIRC) e outras disponibilizadas em meio eletrônico. Essas informações estão disponíveis mês a mês para Rio Claro e microrregião no período em estudo no CAGED.

Nessa linha, umas das fontes de informação foram os dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o qual tem por objetivo divulgar informações via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), à sociedade civil. Por meio desse Programa, o MTE vem procurando disseminar informações cada vez mais abrangentes sobre o mercado de trabalho.

Os dados são gerenciados pelo SGT (Sistema Gerador de Tabelas) que é um “Sistema Gerenciador de Bases de Dados, implementado de forma que os dados armazenados em seu acervo possam ser utilizados no apoio a gestão (na forma de Bases de Dados Analíticas) ou no tratamento estatístico (Bases de Dados Estatísticas)” (MTE, 2005), apresentando informações nos níveis de desagregação geográfico, setorial, ocupacional entre outros, o que possibilitou a análise dos setores em estudo: comércio, indústria, serviços.

Com base nestas fontes de informação, investigou-se qual o perfil da mão de obra absorvida pelo mercado de trabalho municipal de Rio Claro e microrregião.

### 6.4.3 Conhecendo a fonte de dados estatísticos

Segue resumidamente a fonte estatística de consulta.

**Caged:** o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado pelo Governo Federal, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>16</sup>, com o objetivo de observar os desempregados e apoiar medidas contra o desemprego. (IBGE, 2005)

Segundo o MTE, o CAGED apresenta desagregações geográficas, setoriais e ocupacionais, o que permite a realização de pesquisas e estudos que indicam as tendências, com nível de desagregação municipal, permitindo um importante diagnóstico das políticas públicas de emprego, para o monitoramento e implantação de programas sociais do governo e respectivos Estados e Municípios.

Serve também como base para projetos e pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho, e fonte de informações e decisões governamentais.

São objetivos do Caged:

- (a) Acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado;
- (b) Estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados;
- (c) Viabilizar o pagamento do Seguro-Desemprego;
- (d) Atender a reciclagem profissional e a recolocação no mercado de trabalho (intermediação)
- (e) Compor o CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais;
- (f) Fornecer informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. (MTE, 2006)

Informa o Caged todo estabelecimento que tenha admitido, desligado ou transferido empregado com contrato de trabalho regido pela CLT. Por meio da Internet, Caged *Web*, FEC - Formulário Eletrônico do CAGED e Disquete.

Segundo o MTE, é ainda utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, que confere dados trabalhistas, além de outros.

---

<sup>16</sup> Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei nº 4.923/65.

#### 6.4.4 Caged estatístico

É a base de dados estatística, gerada a partir da declaração do CAGED e é organizada em nível da movimentação, contém todas as admissões e desligamentos informados, por competência de referência, periodicidade: mensal, período disponível: 1996 a 2005 (MTE/ PDET/ CAGED EST. Junho 2005). Essas movimentações declaradas estão disponíveis por:

- (a) Competência;
- (b) Faixa etária;
- (c) Grau de instrução;
- (d) Gênero;
- (e) Ocupação;
- (f) Tipo de movimentação;
- (g) Tempo de emprego.

Alguns indicadores:

- Total de admitidos/desligados por faixa etária;
- Total de admitidos/desligados por sexo, segundo a faixa etária;
- Total de admitidos/desligados por faixa etária, segundo o grau de instrução;
- Total de admitidos/desligados, segundo a ocupação e a remuneração;
- Total de desligados, segundo tempo no emprego e remuneração.

As informações constantes do CAGED são incorporadas ao Sistema de Referência Estatística para o dimensionamento e a caracterização da demanda por mão-de-obra, organizado pela Fundação SEADE, que corresponde a estimativas do estoque de vínculos empregatícios formais existentes.

## **7 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Neste capítulo apresenta-se primeiramente a cidade de Rio Claro e os municípios integrantes de sua microrregião: Ipeúna, Itirapina, Corumbataí, Torrinha e Brotas. (IBGE, 2005).

### **7.1 Rio Claro e Microrregião: Os Municípios em Estudo**

Rio Claro - conhecida com “Cidade Azul”- foi assinalada pela Fundação Getúlio Vargas como uma das 100 melhores municípios paulistas para investir. Rio Claro foi marcado pelo seu pioneirismo, como a primeira cidade a receber energia elétrica no Estado de São Paulo e a primeira cerveja em lata nasceu ali, na antiga fábrica da Caracu.

A cidade fica à margem da Via Washington Luís (SP-310), ligando-se às rodovias Anhangüera e Bandeirantes permitindo um fácil escoamento da produção local. É também cortada pela bacia hidrográfica do Corumbataí rio que deságua no Piracicaba, integrado à hidrovia Tietê-Paraná.

Por ser o maior município e a referência econômica na microrregião, Rio Claro comporta o maior número de empresas nos diversos ramos de atividade, conta com um pólo industrial mais desenvolvido e desta forma é o que mais emprega trabalhadores no setor. Uma atividade pecuária crescente e importante é a criação e abate de aves em Rio Claro e Itirapina.

Fundada aos 24 de Junho de 1824, a partir de 1970, com a criação do Distrito Industrial e investimentos do poder público, passou a ter um acelerado crescimento. Conta com uma área territorial de 521 km<sup>2</sup>, e população de 185.131 habitantes (IBGE, 2005).



Mantendo-se no Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) do SEADE (2005), que indica agrupamentos de municípios com bons níveis de riqueza, escolaridade e longevidade. Já o indicador de riqueza também da SEADE se manteve estável nas edições dos anos de 2000 e 2002.

O índice é mensurado a partir das condições atuais do município em renda, escolaridade e longevidade, o que permite o escalonamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo de acordo com cada uma das dimensões, gerando índices negativos ou positivos.

A tipologia é constituída de cinco grupos denominada grupos do IPRS (ver anexo 2), que resume a situação segundo os três eixos considerados, Rio Claro se mantém entre os 100 municípios mais ricos do Estado de São Paulo. (SEADE, 2005)

Essa posição se deve às melhores médias em longevidade e escolaridade acima da média estadual nos períodos 2000-2002, que apontaram as seguintes variações:

- (a) Na proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental de 72,1% para 72,5%;
- (b) No percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo de 94,3% para 91,9%;
- (c) Na proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo de 38,4% para 39,6%;
- (d) Na taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos que aumentou de 77,3% para 92,3%. (SEADE, 2005)

Apesar dos avanços ocorridos nos níveis de escolaridade na cidade de Rio Claro, no entanto os índices não acompanharam a média Estadual, sinalizando uma queda em posições no *ranking*.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) já teve edições anteriores e em 2004, foram apresentados os resultados de 2002, com algumas mudanças almejando o aprimoramento de um eficaz instrumento de avaliação e monitoramento de políticas públicas. (SEADE, 2004)

No quadro a seguir é demonstrado o perfil municipal da cidade de Rio Claro, conforme registros do IBGE.

**Quadro 9 - Informações Referentes do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) para Rio Claro**

População total em 2002 (habitantes)	174.592
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	33,9
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	94,4
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	46,2
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	7,1
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	1.012
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	47
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	23,2
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	7,7
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,5

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo. Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.

Neste índice (IPRS) Rio Claro se encontra nas seguintes posições e dimensões: 79<sup>a</sup> em riqueza, 316<sup>a</sup> em longevidade e 186<sup>a</sup> em escolaridade. (SEADE, 2004).

A cidade dispõe de seis universidades e escolas técnicas da Fundação Paula Souza, Senac e Senai. Importante frisar que estas últimas receberam recentemente investimentos na qualificação de profissionais para o núcleo de cerâmicas, um setor que tem em Rio Claro, Santa Gertrudes e Cordeirópolis o maior pólo de cerâmica vermelha do mundo.

Rio Claro também possui recursos hídricos que oferecem energia elétrica de qualidade, proveniente de Itaipu, Ilha Solteira e Furnas, uma garantia de abastecimento às 1.150 indústrias instaladas no município.

Seu Distrito Industrial tem uma área de 11 milhões de metros quadrados, onde abriga 47 empresas, dos vários segmentos, as quais geram 82% dos produtos elaborados: fibras de vidro, tubos e conexões em PVC. Linha branca (lavadoras), produtos químicos leves, cabos para a indústria (chicotes), autopeças, estamparias, agro-avícola, nutrição, resinas industriais, embalagens plásticas, peças cirúrgicas e ortopédicas, produtos de higiene, produtos para informática, entre outros. (FIESP, 2006)

No final de 2005 a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 3.629, que concede às empresas que se instalarem no Distrito Industrial, uma redução de 25% sobre o valor para edificações de grande porte, ou seja, mais de 15.000 m<sup>2</sup>. Além dessa medida, outra garante isenção, total ou parcial, de impostos, taxas e tarifas municipais, assim como, a cessão de equipamentos e mão-de-obra para serviços de terraplenagem na obra de instalação da empresa.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Municipal de Rio Claro (Prodem)<sup>17</sup>, garante que a empresa que devolva 50% do valor adicionado do ICMS.

Outro programa é o “Exporta Rio Claro”, onde empresas recebem apoio especializado (administrativo, financeiro e tributário) em suas operações de comércio exterior e aspectos de logística.

## **7.2 Os demais Municípios da Microrregião de Rio Claro**

A microrregião de Rio Claro é composta por cinco cidades: Ipeúna, Itirapina, Corumbataí, Brotas, Torrinha. A seguir, o perfil demográfico e econômico de cada uma.

### **7.2.1 Ipeúna**

O município de Ipeúna, que em tupi-guarani significa “ipê-preto”, deve sua existência à plantação de café, fundada por Vicente Barbosa em 1890, hoje sua economia é voltada para as lavouras de arroz, milho, feijão e pecuária. O município tornou-se autônomo em 28 de fevereiro de 1964. (SEADE, 2006)

Com população estimada em 01.07.2005 na ordem de 5.369 habitantes e área territorial de 191 km<sup>2</sup>. Ipeúna foi classificada no do IPRS (Índice de Responsabilidade Social) do SEADE no ano de 2000 no Grupo 4, que indica agrupamentos de municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de escolaridade e/ ou longevidade. Já em 2002, o município subiu um grupo, passando ao Grupo 3, o qual, apesar de indicar baixo nível de riqueza passou a apresentar bons indicadores nas demais, escolaridade e longevidade.

---

<sup>17</sup> Lei 3.627, de 29/12/2005

No quadro a seguir é demonstrado o perfil municipal da cidade de Ipeúna, conforme registros do IBGE.

**Quadro 10 - Informações Referentes do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) para Ipeúna**

População total em 2002 (habitantes)	4.693
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	97,3
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	89,2
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	23,9
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	5,1
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	713
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	45
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	12,1
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	8,9
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,5

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.

No índice IPRS de 2002, o município de Ipeúna é classificado nas seguintes posições e dimensões: 254<sup>a</sup> em riqueza, 242<sup>a</sup> em longevidade e 294<sup>a</sup> em escolaridade. (SEADE, 2004).

### 7.2.2 Itirapina

O município de Itirapina teve seu surgimento em meados de 1820, como um pequeno núcleo populacional denominado Itaqueri da Serra. Teve seu desenvolvimento local por volta de 1885, quando a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a linha até São Carlos. Sofreu alterações em seu nome em dois momentos, em janeiro de 1890, para Morro Pelado e em 28 de setembro de 1900, para Itirapina que em tupi, tem o significado de Morro Pelado. Sua autonomia se deu em 25 de março de 1935. (SEADE, 2006)

Com população estimada no ano de 2005 de 14.642 e com área territorial de 564 km<sup>2</sup>, Itirapina se manteve no Grupo 3, que indica agrupamentos de municípios com baixos níveis de riqueza e bons indicadores de escolaridade e longevidade; este indicador de riqueza se manteve nas edições do ano de 2000 e 2002 do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) do SEADE.

Comportamento no período 2000-2002:

- (a) a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 64,8% para 70,5%;
- (b) o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo aumentou de 94,0% para 96,7%;
- (c) a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo variou de 35,7% para 34,5%;
- (d) a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos cresceu de 62,6% para 85,7%. (SEADE, 2005)

O município registrou aumento de 9 pontos no indicador de escolaridade, mantendo-se praticamente estável no Estado de São Paulo. A taxa de atendimento à pré-escola entre crianças de 5 a 6 anos apresentou significativa ampliação, destacando-se nesta dimensão.(SEADE, 2005)

No quadro a seguir é demonstrado o perfil municipal da cidade de Itirapina, conforme registros do IBGE.

**Quadro 11 - Informações Referentes ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) para Itirapina**

População total em 2002 (habitantes)	13.513
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	52,3
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	90,0
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	33,2
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	5,7
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	749
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	46
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	19,7
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	8,7
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,5

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo – Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.

No índice IPRS de 2002, o município de Itirapina foi classificado nas seguintes posições e dimensões: 202<sup>a</sup> em riqueza, 300<sup>a</sup> em longevidade e 236<sup>a</sup> em escolaridade. (SEADE, 2004).

### 7.2.3 Corumbataí

O município de Corumbataí, nome que também tem sua origem no tupi-guarani, de significado “o rio dos corumbatás” ou curimbatás, um peixe comum em todo o Brasil, teve sua origem a partir da concessão da quarta sesmaria em 03 de março de 1821. Em 1885, a então empresa do Barão do Pinhal e Cia. Paulista ligava, por via férrea, Rio Claro a São Carlos, passando pela sesmaria do Rio Corumbataí.

Criada a partir do Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá que em 1905 que loteou parte da sesmaria para imigrantes. Em 27 de novembro de 1919, recebeu de Rio Claro, os primeiros postes para energia elétrica e foi então criado o distrito.

Em 24 de dezembro de 1948, Corumbataí foi desmembrada de Rio Claro e elevada à categoria de município, recebendo a denominação atual.

Tendo população estimada em de 4.194 de habitantes e território de 278 km<sup>2</sup>, Corumbataí se manteve no Grupo 4, que indica agrupamentos de municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de escolaridade e/ ou longevidade; este indicador de riqueza se manteve nas edições do ano de 2000 e 2002 do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social).

As variáveis que compõem sua situação no período 2000-2002 são:

- (a) a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental variou de 70,6% para 73,9%;
- (b) o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo variou de 93,9% para 93,5%;
- (c) a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo variou de 38,2% para 36,3%;
- (d) a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos elevou-se de 50,0% para 78,1%. (SEADE)

Corumbataí apresentou uma elevação 7 pontos no indicador escolaridade, porém sem reflexos positivos em sua colocação no *ranking* estadual, porque não houve acompanhamento do ritmo na média estadual. Destacou-se a elevação da taxa de atendimento à pré-escola.

A seguir, o quadro do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de Corumbataí.

**Quadro 12 - Informações Referentes ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) para Corumbataí.**

População total em 2002 (habitantes)	3.939
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	69,3
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	91,3
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	23,8
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	4,9
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	676
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	47
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	11,4
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	8,6
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,6

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo – Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.

Corumbataí perdeu posições nos *rankings* de riqueza, escolaridade e, principalmente, longevidade. Em longevidade, elevaram-se muito as taxas de mortalidade perinatal e de idosos. Todavia, cabe ressaltar que o pequeno porte populacional do município sujeita suas taxas a variações acentuadas.

No índice IPRS de 2002, o município é classificado nas seguintes posições e dimensões: 250<sup>a</sup> em riqueza, 627<sup>a</sup> em longevidade e 268<sup>a</sup> em escolaridade. (SEADE, 2004).

#### 7.2.4 Torrinha

O município de Torrinha teve sua origem o final do século XIX, quando o então agricultor José Antunes de Oliveira doou, aos Bispos de São Carlos, uma área para a construção da capela de São José, e foi à sua volta que se deu início o povoado. Em 14 de dezembro de 1896, foi criado o Distrito de Torrinha e em 30 de novembro de 1922, passou a município autônomo. A denominação Torrinha tem sua origem na existência de uma imensa pedra, em formato de torre.

Com população estimada no ano de 2005 em 9.673 habitantes e área de 311 km<sup>2</sup>, Torrinha foi classificada no ano de 2000 no Grupo 3, que indica agrupamentos de municípios com baixos níveis de riqueza e bons indicadores nas demais.

Já em 2002, o município desceu um grupo, passando a integrar ao Grupo 4, que indica baixo nível de riqueza e nível intermediário de escolaridade e longevidade nas demais.

O comportamento de seus dados no período 2000-2002 foi o apresentado a seguir:

- (a) a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 75,1% para 84,3%;
- (b) o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo elevou-se de 94,0% para 96,5%;
- (c) a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo diminuiu de 39,2% para 29,2%;
- (d) a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos cresceu de 71,8% para 73,8%. (SEADE, 2004)

Torrinha se manteve acima da média estadual em escolaridade, porém perdeu posições no Estado, mostrando que apesar das melhorias nessa dimensão não conseguiram acompanhar o ritmo. A seguir, no Quadro, as informações do município de Torrinha, referentes ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

**Quadro 13 - Informações Referentes ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social para Torrinha**

População total em 2002 (habitantes)	9.078
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	92,7
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	89,6
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	22,7
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	4,9
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	701
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	49
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	18,7
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	7,2
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,5

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo – Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.



No índice IPRS de 2002, o município é classificado nas seguintes posições e dimensões: 402<sup>a</sup> em riqueza, 532<sup>a</sup> em longevidade e 185<sup>a</sup> em escolaridade. (IPRS, 2002).

### **7.2.5 Brotas**

Brotas teve seu surgimento em terras da Fazenda Velha, em território pertencente ao município de Araraquara. Por volta de 1839 com a construção de uma capela deu-se início ao povoado. Em 6 de março de 1846, passou ao município de Araraquara, com a denominação de Brotas, transferida, em 9 de março de 1853, para o município de Rio Claro. A origem do nome do município, segundo Plínio Ayrosa, seria um brasileirismo, típico de São Paulo (brota significa olho d'água, nascente) já que nos arredores da capital costumava-se dizer “vem da brota”, ou seja, é água fresca. Outra versão, a mérito de curiosidade provém de “abroteas”, planta medicinal e ornamental ou ainda, um derivativo de “bolotas” (bolos típicos fabricados em Brotas) e finalmente, a versão de referência ao fato de que tropeiros que passavam pelo município pernoitavam em Brotas e, na saída, ateavam fogo nos campos que voltavam a brotar e, na viagem seguinte, os boiadeiros ou tropeiros costumavam anunciar o pouso nas “brotas” (que seriam os brotos de capim).

Habitada por uma população estimada em 2005 em 21.695 com território de 1.101 km<sup>2</sup>, Brotas foi classificada no ano de 2000 no Grupo 4 (IRPS/SEADE), que indica agrupamentos de municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de escolaridade e/ ou longevidade. Já em 2002, o município subiu um grupo, passando ao Grupo 3, que apesar de indicar baixo nível de riqueza passou a apresentar bons indicadores nas demais. Essa melhoria em longevidade se deve principalmente a redução das taxas de mortalidade infantil e pré-natal, que propiciou a reclassificação do município.

O comportamento de suas variáveis no período de 2000-2002 foi o a seguir exposto:

- a) o rendimento médio do emprego formal variou de R\$524 para R\$521;  
 b) o valor adicionado per capita aumentou de R\$4.276 para R\$7.752.  
 (SEADE, 2004)

Nessas variáveis apresentadas no período 2000-2002:

- a) a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 62,3% para 73,1%;  
 b) o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo variou de 93,8% para 91,4%;  
 c) a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo reduziu-se de 38,7% para 31,9%;  
 d) a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos elevou-se de 66,7% para 77,1%.(SEADE)

A seguir, no quadro, as informações do IPVS da cidade de Brotas.

**Quadro 14 – Informações Referentes ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social para Brotas**

População total em 2002 (habitantes)	19.865
População residente nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta <sup>1</sup> (em %)	76,3
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (em %)	90,2
Responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (em %)	27,3
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (em anos)	5,3
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio <sup>2</sup> (em R\$)	685
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos) 47	47
Mulheres responsáveis pelo domicílio (em %)	18,8
Crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%)	8,6
Tamanho médio do domicílio (em número de pessoas)	3,5

**Fonte:** Adaptado do IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade

(1) Para mais informações, ver relatório metodológico (FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo – Metodologia. São Paulo, 2004).

(2) Em valores de julho de 2000.

Brotas avançou nos *rankings* de riqueza e longevidade, mas perdeu em escolaridade. Destaca-se o comportamento favorável da dimensão longevidade, com redução de todas as taxas de mortalidade analisadas.

No índice IPRS de 2002, o município é classificado nas seguintes posições e dimensões: 241<sup>a</sup> em riqueza, 359<sup>a</sup> em longevidade e 363<sup>a</sup> em escolaridade. (IPRS, 2002).

### 7.3 O Cenário Educacional das Cidades em estudo: as Instituições de Ensino Médio e Técnico de Rio Claro e Microrregião

A seguir os quadros do Censo Escolar 2005; nelas constam os resultados referentes às matrículas iniciais, no Ensino Médio (Ensino Regular), Educação Profissional (Nível Técnico) e na Educação de Jovens e Adultos (Supletivo Presencial e Semi-Presencial) das redes estadual, federal, municipal e privada e o total de matrícula nestas redes de ensino por município. Informações sobre as escolas de ensino médio e técnico, pesquisados em valores quantitativos.

Consultado o portal do INEP (2006), por meio do Sistema de Informação da Educação Profissional (SIEP), obteve-se a lista de escolas de ensino médio e técnico das cidades em estudo, demonstradas no Quadro, a seguir.

**Quadro 15 – Lista do INEP das Escolas que ministram Ensino Médio Regular e Técnico das Cidades em Estudo – Abr/ 2006**

	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Categoria</b>	<b>Cidade</b>
1	Colégio Integrado Claretiano	Privada Confessional	Rio Claro
2	Colégio Técnico Renascer	Privada Particular	Rio Claro
3	Colégio Alem	Privada Particular	Rio Claro
4	Colégio Arthur Bilac <sup>1</sup>	Privada Particular	Rio Claro
5	EduQ Complexo Educacional	Privada Particular	Rio Claro
6	Escola SENAI Manoel José Ferreira	Privada Particular	Rio Claro
7	Microcamp Escola de Educação Profissional	Privada Particular	Rio Claro
8	SENAC Rio Claro CPD Profissional	Privada Particular	Rio Claro
9	TRADE	Privada Particular	Rio Claro
10	Centro Educacional Rio Claro Unidade I	Privada Particular	Rio Claro
11	Complexo Educacional Rio Claro	Privada Particular	Rio Claro
12	Colégio Koelle	Privada Particular	Rio Claro
13	Escola Puríssimo Coração de Maria	Privada Particular	Rio Claro
14	Prof. Armando Bayeux da Silva ETE	Estadual	Rio Claro
15	Raul Fernandes Chanceler	Estadual	Rio Claro
16	Escola Estadual Joaquim Ribeiro	Estadual	Rio Claro
17	Escola Prof. João Batista Leme	Estadual	Rio Claro
18	Escola Prof. José Cardoso	Estadual	Rio Claro
19	Escola Prof. José Fernandes	Estadual	Rio Claro
20	Escola Prof. Marciano de Toledo Piza	Estadual	Rio Claro

	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Categoria</b>	<b>Cidade</b>
21	Escola Profa. Oscalia Góes C. Santos	Estadual	Rio Claro
21	Escola Profa. Zita de Godoy Camargo	Estadual	Rio Claro
23	Escola Profa. Dinah Lucia Balestrero	Estadual	Brotas
24	Escola Dona Izabel Silveira Mello Soares	Estadual	Brotas
25	Escola Municipal Álvaro Callado	Municipal	Brotas
26	Brotas Escola de Educ. Inf. Ens. Fund. e Médio	Privada Particular	Brotas
27	Jânio Quadros Governador	Estadual	Corumbataí
28	Escola Prof. Marcelo de Mesquita	Estadual	Ipeúna
29	Lazaro Franco de Moraes	Estadual	Torrinha
30	Escola Prof. Joaquim de Toledo Camargo	Estadual	Itirapina

**Fonte:** Adaptado do Portal do INEP, 2006

<sup>1</sup> Não oferece mais cursos. O Colégio Arthur Bilac encerrou suas atividades.

A partir deste Quadro, uma breve apresentação das escolas privadas particulares que ministram o ensino médio técnico e mantém *sites* com informações da instituição. As demais são Escolas Estaduais que ministram o Ensino Médio Regular, Educação de Jovens e Adultos (Supletivo Presencial e Semi-Presencial).

### **7.3.1 Colégio Integrado Claretiano**

O Colégio Integrado Claretiano é de categoria, privada confessional, situada na cidade de Rio Claro. Ministrando o Ensino Médio de 1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup> série no período da manhã. Fundado aos 29 de março de 1977, sob o nome Integrado Universitário, fora criado pela Sociedade Civil Rio-clarense de Ensino. No ano de 1996 assumiu a direção do Colégio a Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, os Padres Claretianos, mantenedores da EDUCLAR – Ação Educacional Claretiana. Em 1997 a sede e os cursos foram transferidos para o antigo Seminário Claret, situado no bairro Cidade Claret.

Em 2005 passou por estruturações e teve seu nome alterado para Colégio Anglo Claretiano, com a implantação do Sistema Anglo em todos os níveis de ensino. No entanto no cadastro do INEP/ MEC, mantém o nome Colégio Integrado Claretiano. (INEP, 2006)

Além do ensino médio regular, oferece o curso Técnico de Informática com habilitação de Técnico de Informática com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas.

Com intuito de também atender ao mercado de trabalho, o colégio ao final do ciclo do Ensino Médio, a proposta do Colégio é de contribuir para o bem-estar coletivo, objetivando capacitar seus alunos organização de idéias, estabelecimento de relações, interpretações de dados, elaboração de hipóteses de forma objetiva e clara. (COLÉGIO ANGLO CLARETIANO, 2006)

### **7.3.2 Colégio Técnico Renascer**

O Colégio Técnico Renascer é mantido pelo Instituto Educacional Carmem Matos S/C LTDA, localizado próximo a Santa Casa de Rio Claro, ministra aulas técnicas na área da saúde e tem como exigências no ingresso de seus cursos a complementação de ensino fundamental para uns e ensino médio para outros.

Os cursos oferecidos pelo colégio são: Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Técnico em Radiologia, Técnico em Farmácia e Especialização de Nível Técnico em Saúde Pública.

Para o curso de Auxiliar de Enfermagem, a exigência é de ensino fundamental completo, a oferta do curso se dá nos períodos, noturno e diurno com duração de 16 à 18 meses. Já o curso Técnico de Enfermagem exige o ensino médio completo com formação em Auxiliar de Enfermagem. A oferta do curso se dá no período noturno e a duração é de 10 à 12 meses.

Já para o curso Técnico em Radiologia a exigência é de conclusão do ensino fundamental e 18 anos completos. A oferta se dá no período noturno e a duração é de 22 meses. Para o curso Técnico de Farmácia a exigência é de ensino médio completo, a oferta se dá em período noturno e a duração é de 24 meses.

### **7.3.3 Colégio Alem**

A Organização Escolar Alem, mantenedora do Colégio Alem de Rio Claro é do sistema Estadual de categoria, privada particular.

Localizada na região central da cidade, o colégio oferece além do ensino fundamental o Ensino Médio e Educação Profissional de ensino médio.

Os cursos técnicos oferecidos são: Habilitação Profissional de Técnico em Eletrônica, Habilitação Profissional de Técnico em Processamento de Dados e Técnico em Química.

### **7.3.4 Colégio Arthur Bilac**

Fundados aos 03 de Maio de 1921, sob o nome “Instituto Comercial de Rio Claro” e depois “Escola Técnica de Comércio Prof. Arthur Bilac” pelo então contabilista, educador e poeta, Arthur Bilac. A escola técnica foi um dos colégios mais tradicionais da cidade, localizado na zona central de Rio Claro de categoria privada particular. Os cursos que o colégio ministrou até o ano de 2000 foram: Técnico em Contabilidade e Técnico em Secretariado, encerrando definitivamente suas atividades em meados do ano de 2000.

### **7.3.5 EduQ Complexo Educacional**

O Complexo Educacional EduQ e EduQ Assessoria e Treinamento S/C Ltda é organização de categoria privada. Situado na cidade de Rio Claro teve sua inauguração aos 20 de junho de 2000, tendo como atividade principal, Assessorias e Treinamentos *In Company*.

Os cursos ministrados de ensino técnico correspondente ao ensino médio são cursos: Técnico em Administração com Ênfase em Gestão Empresarial, Automação Industrial, Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Gestão Ambiental, Qualidade e Produtividade, Segurança do Trabalho, Mecatrônica e Química Industrial. Todos são reconhecidos pelo MEC em cursos de ensino médio integrado a habilitação profissional.

### **7.3.6 Escola Senai Manoel José Ferreira**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de São Paulo (SENAI) foi criado em 22 de janeiro de 1942, por iniciativa do empresariado do setor por meio do Decreto-Lei Nº4.048 para atender a demanda de mão-de-obra qualificada.

De categoria privada particular, o SENAI é um dos “pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial Integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria - CNI e Federações das Indústrias dos estados”. (SENAI, 2006)

Para ingressar na Escola Senai, o aluno deve comprovar a conclusão do ensino médio. Os cursos têm duração mínima de 1600 horas, incluindo o estágio supervisionado, de caráter obrigatório. Ao concluir o curso, o aluno recebe o diploma de técnico na área escolhida.

Em Rio Claro, a Escola Senai Manoel José Ferreira é de categoria privada particular. Os cursos ministrados de ensino médio são: Técnico em Gestão de Processos Industriais, Automobilística, Eletroeletrônica, Informática, Marcenaria, Mecânica, Metalurgia e Segurança.

### **7.3.7 Microcamp Escola de Educação Profissional**

A Microcamp Internacional é uma escola de informática, portanto, oferece cursos de ensino médio de nível técnico. Sua estrutura conta com mais de 150 unidades, incluindo a  *Holding* e o Instituto Microcamp de Campinas. A Microcamp oferece mais de 60 cursos destinados a pessoas que buscam conhecimento na área de informática.

A Microcamp Escola de Educação Profissional S/S LTA mantenedora da Micro Rio Claro Edições Culturais Ltda de nome fantasia Microcamp - Rio Claro oferece cursos técnicos, correspondentes ao ensino médio em informática.

Os cursos oferecidos são: Habilitação Profissional Técnico em Informática, Qualificação Profissional de Criador de *WebSites*, Instalador e Operador de Redes Locais, Montador de Computadores e Manutenção, Operador de Computadores e Programador de Microcomputadores. Há mais de 2 anos presente na cidade, é de categoria privada particular, formou mais de 2.500 alunos, para o mercado de trabalho. (MICROCAMP, 2006)

### 7.3.8 SENAC Rio Claro CPD Profissional

Localizada na zona central da cidade, o Senac Rio Claro, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional São Paulo é tido como referência na região e atende cidades circunvizinhas. Pode ser considerada líder no mercado em que atua, pois oferece cursos livres e técnicos em diferentes áreas. Integrante da Rede Senac, pretende desenvolver as competências, prestando serviço e integrando-se à comunidade regional.

Importante expor que embora os cursos do Senac constem do cadastro de escolas técnicas junto as demais já abordadas, o curso técnico do Senac não tem equivalência ao ensino médio regular, sendo necessário o aluno estar no último ano do ensino médio ou já ter concluído para sua matrícula junto a instituição.

O Senac fornece diplomas e registros legais para o exercício profissional e oferece os seguintes cursos:

- Administração e Negócios: Especialização em Meio Ambiente para Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico Ambiental, Técnico em Gestão Empresarial;
- Computação Gráfica: 3D Studio Max – Básico, AutoCAD 2006 – Básico, Tratamento de Imagem - Photoshop CS2, Técnico em Produção Gráfica;
- Design e Criação: Desenho de Moda, Feng Shui aplicado ao Design de Interiores, Técnico em Produção Gráfica;
- Gastronomia e Nutrição: A Arte de Bem Servir, Como Administrar e Gerir um Restaurante, Coquetelaria Internacional, Técnico em Nutrição e Dietética;
- Iniciação em Informática: Básico em Computação MS-Office 2003, Excel 2003 com VBA, MS Project 2003 – Básico, Programador de Microcomputador, Técnico em Informática;



- Internet: ASP - Sites Dinâmicos I – Essentials, PHP com MySQL I – Essentials, PHP com MySQL II - e-commerce, Técnico em Informática;
- Meio Ambiente: Como Implantar a Gestão de Resíduos Industriais, Especialização em Meio Ambiente para Técnico em Segurança do Trabalho, Gerenciamento Ambiental: Princípios & Instrumentos, Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Legislação Ambiental, Poluição das Águas, Técnico Ambiental, Técnico em Paisagismo;
- Programação de Computadores: ASP - Sites Dinâmicos I – Essentials, Delphi – Básico, PHP com MySQL I – Essentials, PHP com MySQL II - e-Commerce, Programador de Microcomputador, Técnico em Informática, Visual Basic 6 – Básico;
- Redes e Hardware: Administração de Redes Linux I, Administração de Sistemas Linux I, Administração de Sistemas Linux II, Formação Linux Systems Administrator, Formação em Hardware, Implantação de Rede Local com Windows, Introdução ao Linux, Manutenção de Micro e Implantação de Rede Local, Manutenção de Microcomputadores, Técnico em Informática;
- Rádio e Áudio: Radialista - Programador Musical, Radialista - Setor Locução, Treinamento de Locução para Rádio;
- Saúde: Cromoterapia, Depilador, Do-In, Do-In/Shiatsu, Especialização Profissional de Nível Técnico em Mamografia, Especialização de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Especialização de Enfermagem em Home Care, Especialização de Enfermagem em Instrumentação Cirúrgica, Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização, Especialização de Técnico de Enfermagem do Trabalho, Manicura e Pedicura, Massagem Anti-Estresse, Massagem Ayurvédica - Nível I, Massagem Relaxante e Energética, Massagem e Alongamento, Massagem e Óleos Terapêuticos, Quick Massage - Massagem Rápida, Radiestesia e Radiônica, Reiki I, Reiki II, Shiatsu - Nível I, Shiatsu - Nível II, Técnicas de Relaxamento, Técnico de Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Higiene Dental – THD, Técnico em Massoterapia, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Radiologia Médica;
- Segurança e Saúde no Trabalho: Especialização Profissional em Higiene do Trabalho, Especialização de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Especialização de Técnico de Enfermagem do Trabalho, Especialização em Meio Ambiente para Técnico em Segurança do Trabalho, Estratégia para Elaboração do PPRA, Formação de Brigada contra Incêndio, Mapeamento de Riscos Ambientais, Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, Técnico em Segurança do Trabalho.
- Turismo: Guia Regional, Guia de Excursão Nacional, Guia de Turismo Especializado em Atrativo Natural, Técnico em Turismo, Técnico em Turismo - Ênfase em Atrativo Natural;
- Urbanismo e Paisagismo: Iluminação Aplicada ao Paisagismo, Jardinagem, Paisagismo Básico, Técnico em Paisagismo.

### **7.3.9 Treinamento e Educação Profissional - TRADE**

A TRADE, Treinamento e Educação Profissional é do sistema Estadual de categoria privada particular, atuando na área industrial. Desde Agosto de 2003 oferece o curso de Habilitação, Técnico em Automação Industrial, Qualificação, Instalador Montador Eletroeletrônico, Eletricista de Manutenção Industrial, Auxiliar Técnico em Automação Industrial e desde Abril de 2004 oferece Habilitação em Técnico de Manutenção Indústria Cerâmica.

### **7.3.10 Prof. Armando Bayeux da Silva ETE**

A instituição de ensino, Armando Bayeux da Silva Prof ETE, que pertence ao Centro Paula Souza desde 1994 é de categoria pública estadual e está situada na cidade de Rio Claro.

Trata-se de uma das instituições de mais destaque na cidade, criada em 1920, com uma área construída de 15 mil m<sup>2</sup>, está estrategicamente localizada no centro e atualmente atende 700 alunos divididos em três períodos.

Os cursos ministrados de ensino médio são: Técnico em Administração, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Financeiro, Técnico em Eletrônica, Assistente Eletricista e Auxiliar Técnico Eletroeletrônico, Técnico de Mecânica, Assistente de Processos de Usinagem, Auxiliar Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Auxiliar de Montagem e Manutenção Elétrica, Profissional Técnica de Nível Médio e Técnico em Mecânica, Profissional Técnica de Nível Médio de Assistente de Usinagem, Profissional Técnico em Informática, Auxiliar de Informática, Programador de Computadores, Técnico em Produção de Cerâmica, Assistente de Produção de Cerâmica, Supervisor de Produção de Cerâmica, Técnico e Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho, Auxiliar Administrativo de Segurança do Trabalho, Auxiliar de Segurança do Trabalho.

Um levantamento inédito feito a partir dos resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), por escola e município, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/ MEC) revelou que as dez melhores escolas públicas da capital paulista oferecem ensino técnico. Dessas, 9 pertencem ao Centro Paula Souza, entre as 20 públicas melhor colocadas no Enem, 12 (doze) são do Centro Paula Souza.

De acordo com INEP, a ETE Prof. Armando Bayeux da Silva, obteve média de 68,71 do ENEM.

### **7.3.11 Chanceler Raul Fernandes**

Instituição de ensino estadual ministra Habilitação Profissional de Técnico de Enfermagem e Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem.

## **7.4 O Censo Escolar do Ensino Médio e Técnico**

O censo escolar do ensino médio e técnico realizado pelo INEP tem dados disponíveis de 2002 à 2005. Os dados demonstram o número de alunos matriculados no ensino médio regular de 2002 a 2003 e técnico a partir de 2004 nas regiões em estudo, e estas são demonstradas nos quadros que seguem.

Os dados do Quadro 16, a seguir apresentado, demonstram que os 13.311 alunos matriculados no ensino médio regular e técnico em 2005 nas regiões em estudo estão assim distribuídos. Em Rio Claro, são 10.619, Ipeúna 225, Itirapina 719, Brotas 1.164, Torrinha 357 e Corumbataí 227.

**Quadro 16 – Censo Escolar do Ensino Médio 2005 de Rio Claro e Microrregião (matriculados em 2005)**

Municípios	Dependência Administrativa	Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos (Supl. Pres.) Médio	Educação de Jovens e Adultos (Supl. Semi-Pres.) Médio
Rio Claro	Estadual	6.398	562	1291	63
Rio Claro	Municipal	0	0	0	0
Rio Claro	Privada	1.575	685	45	0
<b>TOTAL</b>		<b>7.973</b>	<b>1.247</b>	<b>1.336</b>	<b>63</b>
Ipeúna	Estadual	225	0	0	0
Ipeúna	Municipal	0	0	0	0
Ipeúna	Privada	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>225</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Itirapina	Estadual	535	0	81	103
Itirapina	Municipal	0	0	0	0
Itirapina	Privada	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>535</b>	<b>0</b>	<b>81</b>	<b>103</b>
Brotas	Estadual	799	0	0	133
Brotas	Municipal	150	42	30	0
Brotas	Privada	10	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>959</b>	<b>42</b>	<b>30</b>	<b>133</b>
Torrinha	Estadual	357	0	0	0
Torrinha	Municipal	0	0	0	0
Torrinha	Privada	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>357</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Corumbataí	Estadual	180	0	0	47
Corumbataí	Privada	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>180</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>47</b>
<b>Microrregião</b>	<b>SOMA</b>	<b>13.311</b>			

Fonte: INEP, 2006

**Quadro 17 - Censo Escolar do Ensino Médio 2004 de Rio Claro e Microrregião (matriculados em 2004)**

Municípios	Dependência Administrativa	Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos (Supl. Pres.) Médio	Educação de Jovens e Adultos (Supl. Semi-Pres.) Médio
Rio Claro	Estadual	6891	639	1500	54
Rio Claro	Municipal	0	0	0	0
Rio Claro	Privada	1563	345	47	224
	<b>TOTAL</b>	<b>8454</b>	<b>984</b>	<b>1547</b>	<b>278</b>
Ipeúna	Estadual	266	0	0	0
Ipeúna	Municipal	0	0	0	16
Ipeúna	Privada	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>266</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
Itirapina	Estadual	605	0	113	130
Itirapina	Municipal	0	0	0	0
Itirapina	Privada	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>605</b>	<b>0</b>	<b>113</b>	<b>130</b>
Brotas	Estadual	807	0	35	93
Brotas	Municipal	214	22	0	11
Brotas	Privada	52	0	0	34
	<b>TOTAL</b>	<b>1073</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>138</b>
Torrinha	Estadual	313	0	35	0
Torrinha	Municipal	0	0	0	0
Torrinha	Privada	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>313</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>0</b>
Corumbataí	Estadual	220	0	0	55
Corumbataí	Municipal	0	0	0	0
Corumbataí	Privada	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>220</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55</b>
<b>Microrregião</b>	<b>SOMA</b>	<b>14284</b>			

Fonte: INEP, 2005

Os dados do Quadro 17, acima, demonstram que os 14.284 alunos matriculados no ensino médio regular e técnico em 2004 nas regiões em estudo estão assim distribuídos: em Rio Claro, são 11.263, Ipeúna 282, Itirapina 848, Brotas 1.268, Torrinha 348 e Corumbataí 275.

Para o ano de 2006 foi feita pela autora uma projeção negativa já que as informações demonstram uma queda de 3% no número de alunos matriculados no ensino médio e técnico do ano de 2004 para 2005.

Os números oficiais do MEC/ INEP para o ano de 2006 estarão disponíveis apenas ao final deste ano. Se a tendente queda se mantiver na mesma porcentagem, uma vez que ao investigar-se em 2003 a tendência era de crescimento, porém não constavam as separações do ensino médio regular com o ensino profissional nível técnico, para o ano de 2006 se tem:

Dados projetados de 2006 para o ensino médio segundo a autora.

**Quadro 18 - Projeção do Censo Escolar do Ensino Médio Regular e Ensino Profissional de Nível Técnico em 2006 de Rio Claro e Microrregião (matriculados em 2006)**

<b>Município</b>	<b>Dependência Administrativa (nº alunos total)</b>
Rio Claro	10300,43
Ipeúna	218,25
Itirapina	697,43
Brotas	1129,08
Torrinha <sup>1</sup>	346,29
Corumbataí	220,19
<b>TOTAL MICRORREGIÃO</b>	<b>12.911,67</b>

**Fonte:** Projeção dados INEP, 2006. Elaborado pelo autor.

<sup>1</sup> Torrinha, foi a única da microrregião de Rio Claro que não apresentou queda no nº de alunos de 2004 para 2005, e sim um crescimento de 3% (projetado).

Os dados projetados demonstram a distribuição dos 12.911,67 alunos matriculados no ensino médio regular e técnico em 2006 nas regiões em estudo.

Observa-se que, se essa diminuição percentual se mantiver, Rio Claro sofrerá um leve decréscimo das matrículas (3%) em relação ao número de alunos matriculados no ano anterior.

O INEP (2006) no Censo Escolar de 2005, explica que “esse decréscimo deve ser relativizado, em razão do forte crescimento observado nos anos anteriores”.

### 7.5 O Cenário Educacional das Cidades: as Instituições de Ensino Superior - Categoria Rio Claro e Microrregião

**Quadro 19 – Instituições de Ensino Superior nas Cidades em Estudo segundo o INEP - 2006**

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Cidade</b>	<b>UF</b>	<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Categoria Administrativa</b>
Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ESRC	Rio Claro	SP	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
Faculdade de Tecnologia de Rio Claro - CBTA	Rio Claro	SP	Faculdade de Tecnologia	Privada
Faculdades Integradas Claretianas - FIC	Rio Claro	SP	Faculdades Integradas	Privada
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	Campus - Rio Claro <sup>1</sup>	SP	Universidade	Estadual
Faculdade Comunitária de Rio Claro <sup>2</sup>	Rio Claro	SP	Universidade	Privada

**Fonte:** INEP (2006)

<sup>1</sup> Instituto de Biociências e Instituto de Geociências e Ciências Exatas

<sup>2</sup> Pertencente ao Complexo Educacional, Anhanguera Educacional – a partir de 2007, somente.

Em Rio Claro são quatro as representantes de ensino superior, sendo apenas uma de administração do Estado. Basicamente são estas as responsáveis pela formação superior disponíveis para a cidade de Rio Claro e Microrregião.

A seguir apresentam-se as instituições.

### **7.5.1 Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ESRC**

A Escola Superior de Tecnologia e Educação (ESRC) de Rio Claro é mantida pela Associação de Escolas Reunidas – ASSER, associação civil, criada em 1980. O objetivo é desenvolver o ensino em todos os níveis, mediante a implementação de cursos e programas de nível médio e superior, para formar o cidadão e o profissional, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico.

A ASSER mantém o Centro Universitário Central Paulista – UNICEP em São Carlos e as Escolas Superiores de Tecnologia e Educação de Rio Claro e Porto Ferreira, em Rio Claro/SP e de Porto Ferreira/SP, respectivamente.

As atividades do curso de Graduação em Administração são desenvolvidas no Campus Rio Claro, localizado no centro da cidade, com uma área de 4.332,45 m<sup>2</sup> e área construída de 6.310,73 m<sup>2</sup>.

Os cursos oferecidos pela instituição são: Administração com Gestão de Negócios e Gestão de Sistemas de Informação e em Pedagogia com Gestão Escolar.

### **7.5.2 Centro Brasileiro de Tecnologia Aplicada (CBTA)**

O CBTA - Centro Brasileiro de Tecnologia Aplicada é uma das opções para profissionais que pretendem atualizar-se e conhecer novas tecnologias do mercado, obtendo um diploma de Curso Superior em 2 anos.

Os cursos superiores de tecnologia do CBTA são aprovados pelo MEC, permitindo ao formando dar continuidade nos seus estudos em outros cursos de graduação, com equivalência de créditos, ou até mesmo ingressar em cursos de especialização Lato Sensu, MBA e mestrados.

A faculdade de tecnologia de Rio Claro, CBTA, é autorizada pela Portaria do MEC nº 3.594 de 19 de dezembro de 2002, e “tem por objetivo qualificar seus alunos para o mercado profissional e também o preparo para a continuidade de estudos em nível de pós-graduação”. (CBTA, 2006)

Os cursos oferecidos pela instituição são:



- Curso Superior de Tecnologia de Marketing de Negócios (Área Profissional: Comércio);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Logística (Área Profissional: Gestão);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Área Profissional: Gestão);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial (Área Profissional: Gestão);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira (Área Profissional: Gestão);
- Curso Superior de Tecnologia em Organização de Eventos Sociais e Desportivos (Área Profissional: Lazer e Desenvolvimento Social);
- Curso Superior de Tecnologia em Planejamento e Gerenciamento Ambiental (Área Profissional: Meio Ambiente). (CBTA, 2006)

O número de vagas por curso no 1º Semestre foi de 100 vagas e no 2º Semestre será de 50 vagas.

### **7.5.3 Faculdades Integradas Claretianas - FIC**

As Faculdades Integradas Claretianas constituem um conjunto de Cursos de Ensino Superior, situada na cidade de Rio Claro, no bairro Claret.

Entidade educacional mantida pela EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana, é sociedade civil de direito privado, filantrópica, de fins educacionais e não lucrativos.

Os cursos superiores oferecidos pela Instituição são:

- Administração;
- Gestão Empresarial;
- Ciências Contábeis;
- Ciências da Religião;
- Comunicação Social;

- Publicidade e Propaganda;
- Curso Superior de Tecnologia em Formação de Secretário;
- Curso Superior de Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica;
- Direito;
- Letras;
- Português-Espanhol e Respectivas Literaturas;
- Português-Inglês e Respectivas Literaturas;
- Pedagogia;
- Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês, Espanhol;
- Sistemas de Informação. (FIC, 2006)

O número de vagas para o curso de Ciências Contábeis anual é de 200, para o Curso Superior de Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica, 100, Curso Superior de Tecnologia em Formação de Secretariado, 100, Técnico em Construção Civil, 250, Administração, 150, Sistemas de Informação, 120, Comunicação Social, 120, Direito, 60 vagas matutino e 180 noturno, Letras, 150, Secretariado Trilíngüe, 150, Pedagogia, 210.

#### **7.5.4 Faculdade Comunitária de Rio Claro**

A Faculdade Comunitária de Rio Claro é uma entidade mantida pela Anhanguera Educacional, uma nova estrutura unificada a partir de 2004 (antigo Centro Universitário Anhanguera).

A recente unidade Rio Claro passou por avaliação em Maio de 2006, pelas Comissões Verificadoras do INEP/MEC, e obteve parecer favorável. No entanto, encontra-se em fase credenciamento pelo CNE - Conselho Nacional de Educação.

Os cursos que serão oferecidos pela instituição a partir de 2007 são:

- Administração;
- Ciências Contábeis;
- Ciência da Computação;
- Fisioterapia
- Letras - Português/Inglês;

- Tecnologia em Gestão de Marketing e Vendas;
- Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. (Fac. Comunit., 2006)

### **7.5.5 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP**

Criada em 1976, a Universidade Estadual Paulista - que recebeu do governador o nome de "Júlio de Mesquita Filho", - é o resultado da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, até então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista criada no fim dos anos 50.

Na década de 90 a UNESP ampliou seu raio de atuação, e em 2003, atendendo a solicitações e de acordo com a política do governo estadual de promover maior incremento do ensino superior público, a UNESP se expandiu em várias direções com a criação das então chamadas Unidades Diferenciadas, atualmente denominadas Campi Experimentais (2006).

O Campus da Unesp em Rio Claro compreende duas unidades compostas pelos: Instituto de Geociências e Ciências Exatas e o Instituto de Biociências.

Os cursos superiores oferecidos pelas unidades da instituição são:

No Instituto de Biociências: o Curso de Ciências Biológicas oferece 40 vagas em período integral e 25 vagas noturnas, a Ecologia oferece 30 vagas em período integral, Educação Física Bacharelado, oferece 30 vagas em período integral e Licenciatura 30 vagas também em período integral, já a Pedagogia oferece 45 vagas no período noturno.

No Instituto de Geociências e Ciências Exatas: Engenharia Ambiental oferece 30 vagas em período integral, Ciências da Computação oferece 30 vagas em período integral e noturno, Física oferece 40 vagas em período integral, Geografia oferece 40 vagas em período integral e noturno, Geologia oferece 30 vagas em período integral e Matemática, 40 vagas em período integral.

O último Censo Escolar do Ensino Superior disponível para consulta via *site* do MEC/ INEP é do ano de 2004, e o quadro que segue demonstra os números referentes aos matriculados no início do ano.

**Quadro 20 – Censo Escolar do Ensino Superior de Rio Claro e Microrregião (matriculados em 2004)**

<b>Municípios</b>	<b>Ensino Superior</b>
Brasil	4.163.733
<b>Rio Claro</b>	<b>4.693</b>

**Fonte:** INEP (2004)

Em relação ao quadro acima, sendo Rio Claro a única cidade com representantes no ensino superior, no ano de 2004, foram inscritos 4.693 alunos no ensino superior, não sendo possível a desagregação dos dados por instituição de ensino.

Já para o ano de 2005 e 2006 a investigação foi feita junto às instituições de ensino cadastradas no MEC/ INEP, e o Quadro 21 a seguir demonstram o número de alunos matriculados por instituição de ensino segundo informações fornecidas pelas secretarias acadêmicas e responsáveis.

**Quadro 21 - Censo Escolar do Ensino Superior de Rio Claro e Microrregião (matriculados em 2005 e 2006)**

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Unidade</b>	<b>nº alunos (matriculados) em 2005</b>	<b>nº alunos (matriculados) em 2006</b>
UNESP	Instituto de Biociências <sup>1</sup>	1035	1028
UNESP	Instituto de Geociências <sup>2</sup>	1318	1370
ASSER	Escola Superior de Tecnologia e Educação <sup>3</sup>	56	100
CLARETIANAS	Faculdades Integradas Claretianas <sup>5</sup>	1890	1730
CBTA	Faculdade CBTA <sup>4</sup>	2086	2944
<b>TOTAL</b>		<b>6385</b>	<b>7172</b>

**Fonte:** Instituto de Biociências – Campus Rio Claro (2006)

<sup>1</sup> - Informante: Profª. Dra. Maria Aparecida Marin Morales

<sup>2</sup> – Informação: Secretaria Acadêmica – Seção de Graduação.

<sup>3</sup> - Informação fornecida pela Secretaria Acadêmica – Sra. Silvia.

<sup>4</sup> - Informação fornecida pela Secretaria Acadêmica – Srta. Carolina Santana/ Sr. Asdrúbal Bellan.

<sup>5</sup> - Informação fornecida pela Secretaria Acadêmica – Sra. Rosa/ Prof. Dr. Décio Botura Filho.

**Quadro 22 - Censo Escolar do Ensino Superior de Rio Claro e Microrregião (concluintes em 2005 e 2006)**

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Unidade</b>	<b>nº concluintes em 2005</b>	<b>nº concluintes em 2006</b>
UNESP	Instituto de Biociências	194	18 <sup>1</sup>
UNESP	Instituto de Geociências	204	26 <sup>2</sup>
ASSER	Escola Superior de Tecnologia e Educação	43	-
CLARETIANAS	Faculdades Integradas Claretianas	416	408 <sup>4</sup>
CBTA	Faculdade CBTA	264	508 <sup>3</sup>
<b>TOTAIS</b>		<b>1121</b>	<b>960</b>

**Fonte:** Secretarias Acadêmicas das Instituições investigadas, (2006)

<sup>1</sup> - Nº de concluintes no 1º Semestre de 2006.

<sup>2</sup> - Nº de concluintes no 1º Semestre de 2006, segundo semestre em andamento.

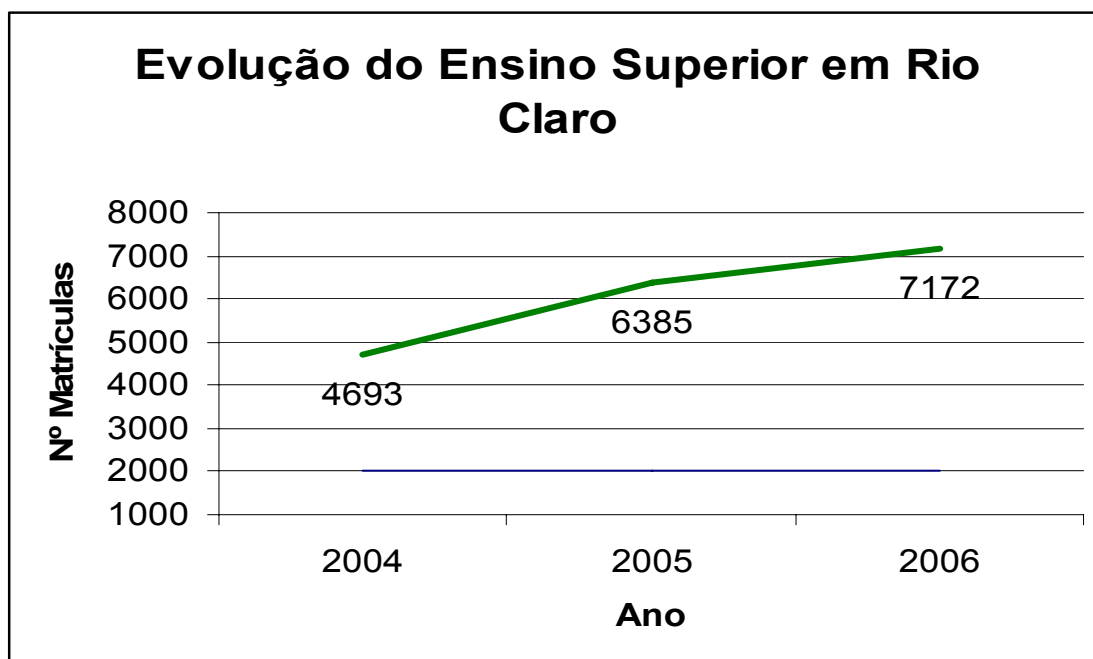
<sup>3</sup> - Nº de concluintes no 1º Semestre de 2006 (176), 2º Semestre em andamento, previsão (332).

<sup>4</sup> - Nº de concluintes previstos para o ano de 2006, pois trata-se de curso anual.

Na Asser, no ano de 2006 foram inscritos 44 alunos no curso de Administração e 56 alunos em Pedagogia.

Na Faculdade CBTA, no ano de 2006 foram inscritos no 1º Semestre 1.561 alunos e para o 2º Semestre, 1.383 alunos.

O Ensino Superior em Rio Claro, em relação ao ano de 2004 aumentou a sua participação em 36% no ano de 2005 e 52,82% no ano de 2006. Comparando o período do estudo 2005/ 2006 a educação superior teve uma alta percentual de 12,33%. A seguir o gráfico ilustra esse crescimento:



**Gráfico 1** – Evolução do Ensino Superior em Rio Claro

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados obtidos nas instituições.

## **7.6 O Mercado de Trabalho nas Cidades: Categoria Rio Claro e Microrregião**

O estudo exploratório acerca das ocupações que mais contrataram no período em estudo, foi investigado no *site* do MTE/ CAGED.

Sabóia (2005) em publicação do SENAI de tema “a geração do emprego industrial nas capitais e no interior de São Paulo”, apresenta as microrregiões do Estado que mais geraram empregos no setor industrial, no período 2000-2004 onde Rio Claro é retratada na geração de empregos pelo saldo entre admissões e desligamentos da seguinte forma: Tratamento Minério em 104, Indústria de Transformação 5.712, Serviço Utilidade Pública 21, Construção Civil (61) – negativo.

O levantamento das informações para o sistema público de emprego e renda (de base anual) está disponível por município nos setores do comércio, indústria e serviços. Porém o mesmo não indica o perfil educacional e/ ou formação.

Os resultados da investigação demonstram as 20 ocupações que mais admitiram nos negócios do município de Rio Claro (35.4390) e sua microrregião, nos setores do comércio, indústria e serviços. O período investigado compreendeu de Junho de 2005 a Junho de 2006, e os resultados foram inseridos nos Quadros 23 a 32.

As ocupações que mais admitiram no comércio em Rio Claro são demonstradas nos Quadros 23 a 25:



**Quadro 23 – As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram no comércio de Rio Claro (35.4390) de Jun/ 05 à Jun/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Comércio		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜÊNCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
521110	Vendedor de comércio varejista	1.226	1.144	82
411005	Auxiliar de escritório, em geral	280	244	36
421125	Operador de caixa	248	252	-4
784105	Embalador, a mão	245	220	25
521125	Repositor de mercadorias	206	134	72
521135	Frentista	130	142	-12
354125	Assistente de vendas	101	71	30
784205	Alimentador de linha de produção	98	110	-12
412205	Contínuo	72	58	14
848510	Açougueiro	69	80	-11
414105	Almoxarife	64	46	18
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	64	83	-19
513435	Atendente de lanchonete	58	40	18
141410	Comerciante varejista	57	60	-3
914405	Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares	55	43	12
391115	Controlador de entrada e saída	53	36	17
519205	Catador de material reciclável	51	37	14
774105	Montador de móveis e artefatos de madeira	51	19	32
411010	Assistente administrativo	50	26	24
514210	Faxineiro	48	47	1

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 24 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram na indústria de Rio Claro (35.4390) de Jun/ 05 à Jul/ 06**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Indústria		
		FREQÜENCIA		
CBO	DESCRIÇÃO	Admissões	Desligamentos	Saldo
784205	Alimentador de linha de produção	862	763	99
752305	Ceramista	329	230	99
721215	Operador de máquinas ferramenta convencionais	258	259	-1
763215	Costureiro, a máquina na confecção em série	228	201	27
411005	Auxiliar de escritório, em geral	179	144	35
763210	Costureiro na confecção em série	173	172	1
	Operador de máquinas de fabricação de doces,			
841810	salgados e massas alimentícias	132	147	-15
731160	Montador de equipamentos elétricos	108	75	33
724515	Prensista (operador de prensa)	79	37	42
811130	Trabalhador de fabricação de tintas	68	60	8
731175	Operador de linha de montagem (aparelhos	67	6	61
763010	Costureira de peças sob encomenda	67	77	-10
514210	Faxineiro	66	42	24
862150	Operador de máquinas fixas, em geral	66	159	-93
521110	Vendedor de comércio varejista	65	57	8
911305	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	63	66	-3
411010	Assistente administrativo	58	54	4
354130	Promotor de vendas especializado	57	13	44
521125	Repositor de mercadorias	57	44	13
771105	Marceneiro	55	66	-11

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 25 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram em serviços de Rio Claro (35.4390) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Serviços		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
784205	Alimentador de linha de produção	619	687	-68
622110	Trabalhador da cultura de cana de açúcar	576	259	317
391205	Inspetor de qualidade	539	532	7
514210	Faxineiro	462	424	38
411005	Auxiliar de escritório, em geral	319	342	-23
411010	Assistente administrativo	287	309	-22
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	279	252	27
725205	Montador de máquinas	169	167	2
422105	Recepcionista, em geral	161	129	32
354130	Promotor de vendas especializado	160	128	32
513205	Cozinheiro geral	150	143	7
783225	Ajudante de motorista	148	156	-8
517410	Porteiro de edifícios	140	131	9
782405	Motorista de ônibus rodoviário	137	64	73
322230	Auxiliar de enfermagem	129	101	28
513435	Atendente de lanchonete	124	120	4
517330	Vigilante	109	53	56
521110	Vendedor de comércio varejista	104	99	5
519205	Catador de material reciclável	88	67	21
513405	Garçom	85	89	-4

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

Nos quadros o perfil educacional mais freqüente são os formados indivíduos com ensino médio completo e também o mais demandado pelos setores contratantes.

### 7.6.1 O mercado de trabalho na microrregião de Rio Claro

Os municípios de Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, que compõem a microrregião de Rio Claro tem menos de 2.500 empregos, de forma que somente a agregação de todos os setores pode ser visualizada. (MTE, 2006)

A seguir a agregação dos setores desses municípios, nos Quadros 26 a 29, com as 20 ocupações que mais contrataram na microrregião de Rio Claro, nos setores em estudo.

**Quadro 26 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram em todos os setores de Corumbataí (35.1270) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Todos os setores		
		FREQÜENCIA		
CBO	DESCRIÇÃO	Admissões	Desligamentos	Saldo
622020	Trabalhador volante da agricultura	140	143	-3
311710	Colorista têxtil	135	82	53
622505	Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	89	10	79
621005	Trabalhador agropecuário em geral	68	49	19
784205	Alimentador de linha de produção	60	35	25
828110	Oleiro (fabricação de tijolos)	28	32	-4
623305	Trabalhador da avicultura de corte	26	27	-1
377110	Atleta profissional de futebol	22	3	19
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	14	14	0
521110	Vendedor de comércio varejista	12	3	9
231210	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)	11	0	11
411005	Auxiliar de escritório, em geral	8	4	4
641015	Tratorista agrícola	8	6	2
782310	Motorista de furgão ou veículo similar	8	5	3
514210	Faxineiro	7	7	0
771105	Marceneiro	6	1	5
141405	Comerciante atacadista	3	0	3
342315	Supervisor de carga e descarga	3	0	3
411010	Assistente administrativo	3	3	0
763210	Costureiro na confecção em série	3	3	0

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 27 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram em todos os setores de Ipeúna (35.2110) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Todos os setores		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
752305	Ceramista	113	54	59
622110	Trabalhador da cultura de cana de açúcar	93	70	23
621005	Trabalhador agropecuário em geral	62	57	5
823210	Extrusor de fios ou fibras de vidro	41	20	21
521110	Vendedor de comércio varejista	35	33	2
784205	Alimentador de linha de produção	30	36	-6
724205	Montador de estruturas metálicas	29	25	4
991205	Mantenedor de equipamentos de parques de diversões e similares	24	24	0
811745	Laminador de plástico	22	6	16
848520	Magarefe	22	12	10
411005	Auxiliar de escritório, em geral	21	13	8
623305	Trabalhador da avicultura de corte	21	3	18
516310	Lavador de roupas a maquina	14	9	5
717020	Servente de obras	11	26	-15
412120	Supervisor de digitação e operação	8	0	8
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	8	9	-1
513205	Cozinheiro geral	7	4	3
514210	Faxineiro	7	4	3
517410	Porteiro de edifícios	7	6	1
721325	Polidor de metais	7	5	2

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 28 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram em todos os setores de Itirapina (35.2360) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Todos os Setores		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
622505	Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	510	366	144
784205	Alimentador de linha de produção	365	365	0
623305	Trabalhador da avicultura de corte	183	242	-59
621005	Trabalhador agropecuário em geral	102	90	12
991105	Conservador de via permanente (trilhos)	70	32	38
632120	Operador de motosserra	41	36	5
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	39	32	7
521110	Vendedor de comércio varejista	29	29	0
521125	Repositor de mercadorias	21	10	11
620105	Supervisor de exploração agrícola	18	19	-1
641015	Tratorista agrícola	17	7	10
513205	Cozinheiro geral	15	9	6
411005	Auxiliar de escritório, em geral	14	20	-6
331205	Professor de nível médio no ensino fundamental	12	11	1
514210	Faxineiro	12	8	4
623310	Trabalhador da avicultura de postura	11	15	-4
632215	Trabalhador da exploração de resinas	11	4	7
783215	Carregador (veículos de transportes terrestres)	10	6	4
223115	Médico clínico	8	7	1
422105	Recepcionista, em geral	8	10	-2

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 29 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram em todos os setores de Torrinhã (35.5470) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Todos os Setores		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜÊNCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
621005	Trabalhador agropecuário em geral	122	138	-16
784205	Alimentador de linha de produção	70	53	17
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	55	56	-1
521110	Vendedor de comércio varejista	42	39	3
632125	Trabalhador de extração florestal, em geral	33	24	9
632120	Operador de motosserra	31	23	8
991405	Trabalhador da manutenção de edificações	30	28	2
411005	Auxiliar de escritório, em geral	19	12	7
514225	Trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e logradouros	19	18	1
622020	Trabalhador volante da agricultura	15	13	2
642015	Operador de trator florestal	13	7	6
848520	Magarefe	13	5	8
513405	Garçom	11	6	5
783225	Ajudante de motorista	11	8	3
515110	Atendente de enfermagem	10	4	6
763210	Costureiro na confecção em série	10	16	-6
410105	Supervisor administrativo	9	6	3
513205	Cozinheiro geral	9	9	0
514210	Faxineiro	9	1	8
516415	Passador de roupas, à mão	8	4	4

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

Já para o município de Brotas foi possível a desagregação nos setores, e os resultados são apresentados nos Quadros 30 a 32.

**Quadro 30 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram no comércio de Brotas (35.0790) de Jun/ 05 à Jul/ 06**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Comércio		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
521110	Vendedor de comércio varejista	125	110	15
311710	Colorista têxtil	46	52	-6
724315	Soldador	12	11	1
717020	Servente de obras	11	3	8
914405	Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares	11	10	1
521135	Frentista	10	16	-6
784105	Embalador, a mão	10	12	-2
411005	Auxiliar de escritório, em geral	6	12	-6
632125	Trabalhador de extração florestal, em geral	6	1	5
715505	Carpinteiro	5	3	2
848510	Açougueiro	5	4	1
223405	Farmacêutico	4	3	1
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	4	6	-2
848305	Padeiro	4	2	2
911305	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	4	2	2
412205	Contínuo	3	3	0
632120	Operador de motosserra	3	13	-10
724410	Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	3	1	2
783225	Ajudante de motorista	3	4	-1
317210	Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	2	2	0

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.



**Quadro 31 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram na Indústria de Brotas (35.0790) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Indústria		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
784205	Alimentador de linha de produção	78	62	16
784105	Embalador, a mão	30	5	25
818105	Assistente de laboratório industrial	26	21	5
841705	Alambiqueiro	25	18	7
761309	Tecelão (tear automático)	20	41	-21
621005	Trabalhador agropecuário em geral	12	5	7
717020	Servente de obras	10	12	-2
311710	Colorista têxtil	8	21	-13
411005	Auxiliar de escritório, em geral	8	6	2
848305	Padeiro	7	3	4
715210	Pedreiro	6	5	1
818110	Auxiliar de laboratório de análises físico químicas	6	5	1
840105	Supervisor de produção da indústria alimentícia	6	5	1
911305	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	6	3	3
	Técnico em manutenção de instrumentos de			
915105	medição e precisão	6	3	3
513215	Cozinheiro industrial	5	4	1
763210	Costureiro na confecção em série	5	8	-3
141205	Gerente de produção e operações	4	2	2
311105	Técnico químico	4	1	3
414105	Almoxarife	4	3	1

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

**Quadro 32 - As 20 (vinte) ocupações que mais admitiram no Comércio de Brotas (35.0790) de Jun/ 05 à Jul/ 06.**

Período: Jun de 2005 a Jun de 2006		SETOR: Serviços		
CBO	DESCRIÇÃO	FREQÜENCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
632125	Trabalhador de extração florestal, em geral	264	184	80
622020	Trabalhador volante da agricultura	181	74	107
621005	Trabalhador agropecuário em geral	70	67	3
782510	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	70	67	3
311710	Colorista têxtil	59	61	-2
641015	Tratorista agrícola	35	26	9
411005	Auxiliar de escritório, em geral	29	25	4
632120	Operador de motosserra	27	24	3
513205	Cozinheiro geral	18	14	4
513405	Garçom	18	7	11
717020	Servente de obras	16	12	4
422105	Recepcionista, em geral	14	7	7
521110	Vendedor de comércio varejista	14	6	8
911305	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	11	2	9
641010	Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas	9	4	5
862150	Operador de máquinas fixas, em geral	9	0	9
513425	Copeiro	7	8	-1
141410	Comerciante varejista	6	9	-3
322230	Auxiliar de enfermagem	6	4	2
512105	Empregado doméstico nos serviços gerais	5	7	-2

**Fonte:** MTE/ Perfil do Município/ CAGED, (2006)

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido.

### 7.6.2 Dados agregados das contratações da indústria, comércio e serviços

A seguir são apresentados os dados dos setores econômicos (indústria, comércio e serviços) de Rio Claro e Microrregião tabulados no Sistema Gerador de Tabelas (SGT) do CAGED no MTE. Nos quadros que seguem o perfil educacional é relativo ao Ensino Médio, Técnico e Ensino Superior, ambos completos.

**Quadro 33 – Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade Rio Claro.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	
Indústria de produtos minerais não metálicos	2º grau completo	264	178	86
	Superior completo	15	17	-2
	Total	279	195	84
Indústria metalúrgica	2º grau completo	176	117	59
	Superior completo	17	4	13
	Total	193	121	72
Indústria mecânica	2º grau completo	445	278	167
	Superior completo	61	27	34
	Total	506	305	201
Indústria do material elétrico e de comunicações	2º grau completo	287	255	32
	Superior completo	13	13	0
	Total	300	268	32
Indústria do material de transporte	2º grau completo	26	9	17
	Superior completo	3	1	2
	Total	29	10	19
Indústria da madeira e do mobiliário	2º grau completo	162	149	13
	Superior completo	4	2	2
	Total	166	151	15
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2º grau completo	90	65	25
	Superior completo	18	8	10
	Total	108	73	35
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares indústrias diversas	2º grau completo	196	172	24
	Superior completo	34	34	0
	Total	230	206	24
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2º grau completo	501	422	79
	Superior completo	40	45	-5
	Total	541	467	74
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2º grau completo	114	112	2
	Superior completo	12	9	3
	Total	126	121	5
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2º grau completo	294	254	40
	Superior completo	38	40	-2
	Total	332	294	38
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>2810</b>	<b>2211</b>	<b>599</b>	

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Rio Claro (35.4390) ao investigar-se a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a formação mais freqüente é para o ensino médio completo: para o intervalo temporal em estudo, 10% dos admitidos tinham ensino superior completo e o restante, 90% ensino médio completo.

**Quadro 34 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade Rio Claro.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista			
2º grau completo	2069	1667	402
Superior completo	106	109	-3
Total	2175	1776	399
Comércio atacadista			0
2º grau completo	188	145	43
Superior completo	37	23	14
Total	225	168	57
<b>TOTAL COMÉRCIO</b>	<b>2400</b>	<b>1944</b>	<b>456</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, esta percentagem é reduzida, apenas 6% são admitidos no comércio com ensino superior.

**Quadro 35 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade Rio Claro.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização				0
	2º grau completo	30	18	12
	Superior completo	13	13	0
	Total	43	31	12
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				0
	2º grau completo	1610	1528	82
	Superior completo	117	99	18
	Total	1727	1627	100
Transportes e comunicações				
	2º grau completo	312	330	-18
	Superior completo	43	31	12
	Total	355	361	-6
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação...				0
	2º grau completo	557	459	98
	Superior completo	161	121	40
	Total	718	580	138
Serviços médicos, odontológicos e veterinários				0
	2º grau completo	423	354	69
	Superior completo	111	107	4
	Total	534	461	73
Ensino				0
	2º grau completo	75	62	13
	Superior completo	127	112	15
	Total	202	174	28
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>3579</b>	<b>3234</b>	<b>345</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Já em serviços a taxa de admissão se eleva para 19% a contratação de trabalhadores com ensino superior.

**Quadro 36 – Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade Rio Claro.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e serviços)				0
	2º grau completo	7819	6574	1245
	Superior completo	970	815	155
	Total	8789	7389	1400

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Rio Claro (35.4390) ao investigar os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão em maior número se dá para o ensino médio, 88% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 12%. Ou seja, dos 8.789 trabalhadores admitidos em Rio Claro, 7.819 tinham ensino médio contra 970 com ensino superior.

**Quadro 37 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Itirapina.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria da madeira e do mobiliário			
2º grau completo	70	42	28
Superior completo	2	0	2
Total	72	42	30
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico			0
2º grau completo	71	103	-32
Total	71	103	-32
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>143</b>	<b>145</b>	<b>-2</b>

**Fonte:** (Caged, 2006)

No município de Itirapina (35.2360) ao investigar-se a indústria no intervalo de Junho/ 2005 a Junho/ 2006, notou-se que a formação mais freqüente se dá para o ensino médio completo, no intervalo em estudo a procura (admissão) do ensino superior completo foi de apenas 1,4%.

**Quadro 38 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Itirapina.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista				0
	2º grau completo	34	19	15
	Superior completo	7	6	1
	Total	41	25	16
Comércio atacadista				0
	2º grau completo	8	20	-12
	Superior completo	1	2	-1
	Total	9	22	-13
<b>TOTAL COMÉRCIO</b>		<b>50</b>	<b>47</b>	<b>3</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, esta percentagem se eleva para 19% no ensino superior são contratados.

**Quadro 39 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Itirapina.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização				0
	Superior completo	1	0	1
	Total	1	0	1
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				0
	2º grau completo	1	8	-7
	Total	1	8	-7
Transportes e comunicações				0
	2º grau completo	3	12	-9
	Total	3	12	-9
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção redação, r...				0
	2º grau completo	19	12	7
	Superior completo	17	5	12
	Total	36	17	19
Serviços médicos, odontológicos e veterinários				0
	2º grau completo	3	2	1
	Total	3	2	1
Ensino				0
	2º grau completo	3	10	-7
	Superior completo	2	22	-20
	Total	5	32	-27
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>49</b>	<b>71</b>	<b>-22</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Em serviços a contratação no ensino superior se eleva para 69%.

**Quadro 40 - Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Itirapina**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e Serviços)			0
2º grau completo	212	228	-16
Superior completo	30	35	-5
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>263</b>	<b>-21</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Itirapina ao investigar-se os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão mais freqüente se dá para o ensino médio, 86% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 14%. Ou seja, dos 242 trabalhadores admitidos em Itirapina, 212 tinham ensino médio contra 30 com ensino superior.

**Quadro 41 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Ipeúna.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de produtos minerais não metálicos			
2º grau completo	36	46	-10
Superior completo	5	3	2
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>49</b>	<b>-8</b>
Indústria metalúrgica			0
2º grau completo	11	10	1
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
Indústria mecânica			0
2º grau completo	19	11	8
Superior completo	1	0	1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>9</b>
Indústria do material de transporte			0
2º grau completo	3	3	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Indústria da madeira e do mobiliário			0
2º grau completo	5	1	4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas			0
2º grau completo	4	0	4
Superior completo	1	5	-4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários perfumaria, ...			0
2º grau completo	18	17	1
Superior completo	10	6	4
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>5</b>
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico			0
2º grau completo	6	3	3
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>119</b>	<b>105</b>	<b>14</b>

Fonte: (Caged, 2006)



No município de Ipeúna (35.2110) ao investigar-se a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a formação mais freqüente se dá para o ensino médio, e a procura (admissão) do ensino superior foi de 17%.

**Quadro 42 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Ipeúna.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista				0
	2º grau completo	15	5	10
	Superior completo	2	1	1
	Total	17	6	11
Comércio atacadista				0
	2º grau completo	6	7	-1
	Superior completo	0	2	-2
	Total	6	9	-3
<b>TOTAL COMÉRCIO</b>		<b>23</b>	<b>15</b>	<b>8</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, o percentual de contratados com ensino superior é de 10%.

**Quadro 43 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Ipeúna.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				0
	2º grau completo	5	4	1
	Superior completo	0	1	-1
	Total	5	5	0
Transportes e comunicações				0
	2º grau completo	3	0	3
	Total	3	0	3
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação				0
	2º grau completo	15	12	3
	Superior completo	7	16	-9
	Total	22	28	-6
Serviços médicos, odontológicos e veterinários				0
	2º grau completo	1	2	-1
	Total	1	2	-1
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>31</b>	<b>35</b>	<b>-4</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Em serviços os valores são de 29% a contratação no ensino superior.

**Quadro 44 - Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Ipeúna**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e Serviços)			0
2º grau completo	147	121	26
Superior completo	26	34	-8
Total	173	155	18

**Fonte:** (Caged, 2006)

No município de Ipeúna ao investigar-se os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão em maior número se dá para o ensino médio, 82% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 18%. Ou seja, dos 173 trabalhadores admitidos em Ipeúna, 147 tinham ensino médio contra 26 com ensino superior.

**Quadro 45 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Corumbataí.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de produtos minerais não metálicos			
2º grau completo	1	6	-5
Total	1	6	-5
Indústria metalúrgica			0
2º grau completo	1	2	-1
Superior completo	2	0	2
Total	3	2	1
Indústria da madeira e do mobiliário			0
2º grau completo	4	2	2
Total	4	2	2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica			0
Superior completo	1	0	1
Total	1	0	1
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas			0
2º grau completo	9	15	-6
Total	9	15	-6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos			0
2º grau completo	1	2	-1
Total	1	2	-1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico			0
2º grau completo	1	1	0
Superior completo	1	1	0
Total	2	2	0
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>21</b>	<b>29</b>	<b>-8</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Corumbataí (35.1270) ao investigar-se a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a formação mais exigida é a do ensino médio, no intervalo em estudo a procura (admissão) do ensino superior foi de apenas 24%.

**Quadro 46 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Corumbataí.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista			0
2º grau completo	3	4	-1
Superior completo	1	0	1
Total	4	4	0
Comércio atacadista			0
2º grau completo	23	19	4
Superior completo	3	1	2
Total	26	20	6
<b>TOTAL COMÉRCIO</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>6</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, a percentagem de contratados no ensino superior é de 15%.

**Quadro 47 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Corumbataí.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização				0
	Superior completo	1	0	1
	Total	1	0	1
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				0
	2º grau completo	50	27	23
	Total	50	27	23
Transportes e comunicações				0
	2º grau completo	2	3	-1
	Superior completo	0	1	-1
	Total	2	4	-2
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...				0
	2º grau completo	6	2	4
	Total	6	2	4
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>59</b>	<b>33</b>	<b>26</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Em serviços é praticamente nula (0,2%) a contratação no ensino superior.

**Quadro 48 - Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Corumbataí**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e Serviços)				0
	2º grau completo	101	83	18
	Superior completo	9	3	6
	Total	110	86	24

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Corumbataí ao investigar-se os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão de maior incidência se dá para o ensino médio, 91% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 9%. Ou seja, dos 110 trabalhadores admitidos em Corumbataí, 101 tinham ensino médio contra apenas 9% com ensino superior.

**Quadro 49 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Brotas.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de produtos minerais não metálicos	2º grau completo	2	4	-2
	Total	2	4	-2
Indústria metalúrgica				0
	2º grau completo	3	5	-2
	Superior completo	2	0	2
	Total	5	5	0
Indústria mecânica				0
	2º grau completo	7	3	4
	Superior completo	1	0	1
	Total	8	3	5
Indústria da madeira e do mobiliário				0
	2º grau completo	0	1	-1
	Total	0	1	-1
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica				0
	2º grau completo	0	1	-1
	Total	0	1	-1
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas				0
	2º grau completo	2	3	-1
	Total	2	3	-1
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...				0
	2º grau completo	10	22	-12
	Superior completo	0	1	-1
	Total	10	23	-13
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos				0
	2º grau completo	3	4	-1
	Total	3	4	-1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico				0
	2º grau completo	123	73	50
	Superior completo	11	8	3
	Total	134	81	53
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>		<b>164</b>	<b>125</b>	<b>39</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Brotas (35.0790) ao investigar-se a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a formação com maior ocorrência é a do ensino médio, no intervalo em estudo a procura (admissão) do ensino superior foi de apenas 9 %.

**Quadro 50 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Brotas.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista				0
	2º grau completo	119	93	26
	Superior completo	6	4	2
	Total	125	97	28
Comércio atacadista				0
	2º grau completo	10	12	-2
	Total	10	12	-2
<b>TOTAL COMÉRCIO</b>		<b>135</b>	<b>109</b>	<b>26</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, este percentual vai para 5% de contratação no ensino superior.

**Quadro 51 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Brotas.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização				0
	2º grau completo	1	2	-1
	Superior completo	2	1	1
	Total	3	3	0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				0
	2º grau completo	15	13	2
	Superior completo	2	2	0
	Total	17	15	2
Transportes e comunicações				0
	2º grau completo	31	21	10
	Superior completo	0	2	-2
	Total	31	23	8
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...				0
	2º grau completo	67	65	2
	Superior completo	4	14	-10
	Total	71	79	-8
Serviços médicos, odontológicos e veterinários				0
	2º grau completo	9	6	3
	Total	9	6	3
Ensino				0
	2º grau completo	4	4	0
	Superior completo	0	6	-6
	Total	4	10	-6
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>135</b>	<b>136</b>	<b>-1</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Em Brotas, é de 6% a contratação no ensino superior no setor de serviços.

**Quadro 52 - Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Brotas**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e Serviços)			0
2º grau completo	406	332	74
Superior completo	28	38	-10
Total	434	370	64

**Fonte:** (Caged, 2006)

No município de Brotas ao investigar-se os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão com maior ocorrência se dá para o ensino médio, 93% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 7%. Ou seja, dos 434 trabalhadores admitidos em Brotas, 406 tinham ensino médio contra apenas 28 com ensino superior.

**Quadro 53 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Torrinha.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria da madeira e do mobiliário	2º grau completo	1	0	1
	Total	1	0	1
	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...			
	2º grau completo	1	3	-2
	Superior completo	0	1	-1
	Total	1	4	-3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2º grau completo	25	19	6
	Superior completo	1	1	0
	Total	26	20	6
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2º grau completo	12	6	6
	Superior completo	1	0	1
	Total	13	6	7
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>		<b>41</b>	<b>30</b>	<b>11</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Torrinha (35.5470) ao investigar-se a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a formação freqüente se dá para o ensino médio, no intervalo em estudo a procura (admissão) do ensino superior foi de apenas 5 %.

**Quadro 54 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Torrinha.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista	2º grau completo	37	37	0
	Superior completo	1	1	0
	Total	38	38	0
Comércio atacadista	2º grau completo	0	2	-2
	Total	0	2	-2
	<b>TOTAL COMÉRCIO</b>		<b>38</b>	<b>40</b>

Fonte: (Caged, 2006)

No comércio, esta porcentagem vai para 3% de contratação no ensino superior.



**Quadro 55 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Torrinha.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização	2º grau completo	1	0	1
	Superior completo	3	1	2
	Total	4	1	3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	2º grau completo	3	3	0
	Superior completo	3	2	1
	Total	6	5	1
Transportes e comunicações	2º grau completo	5	9	-4
	Total	5	9	-4
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	2º grau completo	8	4	4
	Superior completo	4	3	1
	Total	12	7	5
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2º grau completo	1	0	1
	Total	1	0	1
Ensino	Superior completo	0	2	-2
	Total	0	2	-2
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>		<b>28</b>	<b>24</b>	<b>4</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Em serviços é de 56% a contratação no ensino superior

**Quadro 56 - Dados agregados (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos 3 setores contratantes por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na cidade de Torrinha**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL (Indústria, comércio e Serviços)	2º grau completo	94	83	11
	Superior completo	13	11	2
	Total	107	94	13

Fonte: (Caged, 2006)

No município de Torrinha ao investigar-se os setores (indústria, comércio e serviços) no intervalo do estudo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão predominante se dá para o ensino médio, 86% dos admitidos. Já para o ensino superior apenas 14%. Ou seja, dos 107 trabalhadores admitidos em Torrinha, 94 tinham ensino médio contra apenas 13 com ensino superior.

### 7.6.3 União dos dados da microrregião

**Quadro 57 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou na indústria por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na microrregião.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de produtos minerais não metálicos	2º grau completo	303	234	69
	Superior completo	20	20	0
	Total	323	254	69
Indústria metalúrgica	2º grau completo	191	134	57
	Superior completo	21	4	17
	Total	212	138	74
Indústria mecânica	2º grau completo	471	292	179
	Superior completo	63	27	36
	Total	534	319	215
Indústria do material elétrico e de comunicações	2º grau completo	287	255	32
	Superior completo	13	13	0
	Total	300	268	32
Indústria do material de transporte	2º grau completo	29	12	17
	Superior completo	3	1	2
	Total	32	13	19
Indústria da madeira e do mobiliário	2º grau completo	242	195	47
	Superior completo	6	2	4
	Total	248	197	51
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2º grau completo	90	66	24
	Superior completo	19	8	11
	Total	109	74	35
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	2º grau completo	211	190	21
	Superior completo	35	39	-4
	Total	246	229	17
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2º grau completo	530	464	66
	Superior completo	50	53	-3
	Total	580	517	63
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2º grau completo	143	137	6
	Superior completo	13	10	3
	Total	156	147	9
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2º grau completo	507	440	67
	Superior completo	51	49	2
	Total	558	489	69
<b>TOTAL INDÚSTRIA MICRORREGIÃO</b>		<b>3298</b>	<b>2645</b>	<b>653</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Ao investigar-se os municípios em estudo, se tem para a indústria no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), a formação mais freqüente no ensino médio, sendo a admissão para o ensino superior apenas em 10%.

Percebe-se que prepondera a contratação de profissionais com ensino médio. Já no ensino superior, tem escalas diferentes, é o nível de ensino que menos recruta. Por exemplo, na Indústria de papel papelão e gráfica, a participação dos contratados com ensino superior é de 17% do total da demanda por trabalhadores, enquanto no setor da indústria de produtos minerais não metálicos, é de apenas 5,5%.

**Quadro 58 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou no comércio por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na microrregião**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Comércio varejista	2º grau completo	2.277	1.825	452
	Superior completo	123	121	2
	Total	2.400	1.946	454
Comércio atacadista	2º grau completo	235	205	30
	Superior completo	41	28	13
	Total	276	233	43
<b>TOTAL COMÉRCIO MICRORREGIÃO</b>		<b>2.676</b>	<b>2.179</b>	<b>497</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Ao investigar-se os municípios em estudo, se tem para o comércio no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), a formação freqüente no ensino médio, sendo a admissão para o ensino superior de 7%.

Percebe-se que a maior freqüência de contratação de profissionais é de ensino médio. Já o ensino superior, tem escalas diferentes, é o nível de ensino que menos demanda, no entanto a participação dos contratados para o comércio atacadista seja de 10% contra 30% no varejista.

**Quadro 59 - Distribuição (Junho de 2005 à Junho de 2006) no setor que contratou em serviços por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na microrregião.**

		ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Instituições de crédito, seguros e capitalização				
	2º grau completo	32	20	12
	Superior completo	20	15	5
	Total	52	35	17
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...				
	2º grau completo	1.684	1.583	101
	Superior completo	122	104	18
	Total	1.806	1.687	119
Transportes e comunicações				
	2º grau completo	356	375	-19
	Superior completo	43	34	9
	Total	399	409	-10
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...				
	2º grau completo	672	554	118
	Superior completo	193	159	34
	Total	865	713	152
Serviços médicos, odontológicos e veterinários				
	2º grau completo	437	364	73
	Superior completo	111	107	4
	Total	548	471	77
Ensino				
	2º grau completo	82	76	6
	Superior completo	129	142	-13
	Total	211	218	-7
<b>TOTAL SERVIÇOS MICRORREGIÃO</b>		<b>3.881</b>	<b>3.533</b>	<b>348</b>

Fonte: (Caged, 2006)

Já a investigação em serviços no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), embora a formação mais freqüente se dê para o ensino médio, 35% se dá no ensino superior.

No setor de serviços, a contratação de indivíduos com ensino superior se eleva (35%) apesar da formação ser menos demandada. Acerca de escalas diferentes; por exemplo, em Ensino, a participação dos contratados com ensino superior é de 63,57% da demanda por trabalhadores, enquanto no setor de transporte e comunicações de apenas 12%.

**Quadro 60 – Dados agregados distribuídos (Junho de 2005 à Junho de 2006) nos setores que contrataram (comércio, indústria e serviços) por nível de escolaridade (concluintes do Ensino Médio e Ensino Superior) na microrregião.**

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
TOTAL MICRORREGIÃO			
2º grau completo	8.779	7.421	1358
Superior completo	1.076	936	140
Total	9.855	8.357	1498

Fonte: (Caged, 2006)

Ao final da investigação acerca do município de Rio Claro e Microrregião para os setores econômicos (indústria, comércio e serviços) no intervalo (Junho/ 2005 a Junho/ 2006), notou-se que a admissão mais freqüente se dá para a os indivíduos com ensino médio completo, no intervalo em estudo a procura (admissão) na proporção para o ensino superior de 12,26%. Onde para os 9.855 trabalhadores admitidos, 8.779 tinham apenas o ensino médio completo, e 1.076 com ensino superior completo. Embora se mantenha as escalas citadas nos Quadros anteriores.

#### 7.6.4 Resultados Finais

A formação, no ensino médio regular e ensino profissional de nível técnico são proporcionados por 30 instituições, que oferecem no ensino regular a formação geral e o técnico em mais de 115 cursos conforme demonstrado no Quadro 15 e sintetizado a seguir no Quadro 61.

**Quadro 61 - Cursos de Nível Médio e Técnico na Região em Estudo por Instituição**

Ordem	Curso de Nível Técnico e Médio	Nº de cursos	Instituição de Ensino
1	Técnico de Informática com habilitação de Técnico de Informática com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas.	01	Colégio Anglo Claretiano
2	Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Técnico em Radiologia, Técnico em Farmácia, Técnico em Saúde Pública.	05	Colégio Técnico Renascer
3	Técnico em Eletrônica, Técnico em Processamento de Dados, Técnico em Química.	03	Colégio Alem
4	Técnico em Administração com Ênfase em Gestão Empresarial, Automação Industrial, Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Gestão Ambiental, Qualidade e Produtividade, Segurança do Trabalho, Mecatrônica, Química Industrial.	07	EduQ Complexo Educacional
5	Técnico em Gestão de Processos Industriais, Automobilística, Eletroeletrônica, Informática, Marcenaria, Mecânica, Metalurgia, Segurança.	08	Escola Senai Manoel José Ferreira
6	Técnico em Informática, Criador de <i>WebSites</i> . Instalador e Operador de Redes Locais, Montador de Computadores e Manutenção, Operador de Computadores, Programador de Micro computadores.	06	Microcamp Escola de Educação Profissional

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados coletados junto ao MEC em Rio Claro e Microrregião (2006).

Ordem	Curso de Nível Técnico e Médio	Nº de cursos	Instituição de Ensino
7	Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico Ambiental, Técnico em Gestão Empresarial, Computação Gráfica, Técnico em Produção Gráfica, Design e Criação, Desenho de Moda e Interiores, Técnico em Produção Gráfica, Gastronomia e Nutrição, Coquetelaria Internacional, Técnico em Nutrição e Dietética, Iniciação em Informática, Programador de Microcomputador, Técnico em Informática, Internet, Técnico em Informática, Meio Ambiente, Gestão de Resíduos Industriais, Técnico em Segurança do Trabalho, Gerenciamento Ambiental, Legislação Ambiental, Poluição das Águas, Técnico Ambiental, Técnico em Paisagismo, Programação de Computadores, Programador de Microcomputador, Técnico em Informática, Redes e Hardware, Manutenção de Micro e Implantação de Rede Local, Manutenção de Microcomputadores, Técnico em Informática, Rádio e Áudio, Radialista - Programador Musical, Radialista, Treinamento de Locução para Rádio, Saúde, Especialização Profissional de Nível Técnico em Mamografia, Especialização de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Especialização de Enfermagem em Home Care, Especialização de Enfermagem em Instrumentação Cirúrgica, Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização, Especialização de Técnico de Enfermagem do Trabalho, Manicura e Pedicura, Massagem, Técnico de Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Massoterapia, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Radiologia Médica, Segurança e Saúde no Trabalho, Especialização Profissional em Higiene do Trabalho, Especialização de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Técnico de Enfermagem do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Turismo, Guia Regional, de Excursão Nacional, de Turismo Especializado em Atrativo Natural, Técnico em	57	SENAC Rio Claro CPD Profissional

	Turismo, Técnico em Turismo, Ênfase em Atrativo Natural, Urbanismo e Paisagismo, Iluminação Aplicada ao Paisagismo, Jardinagem, Paisagismo Básico, Técnico em Paisagismo.		
8	Técnico em Automação Industrial, Técnico de Manutenção Indústria Cerâmica.	02	TRADE
9	Técnico em Administração, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Financeiro, Técnico em Eletrônica, Assistente Eletricista, Auxiliar Técnico Eletroeletrônico, Técnico de Mecânica, Assistente de Processos de Usinagem, Auxiliar Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Auxiliar de Montagem, Manutenção Elétrica, Técnico em Mecânica, Assistente de Usinagem, Técnico em Informática, Auxiliar de Informática, Programador de Computadores, Técnico em Produção de Cerâmica, Assistente de Produção de Cerâmica, Supervisor de Produção de Cerâmica, Técnico e Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho, Auxiliar Administrativo de Segurança do Trabalho Auxiliar de Segurança do Trabalho.	24	Prof. Armando Bayeux da Silva ETE
10	Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem.	02	Chanceler Raul Fernandes
	<b>TOTAL DE CURSOS</b>	<b>115</b>	

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados coletados junto ao MEC em Rio Claro e Microrregião (2006).

Para o Ensino Superior a cidade de Rio Claro conta com 5 instituições representantes. São mais de 40 Cursos Superiores que contribuem a cada ano, nas 3 grandes áreas para a formação superior em Rio Claro conforme demonstrado no Quadro 19 e sintetizado a seguir no Quadro 62.



**Quadro 62 - Cursos no Ensino Superior por instituição de ensino em Rio Claro**

<b>Ordem</b>	<b>Curso Superior</b>	<b>Nº de cursos</b>	<b>IES</b>
1	Administração com Gestão de Negócios e Sistemas de Informação, Pedagogia com Gestão Escolar.	02	Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ESRC
2	Curso Superior de Tecnologia de Marketing de Negócios, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Logística, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, Curso Superior de Tecnologia em Organização de Eventos Sociais e Desportivos, Curso Superior de Tecnologia em Planejamento e Gerenciamento Ambiental.	08	Faculdade de Tecnologia de Rio Claro - CBTA
3	Administração, Gestão Empresarial, Ciências Contábeis, Ciências da Religião, Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Curso Superior de Tecnologia em Formação de Secretário, Curso Superior de Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica, Direito, Letras, Português-Espanhol e Respectivas Literaturas, Português-Inglês e Respectivas Literaturas, Pedagogia, Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês, Espanhol, Sistemas de Informação.	15	Faculdades Integradas Claretianas - FIC
4	Ecologia, Educação Física Bacharelado e Licenciatura, Pedagogia, Engenharia Ambiental, Ciências da Computação, Física, Geografia, Geologia, Matemática.	10	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP
5	Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Fisioterapia, Letras - Português/Inglês, Tecnologia em Gestão de Marketing e Vendas, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.	07	Faculdade Comunitária de Rio Claro
	<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados coletados junto às instituições de ensino superior em Rio Claro (2006).

Analisando o Censo do Ensino Superior, vê-se que as quatro primeiras instituições (Unesp, CBTA, ASSER e Claretianas) constam do censo de 2004, e mostram a evolução do ensino superior em número de indivíduos que era de 4.693 em 2004, e passaram a 6.385 alunos matriculados no ano de 2005, tiveram acréscimo no número de matrículas no ano de 2006, passando a 7.172 alunos que cursam este nível de formação em Rio Claro neste ano (2006). (MEC, 2004 e dados investigados junto às IES de Rio Claro).

## 7.7 Oportunidades de Marketing na Região Estudada

As oportunidades de marketing podem ser identificadas e avaliadas por empresas em função de análises do meio ambiente decorrentes do Planejamento Estratégico e de Marketing; elas permitem previsões ambientais, defendidas por Kotler e Fox (1998), para decisões de longo prazo, as quais, segundo eles, “dependem de julgamentos estratégicos sobre o ambiente futuro”.

Para Motta (2005), o refletir estratégico é o pensar coletivo, “a razão de ser e os objetivos de uma organização municipal” e que exercitar o planejamento estratégico, reconhecendo mudanças sociais e econômicas e potenciais em uma região são formas possíveis de reinterpretar como essas alterações afetam e conduzem a um novo trabalho, uma nova referência. Conclui por fim que, pensando no amanhã, reconhecem-se oportunidades e vislumbram-se novos caminhos. Entretanto, nem sempre se tem as “visões estratégicas” para identificar oportunidades, pois isso é dificultado por causa do “cotidiano administrativo”, e também porque a divulgação de informações é escassa.

Kotler (2000) reforça a necessidade de planejar e identificar oportunidades e de buscar informações, ao afirmar que uma organização deve sempre estar atenta a forças ou ameaças (variáveis incontroláveis) no seu macro ambiente, composto também por oportunidades e ameaças que devem orientar as estratégias de marketing.

Onde estariam, portanto, as oportunidades mercadológicas para o ensino e o trabalho na cidade de Rio Claro e Microrregião?

Do ponto de vista dos dados agregados colhidos via SGT no CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a contratação de mão de obra em Rio Claro e microrregião, ocorre em sua maioria para o Ensino Médio/ Técnico completo. Tanto nos setores da indústria como do comércio, a mão de obra contratada representa cerca de 90% dos indivíduos com ensino médio e técnico e apenas 10% para os indivíduos com ensino superior completo.

A diferença ocorre quanto ao nível institucional em que a contratação está ocorrendo; por exemplo, quando o nível operacional está contratando, percebem-se as seguintes proporções nos 3 setores econômicos a exemplo de Rio Claro:

(a) Na indústria (vide Quadro 57): a distribuição para contratados com ensino médio e técnico completo é de 90% em média (93% na indústria de produtos minerais não metálicos e 95% na indústria do material elétrico);

(b) No comércio (vide Quadro 58): a distribuição para contratados com ensino médio e técnico completo é de 89% em média (95% no comércio varejista e 83% no comércio atacadista);

(c) Em serviços (vide Quadro 59): a distribuição para contratados sofre a inversão, passando as maiores proporções os contratados com ensino superior, de 49% em média (63% em instituições financeiras, 57% em ensino, 29% em serviços de alojamento, alimentação, etc).

As ocupações em que mais se efetuaram contratos na indústria a exemplo de Rio Claro foram: alimentador de linha de produção, ceramista, operador de máquinas e ferramentas, costureiro (a máquina em série e confecção), auxiliar de escritório, operador de máquina (doces, salgados e massas), montador de equipamentos elétricos, prensista, trabalhador de fabricação de tintas, operador de linha de montagem, costureira, faxineiro, operador de máquinas fixas, vendedor de comércio varejista, mecânico de manutenção de máquinas, assistente administrativo, promotor de vendas, repositor de mercadorias e marceneiro.

No comércio as ocupações que mais contrataram a exemplo de Rio Claro foram: vendedor de comércio varejista, auxiliar de escritório, operador de caixa, embalador a mão, repositor, frentista, assistente de vendas, alimentador de linha de produção, contínuo, açougueiro, almoxarife, motorista de caminhão, atendente em lanchonete, comerciante varejista, mecânico de manutenção de automóveis e similares, controlador de entrada e saída, catador de material reciclável, montador de móveis e artefatos de madeira, assistente administrativo, faxineiro.

Já em serviços as ocupações que mais contrataram a exemplo de Rio Claro foram: alimentador de linha de produção, trabalhador da cultura de cana de açúcar, inspetor de qualidade, faxineiro, auxiliar de escritório, assistente administrativo, motorista de caminhão, montador de máquinas, recepcionista, promotor de vendas, cozinheiro geral, ajudante de motorista, porteiro de edifícios, motorista de ônibus rodoviário, auxiliar de enfermagem, atendente de lanchonete, vigilante, vendedor de comércio varejista, catador de material reciclável e garçom.

Já no setor de serviços, a proporção se mantém equilibrada, sendo 50% dos contratados com ensino médio e técnico e 50% com ensino superior completo.

Essa demanda, ou exigência das empresas depende muito do cargo em questão; percebe-se que para os cargos em níveis operacionais a demanda é por ensino médio completo e para os cargos administrativos em geral e cargos especializados de produção a exigência é para ensino superior completo. A comprovação pode ser vista em dois sistemas do CAGED, sendo um deles “as 20 ocupações que mais admitiram” (nos Quadros 23 a 32) nos setores econômicos por perfil de município e o outro no “SGT” (nos Quadros 33 a 60) que agrega a distribuição nos setores contratantes por nível de escolaridade.

Já do ponto de vista de formação, no ensino médio e técnico, os dados demonstraram que 13.311 alunos foram matriculados em 2005, sendo 75% dos alunos que cursam este nível de formação estão em Rio Claro e 25% estão na microrregião.

Como o objetivo deste trabalho é analisar a oferta e a demanda (de trabalhadores) sendo “oferta de trabalhadores”, aqueles que se disponibilizam para contratação, neste trabalho composta pelos matriculados no ensino superior e ensino médio e técnico, o resultado encontrado foi de 16.696 indivíduos matriculados no ano de 2005 e foi de 20.083,67<sup>18</sup> indivíduos neste ano de 2006.

Já a “demanda por trabalhadores” nesta pesquisa, é representada pelas oportunidades de trabalho oferecidas por empresas que demandam profissionais com nível superior e técnico completo, compondo os setores econômicos da indústria, comércio e serviços, no município de Rio Claro e microrregião vê-se que: foram admitidos, no período em estudo, 9.855 profissionais, sendo distribuídos na seguinte proporção: 3.298 (33%) na indústria, 2.676 (28%) no comércio e 3.881 (39%) em serviços.

Desta forma com base nos matriculados no ensino médio, técnico e superior, e a distribuição dos trabalhadores por nível de escolaridade há evidências de que a oferta e demanda por trabalhadores no período de 2005 e 2006, tenha o seguinte perfil sintetizado no Quadro 63.

---

<sup>18</sup> Número “quebrado” em decorrência da estimativa feita para o ano de 2006.

**Quadro 63 – Demanda por Trabalhadores por Nível de Escolaridade: Análise Horizontal (\*)**

	Distribuição da Demanda por Trabalhadores por Nível de Ensino					
	Ensino Superior		Ensino Médio		Total	
Setor de Atividade	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comércio	164	6	2512	94	2676	100
Indústria	294	9	3004	81	3298	100
Serviço	618	16	3263	84	3881	100
<b>Total</b>	<b>1076</b>	<b>11</b>	<b>8779</b>	<b>89</b>	<b>9855</b>	<b>100%</b>

\*Obs.: A análise horizontal considera a somatória das linhas como a base =100%. (IUDÍCIBUS, 1998)

Aparentemente, as maiores oportunidades para contratação na região concentram-se nas funções que solicitam ensino médio, apenas, pois representam 89% das contratações, considerando-se os três setores de atividade. (8779.100/9855).

A análise por setor (Quadro 64) confirma esta tendência para o Comércio e a Indústria. Já o setor de Serviços é onde se concentram as maiores oportunidades para os graduados em ensino superior: 57% das vagas do setor exigem tal formação.

**Quadro 64 – Demanda por Trabalhadores por Setor e Nível de Escolaridade: Análise Vertical (\*)**

	Distribuição da demanda por trabalhadores por nível de ensino					
	Ensino Superior		Ensino Médio		Total	
Setor de Atividade	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comércio	164	16%	2512	29%	2676	28%
Indústria	294	27%	3004	34%	3298	33%
Serviço	618	<b>57%</b>	3263	37%	3881	39%
<b>Total</b>	<b>1076</b>	<b>100%</b>	<b>8779</b>	<b>100%</b>	<b>9855</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados coletados junto ao Caged do MTE para Rio Claro e Microrregião (2006).

\*Obs.: A análise vertical considera a somatória das colunas como a base =100%. (IUDÍCIBUS, 1998)

O Quadro acima permite observar que o setor de Serviços é o que oferece o maior número de oportunidades de trabalho, tanto para o Ensino Superior (57% dos empregados com essa formação são recrutados pelo setor de Serviços), quanto para o Ensino Médio: (37% das vagas para os que possuem apenas esta formação são do setor de Serviços).

### **7.7.1 Estratégias propostas para a região estudada**

Esta pesquisa e as estratégias pretendem um caráter transformador que permita a discussão dessa dualidade (mercado educacional e mercado de trabalho).

O ambiente em que vive a sociedade atualmente tem-se transformado cada vez mais e a toda velocidade, e isto geram incertezas e desafia a todo o momento a capacidade de adaptação dos indivíduos, dos ambientes organizacionais, de cidades e nações. Os avanços tecnológicos exigem dos profissionais novas habilidades e a relação demanda por trabalhadores e oferta de mão de obra passou por diversas mudanças, tendo um aspecto diferente de 20 anos atrás.

Um breve resgate do que se viu até este ponto, diz respeito à análise de Vergara (2000) a respeito da “teia de relacionamentos dialeticamente cooperativos e conflitivos” com,

[...] dualidade de idéias, onde as rápidas mudanças contribuem no campo político e econômico mais também geram incertezas, conflitos as informações são complexas, vêm em alta velocidade e elevado número e migram idéias, são altamente competitivas, tem interdependência de fenômenos, desemprego, oferta de emprego para pessoas com certas habilidades e informação entre outras. (VERGARA, p. 33. 2000).

A partir do refletir estratégico chega-se ao objetivo imediato que é responder às demandas e às necessidades de formação de forma eficiente no contexto social e econômico e traçar em conjunto um plano que atenda aos interesses de todos os envolvidos: contratantes e contratados.

Na percepção acerca do estudo vislumbram-se as seguintes possibilidades:

1. Novos planos no atendimento às necessidades e demandas dos indivíduos, apoiando o planejamento municipal onde foram detectadas áreas de investimento, por exemplo, com a identificação feita nos Quadros 63 e 64, onde em serviços 57% da mão de obra contrata tem o nível de escolaridade, superior completo e contribuição que elevem percentualmente o número de empregos válidos na cidade e microrregião;
2. Implementação de políticas e diretrizes das prefeituras municipais baseadas num plano de longo prazo para Rio Claro e microrregião;
3. Elaboração de uma carteira (pólos econômicos) de Rio Claro e microrregião que apresente os “produtos produzidos pelas empresas instaladas em sua área urbana, assim como serviços prestados pelas empresas”;
4. Investir no conhecimento, a aquisição de pesquisas mercadológicas ou associação com empresas para o investimento no conhecimento das necessidades empresariais dos empreendedores, como por exemplo, a representatividade de Rio Claro no setor de implantes e instrumentais ortopédicos, destinado à reconstrução do aparelho locomotor humano e setor ceramista.
5. Desenvolvimento de uma nova forma de gestão pública onde não apenas o poder governamental local, mas diferentes atores desempenhem o papel de promotores e articuladores de políticas públicas, desde o desenho, até a implementação e acompanhamento das ações (Santos e Garcia, 2006).



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a formação de profissionais de nível médio, técnico e superior da cidade de Rio Claro e sua microrregião, bem como a demanda por profissionais desses níveis de escolaridade, buscando identificar oportunidades mercadológicas para novos cursos e/ou atração de novos empreendimentos para a região.

Perspectivas teóricas e técnicas escolhidas criteriosamente, trouxeram elementos concretos para a compreensão dos objetivos e definição da metodologia da pesquisa e a partir delas foram investigadas fontes de dados secundários, sendo os resultados quantitativos apresentados em quadros.

Faz-se necessário afirmar que sem dados de natureza quantitativa, muitas das questões sociais e educacionais não seriam “dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas”. (GATTI, 2004)

Quando se buscaram dados em publicações - por exemplo, governamentais - a respeito do tema, notou-se que o fenômeno indicado é o da Elevação dos Níveis de Escolaridade e Educação Profissional, entretanto o que se encontrou ao realizar esta pesquisa analisando os dois lados mencionados é uma redução nos postos de trabalho, onde o cenário é dominado de competências que buscam diferentes formações e níveis de contratação desiguais à educação, em que a grande maioria se mantém sem emprego, subempregada ou não consta de registros (em contrapartida, não consta das pesquisas de emprego e desemprego).

Essas pesquisas governamentais demonstram uma nova visão e acabam por estabelecer uma separação entre o homem e a busca pelo conhecimento, onde o desnível ou desequilíbrio encontrado será cada vez maior e as desigualdades mais acentuadas. O que se encontra na educação é o desinteresse cada vez mais acentuado dos alunos e o abandono do ajuste com o futuro educacional e econômico do país.

Levando-se em consideração fatores ambientais levantados neste estudo, que afetam tanto o mercado educacional como o da oferta de trabalho é possível sugerir um cenário com as seguintes tendências:

- queda de 3% no número de alunos matriculados no ensino médio e técnico (demonstrados nos número oficiais do Mec, Quadros 16 e 17 e projeção Quadro 18), uma razão sugerida é em decorrência da má formação no ensino básico e fundamental, não preparando o jovem para o ingresso no ensino médio, muito menos no ensino profissional de nível técnico;
- aumento expressivo em número de jovens que ingressam em instituições de ensino superior e a entrada de nova tendência no Ensino Superior, orientada para o mercado de trabalho, qual seja, a dos Cursos Superiores de Tecnologia em áreas específicas, com 2 anos de duração;
- demanda por trabalhadores com nível de ensino médio mantendo as proporções mais equilibradas nos setores econômicos, como 29% no comércio, 34% na indústria e 37% em serviços, indicando que este nível de formação abre oportunidades para contratação nos três setores, análise vertical, (Quadro 64);
- demanda por trabalhadores com ensino superior mantendo as seguintes proporções nos setores econômicos: 16% no comércio, 27% na indústria e 57% em serviços, indicando que serviços é a de maior percentual contratante, análise vertical, (Quadro 64);

- Uma percepção acerca do desenvolvimento deste estudo é também a de uma possível mudança de valores dos jovens frente à obtenção dos títulos (Bacharelado/ Licenciatura) de universidades no momento de ingressar no mercado de trabalho, ou seja, a baixa valorização (reconhecimento) do profissional, dado que o mercado contratante pode sentir-se bem atendido apenas com os egressos dos Cursos Superiores em Tecnologia, voltados às necessidades de áreas específicas, com menor tempo de formação e menores investimentos;
- a tendente queda 3% (Quadro 16, 17 e 18) no número de jovens que se matriculam ano a ano no ensino médio pode vir a acarretar uma redução em número de vagas oferecidas pelas universidades ou uma oportunidade de marketing para as instituições de ensino profissional de nível técnico;
- Outra percepção é a de instalação de novas empresas e/ ou a ampliação, modernização das existentes, e ainda, a atração de novos empreendimentos nos setores econômicos, como serviços, ou seja, o aproveitamento da potencialidade regional apresentada pelo elevado número de indivíduos com ensino superior completo nas diversas especialidades, demonstradas em detalhes no Quadro 62. Por exemplo, empresas do setor ceramista demandando profissionais formados em gestão logística, técnicos em automação industrial, técnicos em segurança do trabalho, técnico em manutenção indústria cerâmica, técnico em produção cerâmica, entre outros;
- A grande diversificação do conhecimento (cursos) na cidade de Rio Claro oferta para a mesma e exporta para outras regiões profissionais formados;
- Oportunidade para a atração de investimentos em áreas que demandem indivíduos com ensino superior, permitindo um maior equilíbrio na contratação de trabalhadores formados com carteira assinada;

- A exploração dos chamados nichos, a exemplo no turismo. Segundo Santos e Garcia (2006) a bacia hidrográfica do Rio Corumbataí apresenta um potencial elevado para as atividades turísticas, principalmente as relacionadas à natureza de forma sustentável, contando com a participação do poder público e da comunidade como um todo.

O cenário acima e tendências apontadas confirmam o estudo feito para a região, uma vez que 90% da mão de obra alocada é composta por indivíduos com ensino médio e técnico; outra informação detectada pelo estudo foi a expansão dos cursos de educação tecnológica em detrimento dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura). Sem qualquer prevenção contra o tipo de educação emergente, a tecnológica, pode-se dizer que prioriza o ensinar “a fazer” e não o “pensar”, resultando em indivíduos que apenas preenchem quadros ocupacionais com a qualificação desejada pelas empresas.

Kuenzer (1999) afirma que a "empregabilidade" é percebida como a adequação aos postos de trabalho, e essa definição é convertida ainda mais à “diferenciação e sofisticação de trajetórias”, a partir de uma base de conhecimentos comum. Essa igualdade advinda da certificação profissional contraída em cursos técnicos e ou superiores, que assegurava às gerações anteriores a entrada e manutenção no emprego já não é mais garantida. O que se considera, segundo o autor, é o fim do atrelamento entre a formação e exercício profissional, o que antes era função desempenhada pelas formadoras (cursos técnicos e superiores), agora passa ao mercado, que define e demanda as competências necessárias e em que volume tempo.

Essa transformação pode gerar a redução na oferta de cursos de licenciatura e bacharelado pelas universidades privadas, uma vez que a demanda sofra uma queda considerável, tornando-os inviáveis. Por outro lado, uma redefinição das grades curriculares, valores e perfil do educando, e a oferta de cursos tecnológicos.

O destaque dado por Kuenzer (2005) denominado como a única intenção real é a de melhora nas estatísticas educacionais: “ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração, e assim por diante”.

Embora de grande importância, é preciso questionar se estas estratégias, segundo Kuenzer (2005) são aplicadas adequadamente, acabam por favorecer a “democratização das oportunidades educacionais”. A precária formação que se tem obtido na escola não leva à democratização, mas à elitização, onde espaços simultâneos de treinamentos e os de alto nível até a pós-graduação, acabam conferindo “certificação vazia”. E como a autora afirma, essas estratégias instituem formas “aparentes de inclusão” que denotam uma resposta à incompetência e confirmam a “exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência”.

Essa percepção da autora é pertinente uma vez que esses novos perfis (tecnólogos) preparados pelas universidades formarão indivíduos capazes de executar tarefas de uma forma “qualificada” e não a entender o processo como um todo.

Quantos aos questionamentos propostos no início do estudo, se os cursos existentes em Rio Claro e microrregião têm atendido à formação (oferta) adequada à demanda por trabalhadores das empresas, pode-se dizer que Rio Claro é a única cidade, em sua microrregião, a oferecer formação no Ensino Superior, e a contratação desse perfil de egresso se dá em sua maioria para o Ensino Médio completo nos setores da indústria e comércio, restando um percentual elevado de formandos com ensino superior sem demanda direta.

No segundo questionamento sobre a necessidade de ajustes, ou aprimoramento nesses cursos já existentes, a resposta segue em dois caminhos; um para a não necessidade de ajuste ou aprimoramento dos cursos existentes e sim uma melhor alocação dessa mão de obra qualificada nos setores econômicos na região estudada. Outra opção seria exploração desse potencial para a atração de novos empreendimentos na cidade ou exportação de mão de obra especializada para outras regiões, visualizando Rio Claro como um pólo educacional.

Analisando os dados coletados, é possível identificar a área econômica mais carente, ou melhor, com baixa demanda de profissionais, tornando-se um interessante potencial, ou oportunidade a ser explorada por empreendedores identificados aqui em serviços, compostas por profissionais com ensino superior completo.

As atividades envolvem na cidade de Rio Claro e são compartilhadas na união dos dados agregados para a microrregião em: instituições de crédito, seguro e capitalização, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos, transporte e comunicação, serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, serviços médicos, odontológicos e veterinários e ensino.

As instituições de ensino de Rio Claro, compartilham com seus egressos no comércio, indústria e serviços, a Unesp é um exemplo de alunos não absorvidos de alguns cursos e exportados para outras regiões, comprovando o caráter pólo educacional da cidade.

No terceiro, a respeito das oportunidades mercadológicas para novos cursos superiores em Rio Claro e microrregião, em função da demanda por trabalhadores nos negócios da indústria, comércio e serviços, tem-se a percepção que a demanda gerada pelos setores econômicos atuais, mantém ociosa parte dessa alocação formada, porém abre espaço, para novos cursos técnicos direcionados ao atendimento da indústria e comércio que são os que mais os demandam.

Desta forma, oportunidades para novos cursos técnicos de acordo com a análise dos dados agregados para a microrregião, seriam para o preparo de jovens para o atendimento e vendas no comércio varejista, auxiliares de escritório, operadores de caixa, embaladores, repositores de mercadoria e frentista para citar apenas os 5 maiores ocupações que contrataram no comércio. Já na indústria, o preparo seria para formação de jovens para ocupações como: alimentador de linha de produção, ceramista, operador de máquina, costureiro e auxiliar de escritório. Em serviços, o preparo seriam os voltados para: alimentador de linha de produção, trabalhador da cultura de cana de açúcar, inspetor de qualidade, faxineiro e auxiliar de escritório.

No último questionamento sobre a ativação dos setores públicos ou privados em atrair novos empreendimentos voltados a demandar trabalhadores capacitados pelos cursos já existentes, a resposta é positiva.

As instituições de ensino médio técnico e superior em Rio Claro mantêm o perfil educacional voltado a maioria das áreas de conhecimento (ver anexo 6) perfazendo um número elevado de profissionais aptos a atuar, em nível técnico, nas seguintes áreas de formação: informática, enfermagem, radiologia, farmácia, saúde pública, eletrônica, processamento de dados, química, gestão empresarial, automação empresarial e industrial, meio ambiente, qualidade, mecânica, metalurgia, segurança no trabalho, mecatrônica, manutenção de indústria cerâmica, auxiliar financeiro, usinagem, entre outros.

Já os profissionais com ensino superior completo decorrem da formação nos seguintes cursos: administração, ciências contábeis, pedagogia, comunicação social, marketing, logística, recursos humanos, financeiro, direito, industrial, eventos, ambiental, letras, computação, ecologia, educação física, física, geografia, geologia, matemática, entre outros.

Isso remete ao questionamento sobre o futuro da educação no Brasil neste momento compartilhado pelo questionamento feito por Kuenzer (2005) e complementado neste trabalho.

a) deveria o Estado, frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho definir uma nova estratégia, para uma interação entre a oferta e demanda por trabalho?

b) deveria ainda, após a nota da necessidade de universalização da educação básica com 11 anos de duração, exigir-se um esforço concentrado para a qualificação de professores para o ensino médio e universitário?

c) deveria o Estado priorizar o ensino fundamental, melhorando o nível de ensino e preparo básico deste cidadão?

d) deveria o Estado deixar de se preocupar com as estatísticas educacionais e realmente atuar?

e) deveria o Estado rever a prioridade e não banalizar o ensino superior no Brasil?

Fleury (2005), afirma que a LBD deixou clara a prioridade de garantia da oferta do ensino fundamental obrigatório e também a redefinição do papel do MEC no processo, deixando a critério dos Estados e Municípios a execução de projetos.

As políticas educacionais passaram a perseguir a equidade visando promover ações locais para corrigir diferenças sociais, econômicas e regionais. Isso é tanto mais verdadeiro quanto mais se eleva o número de anos de formação, exigindo pesquisas focadas na vocação econômica de cada município pelas quais seja possível. (FLEURY, 2005)

Em suma, resgatando Siegle (2004), “o Governo nada mais é que um mecanismo pelo qual a sociedade dá prioridade às ações de forma representativa, transparente e responsável no processo, onde os resultados são comparados a incentivos e necessidades dos cidadãos”. Portanto, cabe-lhe colocar-se frente aos cenários em mutação, identificar as oportunidades mercadológicas e atuar de forma pró-ativa nesse sentido.

Outra análise importante do estudo é a queda do número de matrículas no ensino médio em relação a 2004, o que denota uma desaceleração na expansão no número de alunos à procura de vagas no ensino superior, conforme se pode observar na análise dos Quadros 16, 17 e 18. (KUENZER, 2005)

Há indícios de que existam oportunidades para o avanço do ensino tecnológico, principalmente na área industrial, isso em decorrência a dois fatores: o primeiro, a elevada demanda nesse nível educacional por trabalhadores com este perfil de formação, e segundo, porque enriquece a formação do profissional de nível médio, em prazo menor em relação ao ensino superior e a um custo mais acessível para o trabalhador.

Indicações foram apontadas neste trabalho nas mais diversas áreas de ensino e econômicas para a resolução do desnível na oferta e demanda por profissionais na cidade, não deixando apenas a cargo de ações governamentais como também de empresas a decisão, promovendo o estudo e realização de projetos nas mais diversas áreas, denotando ações pró-ativas para a sociedade.

Uma das formas seria o fornecimento dos meios para que empresas locais possam tornar-se competitivas no mercado, tendo em vista, dentre outras causas, os benefícios ou incentivos, fiscais ou financeiro-fiscais do município.

Uma proposta para estudos futuros ficaria no aprofundamento das evidências levantadas completando-as neste trabalho, em relação às oportunidades para



novos cursos superiores e técnicos para Rio Claro e microrregiões, por exemplo, em Estudos Descritivos em que amostra representativa dos setores contratantes do comércio, indústria e serviços possam pronunciar-se sobre as reais necessidades de profissionais dos níveis técnico e superior para a região, a exemplo, do profissional tecnólogo, a questão de que, a longo prazo ele atenda as necessidades do profissional no mercado.

Os resultados aqui apresentados podem vir a se desdobrar em outras pesquisas que envolvam também o ensino à distância, e outras atualidades da educação de nível técnico e superior, identificando assim novas oportunidades mercadológicas para a oferta de profissionais nesses níveis de ensino não somente na região estudada, como também o trabalho pode ser replicado em qualquer região do país.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALALUF. **Le Temps du Labeur. Bruxelles:** Universités de Bruxelles, 1986 *apud* TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **O que há de novo no debate “qualificação do trabalho”? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville.** São Paulo, 2002. 231f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02062003-170242/> 01-11-2006>. Acesso em Jul. 2006.

ANTUNES, Camila; WEINBERG, Monica. O X da questão. **Veja.** São Paulo: Outubro, ed. 1976. ano 39, n. 38, 04-11/10/2006. Disponível em:<[http://veja.abril.com.br/041006/p\\_084.html](http://veja.abril.com.br/041006/p_084.html)>. Acesso em: 04/10/ 2006.

ARBACHE, J. S. **Os efeitos da Globalização nos Salários e o Caso do Brasil.** 2000 *apud* SANTOS, A. M. **Overeducation no mercado de trabalho brasileiro.** VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. Salvador, 2003. Disponível em:<<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/7admilson.pdf>>. Acesso em: Mar. 2006.

ASSER. Disponível em:<<http://www.asserrc.edu.br/>>. Acesso em Jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e Documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BARROS, Ricardo Paes *et al.* **A Capacidade de Absorção de Mão de Obra da Economia do Rio de Janeiro**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/td0544.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0544.pdf)>. Acesso em Fev. 2006.

BECK, U. *The Brave New World of Work*. Cambridge (UK), **Polity Press**, 2000.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora. p. 194-195. 1994.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 52, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Abr. 2006.

BOYD, H.; WESTFALL. **Pesquisa Mercadológica**. São Paulo: FGV, 1986.

BRAGA, Ryon. O marketing nas instituições de ensino. *In: Revista Aprender*. Edição de Julho/ Agosto 2002. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia.jspid=832>>. Acesso em 13/04/06.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 394 *apud* KUENZER, Acácia Zeneida. Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, Abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/291/boltec291b.htm>>. Acesso em: Jul. 2006.

CASTRO, Cláudio de Moura. O “X” da questão. **Veja**. São Paulo: Outubro, ed. 1976. ano 39, n. 38, 04-11/10/2006. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/041006/p\\_084.html](http://veja.abril.com.br/041006/p_084.html)>. Acesso em: 04/10/ 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08/09/2005.

CHIAVENATO, I. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. Makron Books. 1994, p. 184.

CHURCHILL, Jr., G. A.; PETER, J.P. **Marketing- criando valor para os clientes**. São Paulo: Editora Saraiva. 2000.

CLOGG, C.C.; SHOCKEY, J.W. Mismatch between occupation and schooling: a prevalence measure, recent trends and demographic analysis. **Demography**, 21(2): 235-57. 1984 *apud* MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo; CARVALHO, Nayara França. **Tipologia de Qualificação da Força de Trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade**. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2003. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20218.pdf>>. Acesso em: Mar.2006.

CBTA. 2006. Disponível em: <<http://www.cbta.edu.br/>>. Acesso em Ago. 2006.

CIENCIA. 2005. Disponível em: <<http://www.ciencia.sp.gov.br/>>. Acesso em: 23/09/2005.

CNPQ. 2007. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm>>. Acesso em: 17/01/2007.

COLÉGIO ANGLO CLARETIANO. Disponível em: <<http://www.claretianas.br/colegio/eme/>>. Acesso em: Ago. 2006.

D'ANGELIS, K.S.; PIZZINATTO, N.K. **Oportunidades Mercadológicas e o Segmento dos Estudantes do Ensino Superior em Piracicaba-SP**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, apoiado pelo CNPq/ PIBIC: 2005.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?down=vtls000349525>>. Acesso em Jan. 2006.

DELORS, Jacques *et al.* Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 6 ed. São

Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001 apud JACOMELI, Mara Regina Martins. **Dos Estudos Sociais aos Temas Transversais: uma abordagem histórica dos fundamentos teóricos das políticas educacionais brasileiras (1971-2000)**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

DESAFIOS. 2005. Disponível em:<<http://www.desafios.org.br/>>. Acesso em: 24/09/2005.

EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em:<[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/avaliacao\\_instituicao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/avaliacao_instituicao.stm)>. Acesso em Set. 2005.

EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em:<[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_ies.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp)>. Acesso em: 01/04/2006.

EDUCERE. Disponível em:<<http://www.sk.com.br/sk-hist.html>>. Acesso em Ago. 2006.

EDUDATA BRASIL. 2005. Disponível em:<<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 08/10/2005.

EGOV. 2005. Disponível em:<<http://www.e.gov.br/>>. Acesso em 28/09/2005.

EMPREGO. 2005. Disponível em:<<http://www.emplo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 23/09/2005.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, Mai/ Ago. 2000 *apud* GATTI, Bernardete A. **Estudos quantitativos em educação**. Fundação Carlos Chagas de Educação e Pesquisa. São Paulo. v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Jul. 2006.

FERNANDES, Reynaldo; MENESES-FILHO, Naércio Aquino. **Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90**. In: José Paulo Zeetano Chahad; Naércio A. Menezes-Filho. (Org.). Mercado de Trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTR, 2002, v. 1, p. 199-221. Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/arquivo/1087.pdf>> Acesso em: 23/02/2006.

FIESP. Disponível em:< [http://www.fiesp.com.br/acao\\_regional/](http://www.fiesp.com.br/acao_regional/)>. Acesso em Ago. 2006.

FINEP. Disponível em:<<http://www.finep.gov.br/programas/>>. Acesso em: 20/10/2005.

FRANCO, M. L. P. B.; ZIBAS, D. M. L. **O ensino médio no Brasil neste final do século: uma análise de indicadores**. São Paulo: FCC/ DPE, 1999. (Textos FCC, n. 18) *apud* GATTI, Bernardete A. **Estudos quantitativos em educação**. Fundação Carlos Chagas de Educação e Pesquisa. São Paulo. v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Jul. 2006.

FREISSENET, M. **Paradigmas tecnológicos e políticas de gestão**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - PADRÕES TECNOLÓGICOS E POLÍTICAS DE GESTÃO. Anais. São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, 1.989, p. 93-119 apud SALERNO, Mario Sergio. In: "rotinisation" to "flexibilisation", an essay on Brazilian critical studies on work organisation. Gest. Prod., São Carlos, v. 11, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-530X2004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Abr. 2006.

GATTI, Bernardete A. **Estudos quantitativos em educação**. Fundação Carlos Chagas de Educação e Pesquisa. São Paulo. v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Jul. 2006.

GORZ, A. **A crise da idéia do trabalho e a esquerda pós-industrial**. 11p. 1991, apud TARTUCE, Gisela L. B. **O que há de novo no debate da "qualificação do trabalho"? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02062003-170242>>. Acesso em Mar. 2006.

GOVERNO ELETRÔNICO. 2005. Disponível em: <<http://www1.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>>. Acesso em: 28/09/2005.

GOVERNO ELETRÔNICO. 2005. Disponível em: <<http://www1.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>>. Acesso em: 8/10/2005.

GOVERNO ELETRÔNICO. 2005. Disponível em: <<http://www1.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>>. Acesso em: 8/10/2005.

GIULIANI, Antonio Carlos. **Educação e trabalho. Revalorizando os cursos técnicos profissionalizantes na virada do século.** Piracicaba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, 1994.

GIULIANI, Antonio Carlos. **Educação e trabalho. Revalorizando os cursos técnicos profissionalizantes na virada do século.** Piracicaba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, 1994 *apud* KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão.** Brasília: REDUC, 1991.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 1999 *apud* GOHN, M. G. M. **Educação Não-Formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil.** In: Reunião Anual da Assoc. Nac. de Pesquisa e Pós Graduação em Educação, 1999, Caxambú-MG. Resumos 22a Reunião Anual da ANPED, 1999.

GOMES, Cândido Alberto. **O jovem e o desafio do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1990. v. 1. 120 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=45003&type=M>. Acesso em: Jul. 2006 *apud* TURNER, Ralph H. Sponsored and contest mobility and the school system. *American Sociological Review*, 25(6): 855-67, Dec. 1960.

GONÇALVES, Éber; MACHADO, Ana Flávia. Análise da composição do rendimento do trabalhador empregado no Brasil: uma abordagem de oferta, demanda e instituições (1992-2001). *ECONOMIA*, Niterói (RJ), v. 5, n. 1, p. 161-188, jan./jun. 2004. Texto para Discussão. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte. 20 p. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A146.pdf>>. Acesso em 23/02/2006.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/text05.pdf>>. Acesso em: Abr. 2006.



GREEN, F. *et al.* A picture of wage inequality and the allocation of labor through a period of trade liberalization: the case of Brazil. *Studies in Economics*. Department of Economics - University of Kent at Canterbury, 2000. Disponível em: <<http://www.kent.ac.uk/economics/papers/papers-pdf/2000/0013.pdf>>. Acesso em: 22/02/06.

GREEN, F.; ARBACHE, J. S.; DICKERSON, A. **A picture of wage inequality and the allocation of labor through a period of trade liberalization: the case of Brazil.** *Studies in Economics*, 00/13, Department of Economics, University of Kent at Canterbury, 2000 *apud* MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de ; CARVALHO, Nayara França. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2004. Disponível em:<<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140201.pdf>> Acesso em: Mar. 2006.

HITT, Michael A; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.. **Administração Estratégica.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda. 2002.

HOFER, C. W.; SCHENDEL, D. **Strategy formulation: Analytical concepts.** West Publishing Company. 1978 *apud* NICOLAU, Isabel. INDEG/ISCTE. O conceito de estratégia. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. 2001. Disponível em:<[http://213.13.125.90/portallizer/upload\\_ficheiros/01-01\\_Isabel\\_Nicolau.pdf](http://213.13.125.90/portallizer/upload_ficheiros/01-01_Isabel_Nicolau.pdf)> Acesso em: Jan. 2006.

IBICT. 2005. Disponível em:<<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 08/10/2005.

IBOPE. 2005. Disponível em:<<http://www.ibope.com.br/>>. Acesso em: 17/08/2005.

IEDI. 2005. Disponível em:<<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/>>. Acesso em: 23/09/2005.

INEP. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/censo/2005/resultados\\_censo2005.pdf](http://www.inep.gov.br/download/censo/2005/resultados_censo2005.pdf)>. Acesso em: Out. 2006.

INEP. 2005. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 05/09/2005.

IPEA. 2005. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 07/10/2005.

IPEADATA. 2005. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll>> Acesso em: 24/09/2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 6ª ed.,1998.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **Dos Estudos Sociais aos Temas Transversais: uma abordagem histórica dos fundamentos teóricos das políticas educacionais brasileiras (1971-2000)**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000317290s>>. Acesso em Ago. 2006.

JAUCH, L.R.; GLUECK, W. F. **Business Policy and Strategic Management, 1980**. McGraw-Hill, 5ª ed., 1988 *apud* NICOLAU, Isabel. INDEG/ISCTE. O conceito de estratégia. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. 2001. Disponível em:<[http://213.13.125.90/portallizer/upload\\_ficheiros/01-01\\_Isabel\\_Nicolau.pdf](http://213.13.125.90/portallizer/upload_ficheiros/01-01_Isabel_Nicolau.pdf)> Acesso em: Jan. 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: PHB. 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. Tradução: Ailton Bonfim Brandão. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994 *apud* NUNES, Getúlio Tadeu. **Abordagem do Marketing de Relacionamento no Ensino Superior: Um Estudo Exploratório**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/15838.pdf>>. Acesso em Mar. 2006.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2002), **Por que se importar com a desigualdade**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 45 (4) *apud* COSTA, A. C.; KERSTENETZKY, C. L. **Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente**. 175 Agosto/2005.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Disponível em: <[http://www.fc.unesp.br/revista\\_educacao/arquivos/processos\\_pensamento.pdf#search=%22Kopnin%201978%22](http://www.fc.unesp.br/revista_educacao/arquivos/processos_pensamento.pdf#search=%22Kopnin%201978%22)>. Acesso em Jul. 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, Maio/Agosto, 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252b.htm>>. Acesso em: Jul.2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 63, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: Jul. 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Conhecimento e Competências no trabalho e na Escola. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 2-11, maio/ago., 2002. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/282/boltec282a.htm>>. Acesso em: Jul. 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, Abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/291/boltec291b.htm>>. Acesso em: Jul. 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia do trabalho na acumulação flexível: Os processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente” como uma nova forma de dualidade estrutural.** 2005. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/311/boltec311c.htm>>. Acesso em Jul. 2006.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v 95, jul./set. 1964.

MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org). **Trabalho e educação.** Campinas: Papirus. 1992.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de ; CARVALHO, Nayara França. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2004. Disponível em:<<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140201.pdf>> Acesso em: 21/02/2006.

MALHOTRA, Naresh K. **Introdução à Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall do Brasil. 2005.

MALLOY, James. **Política Econômica e o Problema da Governabilidade nos Andes Centrais.** In L. Sola (org.), Estado, Mercado e Democracia: Política e Economia Comparada. São Paulo: Paz e Terra. 1993 *apud* SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte.** Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Abr. 2006.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação sócio-comunitária em construção. *In*: COLÓQUIO EM EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA, 35,. Limeira. 2006 *apud* LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, Dermeval. (orgs.) Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas-SP, Autores Associados e HISTEBR, 2005.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEC. 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/estmerc.shtm>>. Acesso em: 23/09/2005.

MEC. 2005 Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19444.pdf>. Acesso em 02/03/2006

MEC. 2005. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em Set. 2005.

MEC. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>> Acesso em:Mar. 2006.

MEC. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP/RI.pdf>. Acesso em: Mar. 2006.

MEER, P.H. van der; BATENBURG, R.S. **Overeducation and unemployment in the Netherlands: Communicating vessels?** Neuchâtel, RC 28 Neuchâtel Meeting on Social Stratification, Mobility, and Exclusion. Mai/ 2004. Disponível em:<[http://www.mpib-berlin.mpg.de/de/aktuelles/papers/vandermeer\\_batenburg.pdf](http://www.mpib-berlin.mpg.de/de/aktuelles/papers/vandermeer_batenburg.pdf)>. Acesso em Out. 2005.

MTE. 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: Set. 2005.

MTE. 2006. Disponível em:<[http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/Observatorio/Conteudo/nota\\_caged\\_pme.pdf](http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/Observatorio/Conteudo/nota_caged_pme.pdf)>. Acesso em: Set. 2005.

MEC. 2006. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em: Set. 2005.

MORAIS, Regis. Uma Visão de Educação Sócio-Comunitária. *In: COLÓQUIO EM EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA*, 35,. Limeira. 2006 *apud* MORAIS, J. F. R. Uma visão de educação sócio-comunitária. *Revista Educação e cidadania - Alínea Editora*, Campinas - SP, v. 04, n. 01, p. 48-60, 2005.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Estratégica**. *In: Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Org. Sylvia Constant Vergara e Vera Lúcia de Almeida Corrêa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

NICOLAU, Isabel. INDEG/ISCTE. **O conceito de estratégia**. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. 2001. Disponível em: <[http://213.13.125.90/portallizer/upload\\_ficheiros/01-01\\_Isabel\\_Nicolau.pdf](http://213.13.125.90/portallizer/upload_ficheiros/01-01_Isabel_Nicolau.pdf)>. Acesso em: Jan. 2006.

NUNES, Getúlio Tadeu. **Abordagem do Marketing de Relacionamento no Ensino Superior: Um Estudo Exploratório**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/15838.pdf>>. Acesso em Mar. 2006.

PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/revce/2005/01/a7.htm>>. Acesso em Jun. 2006. *apud* SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Orgs.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP/Centro de Memória, 2001.

PORTER, M. *Competitive Advantage: creating and sustaining superior performance*, **The Free Press**, New York 1985 *apud* NICOLAU, Isabel. INDEG/ISCTE. **O conceito de estratégia**. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. 2001. Disponível em: <[http://213.13.125.90/portallizer/upload\\_ficheiros/01-01\\_Isabel\\_Nicolau.pdf](http://213.13.125.90/portallizer/upload_ficheiros/01-01_Isabel_Nicolau.pdf)>. Acesso em: Jan. 2006.

PACHANE, Graziela G.; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários. *Revista iberoamericana de educacion (Online)*, **Iberoamérica**, v. 33, n.

1, p. 1-13, 2004. Disponível em:<<http://www.rioei.org/deloslectores/674Giusti107.PDF>>. Acesso em Jul. 2006.

PIMENTA, Selma Garrido., ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002. Coleção Docência em Formação v. 1.

PRIBERAM. Disponível em: <[http://www.priberam.pt/dlpo/definir\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx) - palavra educação>. Jul. 2006.

REIS, Maurício Cortez; CAMARGO, José Márcio. Desemprego dos Jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. 2001.

RIBEIRO JR., João. As especificidades da Educação Sócio-Comunitária Rumo a Democracia. *In: COLÓQUIO EM EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA*, 14. Limeira. 2006.

ROLLE, P. O que é a qualificação do trabalho? *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, USP, v.1, n.2, p.83-87, jul./dez. 1989 *apud* SILVA, T.T. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

SABOIA, João. **A geração do emprego industrial nas capitais e no interior de São Paulo**. Brasília: SENAI/DN, 2005. 57 p. Disponível em:<<http://www.dn.senai.br/upload/publicacoes/arq632720818750930063.pdf>>. Acesso em: Mar. 2006.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 3 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: **Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: Jul. 2006 *apud* MARTINS, Luciano. Crise de Poder, Governabilidade e Governança. in J. P. Reis Velloso e R. C. Albuquerque (Orgs.), Governabilidade e Reformas. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. 1995.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil. Pós-Constituinte**. Rio de Janeiro, 1997, v.40, n. 3. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Set. 2006.

SANTOS, A. M. Overeducation no mercado de trabalho brasileiro. **VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET**. Salvador, 2003. Disponível em:<<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/7admilson.pdf>>. Acesso em: Mar. 2006.

SANTOS, Shirley Cristina dos; GARCIA, Gilberto José. Desenvolvimento Integrado e Gestão para a Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí. **Estudos Geográficos**. Rio Claro. p. 89-106. Junho, 2006. Disponível em:<<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista/numero%207/eg0401ss.pdf>>. Acesso em: Out. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **Nota sobre os paradoxos da desigualdade no Brasil, Apresentado no Rio Workshop on Inequality**. Rio de Janeiro. Jul. 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>>. Acesso em Jul. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação: a nova geração de reformas**. Fábio Giambiagi, José Guilherme Reis e André Urani, Reformas no Brasil: Balanço e Agenda, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 481-504. 2004. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/reformas.pdf>>. Acesso em Jul. 2006.



SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. **O parto da montanha**. Jun. 2006. Disponível em: <[http://www.schwartzman.org.br/simon/2006\\_Bolsaesc.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/2006_Bolsaesc.pdf)>. Acesso em Jun. 2006.

SEADE. 2005. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/>>. Acesso em: 23/09/2005.

SEADE. 2005. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 23/09/2005.

SEADE. 2005. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em Set. 2005.

SEADE. 2005. Disponível em: <[http://www.al.sp.gov.br/index\\_iprs.htm](http://www.al.sp.gov.br/index_iprs.htm)>. Acesso em: 02/06/2006.

SICHERMAN, Nachum. Overeducation in the Labor Market. *Journal of Labor Economics*. Vol 9, n. 2. Apr. 1991. pg. 101-122. **Chicago Press**. Disponível em:

<http://www2.gsb.columbia.edu/faculty/NSicherma/Research/getpaper.cfm/Overeducation.in.the.Labor.Market.pdf?Article=Overeducation%2Ein%2Ethe%2ELabor%2EMarket%2Epdf>

SICHERMAN, Nachum. Overeducation in the Labor Market. *Journal of Labor Economics*. Vol 9, n. 2. Apr. 1991. pg. 101-122. **Chicago Press**. Disponível em: <<http://www2.gsb.columbia.edu/faculty/NSicherma/Research/getpaper.cfm/Overeducation.in.the.Labor.Market.pdf?Article=Overeducation%2Ein%2Ethe%2ELabor%2EMarket%2Epdf>> *apud* SANTOS, A. M. Overeducation no mercado de trabalho brasileiro. VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/7admilson.pdf>>. Acesso em: Mar. 2006.

SIEGLE, Joseph. **Harvard International Review**. Cambridge, v. 26, n. 2, p. 20-26, SPRING 2004.

SOARES, S.; SERVO, L.; ARBACHE, J. O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 29., 2001, Salvador. Anais. Salvador: ANPEC. Dez. 2001 *apud* MACHADO, A. F. ; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de ; CARVALHO, Nayara França. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2004. Disponível em:<<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140201.pdf>> Acesso em: Mar. 2006.

TEDESCO, Juan. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 1998 *apud* KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida**: Entre o pretendido, o dito e o feito. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 21, n. 70, 2000. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Jul. 2006.

WOLF, Alison. **Does education matter? myths about education and economic growth**. London: Penguin. xiv, 332 p. 2002 *apud* SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas, em Fábio Giambiagi, José Guilherme Reis e André Urani, *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 481-504. 2004. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/reformas.pdf>>. Acesso em Jul. 2006.

THIETART, R. A. **La Stratégie d'entreprise**. McGraw-Hill, 1984 *apud* NICOLAU, Isabel. INDEG/ISCTE. **O conceito de estratégia. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial**. 2001. Disponível em: <[http://213.13.125.90/portallizer/upload\\_ficheiros/01-01\\_Isabel\\_Nicolau.pdf](http://213.13.125.90/portallizer/upload_ficheiros/01-01_Isabel_Nicolau.pdf)>. Acesso em: Jan. 2006.

TURNER, Ralph H. Sponsored and contest mobility and the school system. **American Sociological Review**. 25 (6): 855-867. Dez. 1960 *apud* GOMES, Cândido Alberto. **O jovem e o desafio do trabalho**. São Paulo: EPU, 1990.

VERDUGO, R.R.; VERDUGO, N. T. The impacto f surplus schooling on earnings. Some additional findings. **Journal of Human Resources**. 24 (4). p. 629-943, 1989

*apud* SANTOS, A. M. Overeducation no mercado de trabalho brasileiro. VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET. Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/7admilson.pdf>>. Acesso em: Mar. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 2 ed. São Paulo: Atlas. p. 33. 2000.

VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

WILM, Melissa G. A formação do brand equity em Instituições de Ensino Superior. O caso da UNIJUÍ. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, área de Concentração: Desenvolvimento, Gestão e Organizações, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, 2004.

WORLD BANK. Governance and development. Washington: Oxford University Press, 1992.

ZIBAS, Dagmar M. L.; Ferretti, Celso J.; Tartuce, Gisela Lobo B. P. Micropolítica Escolar e Estratégias para o Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006 p. 51-85. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Abr. 2006.

## 9 ANEXOS

### 1. Leis, Diretrizes e Bases (LDB) - Cursos e Níveis da Educação Superior - Dados estatísticos da Educação Superior.

- [...] estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, propiciando-lhes ainda formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento sobre o homem e o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a conseqüente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- A atividade mais característica da Educação Superior consiste na oferta de cursos superiores, de variados níveis e graus de abrangência ou especialização.

O ingresso na Educação Superior é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados em processo seletivo.” (SESU, 2006)

## 2. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, cada um com características específicas de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite a identificação da situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas pelos indicadores.

a) Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior;

b) Indicador sintético de longevidade: combinação linear de quatro taxas de mortalidade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior;

c) Indicador sintético de escolaridade: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior. (SEADE, 2006)

<b>Componentes dos Indicadores Sintéticos Setoriais e seus Respectivos Pesos</b>		
<b>Indicador</b>	<b>Componentes</b>	<b>Pesos</b>
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica por ligação	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal per capita	14%
Longevidade	Taxa de Mortalidade perinatal	30%
	Taxa de Mortalidade infantil	30%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 60 anos e mais	20%
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola	20%

**Fonte:** Fundação SEADE, (2005)

## 3. Grupos do IPRS

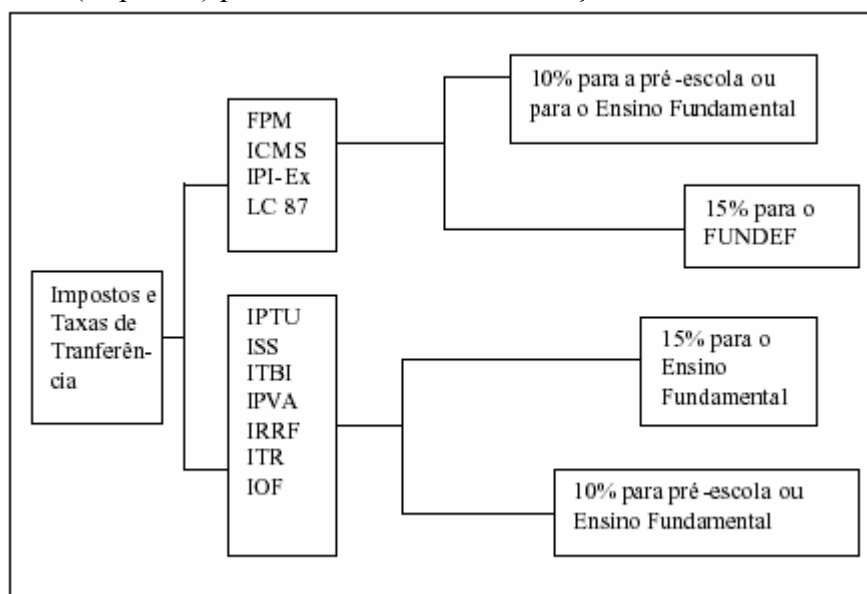
<b>Grupos do IPRS</b>	<b>Crítérios de Formação dos Grupos do IPRS</b>
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação SEADE, (2005)

<b>Dimensões do IPRS</b>	<b>Categoria</b>					
	<b>Baixa</b>		<b>Média</b>		<b>Alta</b>	
	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>
Riqueza Municipal	Até 49	Até 40	-	-	50 e mais	41 e mais
Longevidade	Até 64	Até 66	65 a 71	67 a 72	72 e mais	73 e mais
Escolaridade	Até 40	Até 50	41 a 46	51 a 55	47 e mais	56 e mais

Fonte: Fundação SEADE, (2005)

4. Organograma da distribuição de Recursos Municipais Mínimos (Impostos) para investimento na Educação



Nota-se que as percentagens aplicadas são em instituições de ensino contempladas são as de ensino fundamental e não superior e técnico.

5. Países Membros da OECD.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD em inglês) é uma organização internacional dos países desenvolvidos e democracia representativa com a economia de livre mercado. Tem sede em Paris, na França. Criada aos 30 de Setembro de 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Econômica Européia, criada em 16 de Abril de 1948. O Secretário-Geral é desde 1 de Junho de 2006 o mexicano José Ángel Gurría Treviño.

São 30 os estados membros da organização:

Alemanha (1961), Austrália (1971), Áustria (1961), Bélgica (1961), Canadá (1961), Coreia do Sul (1996), Dinamarca (1961), Eslováquia (2000), Espanha (1961), Estados Unidos (1961), Finlândia (1969), França (1961), Grécia (1961), Hungria (1996), Irlanda (1961), Islândia (1961), Itália (1962), Japão (1964), Luxemburgo (1961), México (1994), Noruega (1961), Nova Zelândia (1973), Países Baixos (1961), Polónia (1996), Portugal (1961), Reino Unido (1961), República Checa (1995), Suécia (1961), Suíça (1961), Turquia (1961).

6. **Tabela de Áreas de Conhecimento (CNPq)**

As grandes áreas são:

- a. Ciências Exatas e da Terra;
- b. Ciências Biológicas;
- c. Engenharias;
- d. Ciências da Saúde;
- e. Ciências Agrárias;
- f. Ciências Sociais Aplicadas;
- g. Ciências Humanas;
- h. Linguística, Letras e Artes;
- i. Outros.